MANAUS

Agnello Bittencourt

CULTURA
Edições
Governo do Estado

Manaus

GOVERNADOR DO AMAZONAS
Omar Aziz

VICE-GOVERNADOR DO AMAZONAS
José Melo

SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA
Robério Braga

SECRETARIA-EXECUTIVA
Elizabeth Cantanhede
Mimosa Paiva

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE LITERATURA
Antônio Ausier Ramos

CULTURA
Secretaria de Estado
Av. Sete de Setembro, 1546
69005-141 – Manaus-AM-Brasil
Tels.: (92) 3633-2850 / 3633-3041 / 3633-1357
Fax.: (92) 3233-9973
E-mail: cultura@culturaamazonas.am.gov.br
www.culturaamazonas.am.gov.br

Agnello Bittencourt

Manaus

CULTURA
Edições
Governo do Estado

Copyright © Secretaria de Estado de Cultura, 2012

Coordenação Editorial
ANTÔNIO AUSIER RAMOS

Capa
ROBERTO LIMA

Projeto Gráfico e Diagramação
GRÁFICA ZILÓ LTDA

Revisão
SERGIO LUIZ PEREIRA

Normalização
EDIANA PALMA

Catalogação da Fonte

B624m Bittencourt, Agnello.

Manaus / Agnello Bittencourt. – Manaus: Governo do Estado do Amazonas – Secretaria de Estado de Cultura, 2012.
188p. ; 14x21cm.
Inclui Apêndice.
Autores e obras consultadas.

ISBN 978-85-65409-31-5.

1. Manaus – História. 2. Manaus – Geografia. 3. Amazonas. I. Título.

CDD 900
CDU 94:913(811.3)

Somos um Amazonas cheio de orgulho da nossa gente, de nossas raízes, de nossa extraordinária vida cultural. Cada vez mais vamos investir no grande potencial da nossa cultura, na capital e no interior, com o foco na geração de oportunidades para novos talentos.

Omar Aziz

Mensagem proferida pelo governador Omar Aziz À Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas em fevereiro de 2011.

SUMÁRIO

Apresentação 9

1. O condicionamento geográfico 11
   1.1. Seis ou sete níveis de percepção do espaço 11
   1.2. A ótica da posição 17
   1.3. A ótica do sítio 26

2. A origem 33
   2.1. A noção predominante, a rever 33
   2.2. Da omissão de Berredo à ambiguidade de Sampaio 35
   2.3. O arraial antes do fortim 40
   2.4. O Alvará de 1684 43
   2.5. Um sincronismo a fixar – o governador e o primeiro comandante 50
   2.6. A consolidação do estabelecimento 54
   2.7. "Pelos anos de 1690" 56
   2.8. A lição das fontes secundárias 60
   2.9. Configuração, dimensões, guarnição e aparelhamento 62

3. Emergência e preeminência de Manaus na Amazônia Interior 74
   3.1. O perfil da decadência e o começo da recuperação 79

4. Índios 92

5. Cinco patriarcas 103
5.1. Francisco Ricardo Zany 103
5.2. Antônio José Brandão 106
5.3. Henrique Antony 108

6. Evolução demográfica 109

7. Desenvolvimento urbano até a República 126
7.1. O centro germinativo 126
7.2. A estruturação inicial 133
7.3. Igarapés e vias transversais 135
7.4. Largos, ruas, becos e travessas 146

8. A cidade moderna 151

9. As diversas Manaus 160

10. Estagnação e Explosão 171

Apêndice 173

Autores e Obras Consultadas 176

Apresentação

A tradição de família, a boa formação e o amor por Manaus são responsáveis pelo brinde desta obra de Agnello Bittencourt, o filho, conhecido entre amigos, colegas de turma e na intimidade de sua casa, por Agnus.

Trata-se de uma alentada pesquisa sobre Manaus, trazendo contribuição ao estudo do seu condicionamento geográfico, da sua origem e organização como cidade, a memória de alguns patriarcas de tempos mais remotos, a evolução demográfica, o desenvolvimento urbano tendo como limite a proclamação da República, a cidade moderna que foi sendo construída ora sem perceber seu passado, ora desejando resguardá-lo, as muitas cidades que se conformam em uma só capital amazonense, até a estagnação e explosão. Tudo feito com medida certa, pesquisa profunda, confronto de dados, revisão de autores, consciência de estrar produzindo para ficar.

Era pesquisa pronta, concluída, prestes a ser editada quando nos foi entregue com a compra de seu acervo bibliográfico, ao mesmo tempo em que trazíamos para nossa terra a também importante biblioteca do professor Arthur Cézar Ferreira Reis. Duas coleções que valem ouro.

Agnello Bitencourt foi professor, pesquisador e apaixonado pelas coisas do Amazonas, tal qual seu pai e homônimo. Lecionou na Fundação Getulio Vargas, no Rio de Janeiro, em cuja instituição fez carreira. Era considerado dos mais exemplares professores de sua época. Foi diretor da Fundação Casa de Ruy Barbosa e diretor executivo da Academia Brasileira de Letras. Homem simples, estudioso, cuidadoso na construção da frase, escrevia com clareza singular. O Governo por meio da Secretaria de Estado da Cultura possui em seu poder outros estudos inéditos e praticamente concluídos pelo autor, mas ainda sem condição acertada para publicação, sendo prova inconteste de que ele consumiu muitos anos de sua vida em várias e aprofundadas pesquisas sobre o Amazonas.

Eleito para a nossa Academia de Letras, depois de muito resistir a convites que lhe fazíamos, viu-se eleito para suceder a seu irmão Ulysses, na cadeira de Gonçalves Dias, a mesma

que havia sido ocupada pelo pai e saudoso mestre Agnello. Marcada a posse, elaborou o discurso e o remeteu para Aderson Dutra, seu velho e querido amigo, que iria recebê-lo no sodalício. A festa de posse foi transformada em saudade. Faleceu antes da noite de esplendor. Como presidente da Academia naquela ocasião, obtive da assembleia geral a consagração de sua posse mesmo depois de seu encantamento.

É obra esclarecedora sobre nossa cidade, feita com carinho, mas, sobretudo, sem receio de contradizer os clássicos, baseado em fontes primárias e em profundas reflexões de quem se dedicou com esmero a escrevê-la. É honroso para as Edições Governo do Estado tê-lo em sua coleção de obras publicadas.

Robério Braga

1. O condicionamento geográfico

1.1. Seis ou sete níveis de percepção do espaço

Os fatores geográficos, desde a configuração do relevo e da drenagem ao revestimento florístico, marcaram sua influência na definição de um espaço português na Amazônia, inclusive quanto ao papel dos núcleos de ocupação que nele se formaram.

Para entender-se como brotou, como cresceu e o que representou um desses núcleos, Manaus, parece útil sua contextualização em diversos horizontes, de abrangência decrescente, correspondendo a sucessivos níveis de percepção. Distinguirei seus horizontes.

Primeiro nível – Abstração feita das soberanias, há geograficamente uma Grande Amazônia ou Pan-Amazônia. Por muito tempo vasto espaço sem fronteiras – território em curso de conquista, exposto à pressão dos interesses, que logo se fazem conflitantes, das potências colonizadoras. Quando estas se retiram, exaurido o antigo sistema colonial, deixam um legado de dúvidas e inconformidades que alimentará desencontros e confrontos entre as soberanias sucessoras. Passa-se muito tempo até que os países com presença na região, ainda desconfiados, reconheçam-se parceiros legítimos em interesses comuns e conveniências convergentes – donde o Pacto Amazônico, de 1978, ainda por frutificar.

Segundo nível – Eis que há oito Amazônias nacionais – porções de países signatários do Pacto Amazônico: a Amazônia Brasileira, a Venezuelana, a Peruana, a Boliviana, a Colombiana, a Equatoriana, a Guianense e a Surinamense.

Será uma totalidade sob concepção inspirada unilateralmente em um só critério vinculado à geografia: porção da Bacia Amazônica, isto é, tudo quanto há dentro do arco de divisores (Sistema Parimo-Guiano, Andes, Planalto Central Brasileiro), salvo a orla atlântica (de bacias singulares vertendo diretamente para o oceano); ou porção da Floresta Tropical, exuberante e denso revestimento florístico correspondendo ao clima quente e úmido – a província botânica do tipo que Humboldt rotulou de "Hileia".

Ou será uma totalidade convencional, concebida em função de conveniência administrativa, como Região Norte – conjunto de Pará, Amapá, Amazonas, Roraima, Acre e Rondônia; ou de vontade política, como *Amazônia Legal* – a área definida pela Lei n.º 1.806, de 6/1/1953, tanto vale dizer, as unidades da Região Norte mais a parte de Mato Grosso ao norte do paralelo de 16°, a de Goiás ao norte do paralelo de 13° e a do Maranhão a oeste do meridiano de 44°.

Dos quatro, o conceito mais operativo é o de "Região Norte" pela disponibilidade de séries estatísticas e facilidade de agregação de dados, aquelas e estes desde sempre referidos às unidades (Estados e Territórios) que lhe dizem respeito.

Na Amazônia Brasileira (não importando o conceito para delimitá-la) desenvolveu-se uma ocupação como que ganglionar: uns modestos núcleos dispersos no meio de enormes espaços com população muito diluída. No passado colonial, todos os burgos, poucos e pequenos, vivem na órbita de São Luís e Belém; logo, somente na órbita de Belém (com a separação dos "Estados").

Ao longo do tempo, evoluindo o regime político e criadas novas unidades político-administrativas, deixa de haver a dominação plena e formal, mas continua a haver a primazia de Belém – porta da Amazônia Brasileira, com uma situação geográfica ímpar, a justificar e continuamente reforçar essa primazia. Manaus é a segunda posição geograficamente mais bem doada, ainda que, do ângulo econômico, sem tantas vantagens locacionais quanto Belém.

Terceiro nível – Na Amazônia Brasileira são distinguíveis uma Amazônia Oriental, a da fechada atlântica até o rio Nhamundá, e cujo polo principal é Belém; e uma Amazônia Ocidental ou Amazônia Interior, do Nhamundá para dentro, e cujo polo principal é Manaus.

Já a estratégia colonial portuguesa percebera a necessidade de dar expressão administrativa à diferenciação sub-regional no sentido leste-oeste, donde o destacar para a porção mais remota, os "confins ocidentais" do reino, um governo próprio – a Capitania de São José do Rio Negro. Sem tirar nem pôr, a mesma sub-região que veio a ser chamada de Amazônia Interior.

Houve fase em que essas Amazônias, apesar de divergências, e até claros conflitos de interesses entre as praças de Belém e Manaus, pulsaram igual, segundo o mesmo ritmo histórico: tais foram os anos do apogeu da borracha, os "áureos tempos". Depois a recessão atingiu-as e sofreram ambas: os mesmos problemas, o mesmo desencanto. Pelos anos cinquenta, vivenciavam ritmos históricos diversos: a Amazônia Oriental, bem aproveitando a política de incentivos fiscais, prosperava; a Amazônia Interior caminhava para tornar-se inviável, ou já o era, com a ressalva de que, quando os Territórios Federais, a União sustentava-os. A implantação do regime de "zona franca", apesar das incertezas de seu futuro, vez por outra ameaçado, fez surgir na Amazônia Interior, no seu polo principal, realidade diferentíssima – uma ruptura em relação à tendência trissecular do extrativismo: Manaus, em salto qualitativo, com novo *status* como centro de geração de renda. Superpondo-se à oposição entre maritimidade (e seus matizes) e interior, a vontade política privilegiou dessas Amazônicas a mais carente.

Essa distinção entre Amazônia Oriental e Amazônia Interior, se é a de mais frequente aceitação e constante uso, constitui extrema simplificação – válida, por certo, quando o de que se necessita é de uma modelização muito geral. A rigor, ao aprofundarmos o questionamento da diferenciação sub-regional, procurando focalização mais precisa, são discerníveis mais "Amazônias". Benchimol, por exemplo, distingue oito: a Amazônia Litorânea, a Central, a Setentrional, a Guiano-Orinocense, a Meridional, a do Planalto, a Extremo Ocidental, a Pré-Andina.

O processo em curso de aumento de permeabilidade da Bacia Amazônica pelo sul e pelo leste tende a influir na diferenciação de sub-regiões. Pelo sul, a penetração faz-se através das rodovias Belém-Brasília, Cuiabá-Santarém e Cuiabá-Porto Velho; pelo leste, através da ferrovia de Carajás-Itaqui (o efeito de vinculação ao Nordeste pretendido pela Transamazônica não aconteceu ainda).

O que tudo sugere destacarem-se três sub-regiões: uma, dos divisores entre o Xingu e o Tocantins para leste, onde ocorre a província mineral de Carajás e o aproveitamento energético

de Tucuruí, a ligação rodoviária com a capital do país, a ligação ferroviária com o litoral maranhense, a possibilidade de melhorar a navegabilidade do Tocantins mediante eclusas – condições propícias à atração de recursos e iniciativas; outra, vitalizada pela rodovia Cuiabá-Santarém; e mais uma, todo o Estado de Rondônia, com seu acelerado crescimento cheio de problemas, tendendo a vincular-se mais com Cuiabá e São Paulo do que com Manaus e Belém, e comportando-se tão caracteristicamente como área de transição que parece válido havê-la antes como espaço pré-amazônico. O Acre parece tender a formar sistema com Rondônia.

Quarto nível – Há necessariamente a distinção político-administrativa de Estados, como unidades da Federação. Pará e Amapá na Amazônia Oriental; Roraima, Amazonas, Acre e Rondônia na Amazônia Interior. Devendo ser dito, aliás, que o desdobramento territorial nesse nível tende a acentuar-se. O espaço vai fracionar-se, mais cedo ou mais tarde, quando o progresso criar maior ocupação, densidade de fluxos econômicos, diferenciação de sistemas de interesses econômicos e amadurecimento de pequenos polos. Como, inversamente, o fracionamento poderá resultar de tão só vontade política antecipadora que o faça condição preliminar do progresso. Até porque ocorre raciocinar também com preocipações estratégicas de ordem continental, tendo em vista as vontades políticas atuantes no âmbito das soberanias confinantes: não é prudente que haja estagnação mais negligência de um lado da fronteira, e dinamismo mais motivação do outro.

O Pará e o Amazonas, no momento ainda as maiores unidades da Federação, estão particularmente expostos a esse processo previsível de reorganização institucional do espaço na Amazônia Brasileira.

Quinto nível – Em cada uma das atuais unidades político-administrativas impõe-se a distinção entre capital e interior. No caso do Pará e do Amazonas, dada a macrocefalia do modelo, duas realidades diferentíssimas, sem embargo de sua complementaridade. No Amazonas, a dissimetria entre capital e interior, verificando-se como tendência antiga, acentuou-se com o regime de Zona Franca.

Registra-se, ainda, nesta altura, que o IBGE agrega dados, dentro dos Estados e Territórios, segundo "mesorregiões", estas por sua vez desdobradas em "microrregiões". Embora a utilidade dessa distinção para outros fins, para os da análise tentada no presente ensaio de tais conceitos são dispensáveis.

Sexto nível – Finalmente, importa ver as relações de âmbito estritamente local, ou seja, a vida de certa comunidade ali e pelo que tem de peculiar por situar-se ali – uma vivência exposta cada dia e cada hora às pressões e sugestões ambientais. No caso de Manaus, seu desenvolvimento correlacionou-se com sua vocação de porto e este com a geometria da drenagem: o centro germinativo (fortim, igrejinha, aldeia) apoiou-se no rio Negro e cresceu irradiando-se pelas lombadas entre pequenos cursos d'água, os igarapés.

Para maior facilidade da compreensão das repercussões sobre os fatos históricos desse condicionamento geográfico, assim percebendo em relação a seis horizontes, parece conveniente distinguir a utilizar duas óticas: por um lado, a visão de conjunto das interações com o entorno continental (ou macrorregional), o entorno regional, o entorno sub-regional, o entorno estadual (enfatizada a dinâmica de relações entre capital e interior); por outro, a visão bem restrita do entorno local.

Essas duas formas de ver correspondem às dua angulações conceituais com que os geógrafos tratam as implicações da localização de uma região ou uma cidade, tanto vale dizer, as que dizem respeito à posição e as que dizem respeito ao sítio.

O estudo da posição interessa porque nos leva ao conhecimento de como as condições geográficas terão induzido ou podem induzir o relacionamento daquela cidade com outras cidades, daquela região com outras regiões, explicando sua integração com o entorno além do imediato, em sucessivas abrangências ou horizontes (de acordo com o afastamento de foco, a depender dos objetivos e necessidades da análise).

Interessa o estudo do sítio para a compreensão de como a vida daquela comunidade ajustou-se e ajusta-se às contingências naturais peculiares daquele assentamento, compreendendo a forma do terreno, a contextura do solo, a altimetria, o regime

dos ventos, o regime das chuvas, a presença de cursos d'água e o modo como abrem o caminho no chão.

Assim, podemos ver Manaus como:

a) *Segundo a ótica da posição* – dentro e em função da Pan-Amazônica, ou da Amazônia Brasileira, ou da Amazônia Interior (as referências de relacionamento mudando de escalas, em diferentes níveis de percepção, conforme nossas mudanças de foco), naquela área privilegiada pelo cruzamento ou convergência de três importantíssimos eixos de acesso, circulação e contacto (o Negro, o Solimões e o Madeira), cada qual atingindo a um longíquo segmento do arco de fronteiras;
b) *Segundo a ótica do sítio* – uma comunidade que se implantou à margem esquerda do rio Negro (a margem alta, de chão firme, o ano todo enxuto, capaz de dar base a uma fortificação e a um povoado), justamente onde três igarapés (da Ribeira, do Espírito Santo e dos Remédios) confluíam em um golfo tranquilo (apto a justificar a vocação do porto e porto que continuaria quando o progresso viesse eliminar o golfo matriz), uma comunidade que se desenvolveu em conveniência com a floresta e com esse rio Negro, tão desafiante, e esses igarapés, tão acolhedores, e com aquele Solimões próximo (de cujas águas ricas de sedimentos e, pois, oferecendo toda sorte de peixes e quelônios, retirava a abundância de recursos de subsistência que lhe daria vantagem logística sobre Barcelos, contribuindo para fazê-la ganhar a preferência como localização da sede do Governo), tendo sempre o seu desenvolvimento, desde o tempo do fortim até hoje, ocorrido como uma conquista cotidiana à floresta e aos igarapés.

1.2. A ótica da posição

Adotada a ótica da posição, ao conceito de entorno regional associa-se a ideia, no passado, de uma América Portuguesa – aquele espaço imenso, de contorno flutuante, que Lisboa disputava a outros impérios; e hoje se associa à imagem de uma Amazônia Brasileira, parte da Pan-Amazônica.

O horizonte a que chegou a capacidade de percepção do governo português, atento às circunstâncias vividas pelo seu império neste lado do Atlântico, foi o do que podemos qualificar como entorno sub-regional; e até aí chegou ao instrumentar-se, para afirmação da soberenia a melhor gestão de seus interesses, por meio das Capitanias. E hoje é o horizonte em que se exerce, tendo Manaus, como polo, a competência de um orgão como a Sudam, com sua tendência de constituir-se como agência de desenvolvimento da Amazônia Interior, em complementação à Sudam, destinada esta a atuar em um horizonte mais amplo, de abrangência regional.

Ressalte-se que o significado da posição pode mudar com o tempo: como o de que se cogita é de uma *localização relativa*, muda-se a estrutura espacial considerada na medida em que mudem as relações entre seus focos, ora pela nova percepção das distâncias (induzida por novas possivilidades de transporte), ora pela diferenciação em perda de funções. Assim é que a posição de Manaus não é mais a mesma com a mudança dos padrões de relacionamento:

a) de Manaus na órbita de Belém, e saindo dessa órbita;
b) de Porto Velho (principal foco de Rondônia), Rio Branco (principal foco acriano na bacia do Purus), Cruzeiro do Sul (principal foco acriano na bacia do Juruá) e Boa Vista (principal foco de Roraima) na órbita de Manaus, e saindo dessa órbita (a primeira cidade, muito; a última, bem menos);
c) entre Rondônia e o Sul do país;
d) das comunidades acrianas da bacia do Juruá com as da bacia do Purus (onde está a capital);
e) da capital do Acre com a capital de Rondônia;

f) de Boa Vista com as comunidades translindeiras (da Venezuela e da Guiana).

Atende-se ainda em que o valor da posição de um foco em certa estrutura espacial tende a depender, em maior ou menor grau, da modelagem dos contornos das soberanias. No caso da Amazônia pelos tempos da borracha, para exemplificar, a força de gravitação de Belém ou Manaus atenuava-se quando transposta a linha de fronteira, atenuava-se só por isso, só pela transposição da linha: uma parte da renda, mesmo que a exportação se fizesse por Belém ou Manaus, ia ser gasta também ou principalmente em Iquitos (Peru), San Fernando de Atabapo (Venezuela) e Riberalta (Bolívia). Hoje, as zonas de influência de Belém e Manaus contraíram-se, e as linhas de fronteiras, separando soberanias, passaram a constituir os contornos de espaços econômicos bem individualizados (ressalva feita quanto aos pontos de convivência aberta, quase de promiscuidade, onde ocorrem fluxos de troca à margem de controles e formalismos).

Atende-se, finalmente, em que a ótica da posição e a ótica do sítio não se opõem ou excluem-se. Completam-se. Eis porque, depois de tentar compreender Manaus em um horizonte de abrangência continental, é bom tentar ler as influências ambientais que diretamente a afetaram, sobretudo a interação da comunidade com a água – a ciclópica, do rio, e a íntima, dos igarapés. Na recorrência das enchentes e vazantes. Algo que hoje já não é tão condicionante.

Posição e sítio fecundaram a emergência e a preeminência de Manaus na Amazônia Interior.

A concepção que conduzira à criação em 1621 de Estado de Maranhão e Grão-Pará resistiu alguns decênios, embora abalada pelas encrencas entre governadores e capitães-mores. Em 1647, desfazia-se o Estado, as capitanias que o compunham absorvidas pelo Estado do Brasil – situação prevalente por dezoito meses. Em 1654, voltava-se à fórmula anterior, reconstituindo o Estado do Maranhão e do Grão-Pará.

Quase um século passado, em 1751, reconhecendo-se a conveniência de pôr em definitivo a sede do governo em Belém

(onde desde a gestão de João de Abreu Castelo Branco, entre 1637 e 1647, os capitães-generais preferiam permanecer), passa o Estado a denominar-se "do Grão-Pará e Maranhão", já sem a Capitania do Ceará.

Em 1755, evidencia-se a necessidade de desdobramento de enorme Capitania do Grão-Pará, o que se efetiva com a existência da Capitania de São José do Rio Negro, sediada em Barcelos: a configuração da nova unidade representa, já então, o admitir-se a conveniência de pensar distinguindo entre uma Amazônia Oriental e uma Amazônia Interior.

A primazia de Belém em relação a ambas não se altera, não se alterará. Na Amazônia Interior, uma povoação próxima à foz do rio Negro, insignificante e por muito tempo até sem nome (é apenas a "aldeia junto à Fortaleza"), sucederá Barcelos, definindo-se logo no começo do século 19 como polo principal da sub-região: em 1848, pouco antes de tornar-se capital da província, tomará o nome que conserva – Manaus.

A fórmula seguinte que Portugal adota para organização do seu espaço amazônico é a criação, em 1772, do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, composto pelas Capitanias do Grão-Pará e do Rio Negro.

Ao expirar o século 18, dilui-se a noção de "Estados": estrutura-se a administração colonial em capitanias, umas ditas gerais e outras dadas como subalternas às primeiras. Na Amazônia, funciona um conjunto demoninado de duas capitanias: a do Grão-Pará e, como capitania subalterna, a do Rio Negro.

Com as mudanças institucionais correspondentes à constitucionalização do Reino, em 1820 esse conjunto é havido como província. O colegiado que então assume o governo interinamente em Belém autodenomina-se de "Junta Provisional da Província do Grão-Pará e Rio Negro".

Enquanto assim se caracteriza a organização do espaço sob a soberania de Portugal, validam-na rios acima funcionários militares, sertanistas, missionários e desertores em meio a privações, canseiras, doenças e perigos. E para defini-la formalmente, debruçam-se as chancelarias sobre mapas e relatórios, eis que os tratados de limites têm um compromisso

necessário com a Geografia: com a Geografia Física, ao descrever o modelado da superfície – águas e montanhas facilitando ou dificultando a vida de cada um e a interação das sociedades; e com a Geografia Política, que se baseia nos mapas ou os torna obsoletos, segundo um processo circular que tanto influencia como absorve os jogos de poder entre as nações.

O conhecimento então disponível da Geografia quanto aos territórios questionados é precário. Com mapas que têm traçados em grande parte conjenturais, sobre cujas linhas as chancelarias oscilarão entre perplexidades e interpretações manhosas, chega-se à formulação do conselho possível no Tratado de Madri (1750), em que transparece, por parte de Portugal, a inspiração nitidamente geopolítica de Alexandre de Gusmão, isto é, a sua percepção da importância do exercício do poder, pelo Estado português, sobre uma parte do continente sul-americano, em condições de posição, dimensão e forma sustentáveis jurídica e militarmente, condições indispensáveis à preservação e a consolidação da Conquista – todo o esforço de quantos, até broncos aventureiros, desfizeram e refizeram, cada qual a seu modo, a partilha do mundo combinada em Tordesilhas.

As proposições que Gusmão, como principal artesão do Tratado, do lado português, procurou defender quanto ao Prata e à Amazônia e ao espaço imenso entre o Prata e a Amazônia refletem a globalidade de sua concepção do Império tanto atenta à topologia da ocupação naquele momento como à viabilidade de sua manutenção futura, consideradas as possibilidades de Portugal na dinâmica internacional do poder. A racionalidade dos critérios defendidos por Gusmão prova-se com os limites atuais do Brasil, sensivelmente vindos do traçado de 1750.

Depois do Tratado de Tordesilhas (1494), as questões de fronteiras entre o império português e o império espanhol foram abordadas sucessivamente nos Tratados de Saragoça (1529), Lisboa (1681) e Utrecht (1713 e 1715), sem que se chegasse a um entendimento abrangente e capaz de durar. Faltava conhecimento geográfico, faltava uma fórmula de composição, faltavam condições subjetivas. Sobravam ressentimentos e suspeitas.

Alexandre de Gusmão, estimulando e aproveitando uma conjuntura favorável de redução de tensões, soube armar a fórmula da composição possível – esse tratado de 1750.

Três critérios de convivência orientaram tal instrumento.

Como base de tudo, um princípio que é a proópria essência e a novidade jurídica do pacto: a legitimação da soberania territorial pela efetividade da posse, consolidadas as situações de fato, mas admitidos ajustamentos, à base de concessões recíprocas. É o preceito, de fecundas consequências, do *uti possidetis*: "cada parte há de ficar com o que atualmente possui" (preceito afirmado no preâmbulo do Tratado).

A seguir, por certo tendo em vista garantir a estabilidade das posições no chão sul-americano naquele momento, convencionou-se a regra do não envolvimento das colônias quando as metrópoles se engajassem em guerra.

Finalmente, um entendimento prático, de caráter por assim dizer instrumental, para facilitar as demarcações: a preferência por divisas naturais como rios e linhas de relevo que constituíssem referenciamento inequívoco.

Superava-se definitivamente o espírito de Tordesilhas. Os portugueses haviam rompido o Meridiano na América do Sul, os espanhóis o haviam rompido na Ásia. Pela combinação de 1494, os portugueses apenas teriam um naco oriental da América do Sul – o mais estaria no hemisfério espanhol; e os espanhóis, na Ásia, não teriam as Molucas e as Filipinas, que tanto lhes interessava – em pleno hemisfério português.

Ainda na América do Sul, os espanhóis privilegiaram, em seu conceito estratégico, a porta platina – não se sentindo tamponados ao norte, eis que dispunham do acesso pelo Mar do Caribe, por meio dos portos de Cartagena (Colômbia) e Portobelo (Panamá); os portugueses privilegiariam a porta atlântica. Inversamente, em equilíbrio dinâmico, os portugueses ficariam com uma parte interior da bacia do Prata, e os espanhóis com uma parte interior da bacia do Amazonas.

De um lado e de outro logo se levantariam descontentamentos e reservas. Com a morte de João V, de Portugal, no mesmo ano da lavratura do Tratado, e a de Fernando VI, da espanha em

1750, deixavam de existir os soberanos que o patrocinaram: os adversários do pacto chegam ao poder – em Portugal, Sebastião de Carvalho e Melo, futuro marquês de Pombal; na Espanha, o próprio rei, Carlos III.

Apesar das restrições que lhe opunha, é indiscutível que durante anos Sebastião de Carvalho e Melo empenhou-se para aplicá-lo: praticamente tudo o que então acontece na América Portuguesa relaciona-se com esse propósito – criação de capitanias, empreendimentos de colonização, instalação de vilas, organização de produção, atritos com os missionários, explorações, feituras de mapas, construção de fortalezas. Tudo está orquestrado para garantir e demonstrar a ocupação portuguesa, resguardando o território – quase o Brasil de hoje.

As desconfianças e malquerenças seculares entre as duas nações ibéricas, tantas vezes chagando a desfechos sangrentos e ruinosos, não constituíam antecedentes animadores. Nem mesmo a ação militar conjunta na Guerra Guaranítica e o sucesso militar então compartilhado conduzem a melhor entendimento.

Nesse clima, as reservas ao Tratado acabaram por prevalecer, encontrando-se todas as razões e pretextos para anulá-lo, inclusive alegando-se o pesado dispêndio em que ambas as partes sangravam-se para manter as partidas de demarcação. E sem que um milímetro de fronteira houvesse sido demarcado. Em consequência, anulando-o, foi assinado, em 1761, o Tratado de El-Pardo, complementando em 1763 pelo Tratado de Paris, que remetia as questões de fronteiras ao que fora esboçado nos tratados de Liboa (1681) e de Utrecht (1615).

Nova sucessão em Portugal: falecendo José I, a presença de Maria I significa a desgraça de Pombal. Substituído por Martim de Melo e Castro, reabrem-se as negociações com a Espanha, das quais emergem o Tratado de Santo Ildefonso em 1777. Tão precárias são as condições do diálogo, que se convencionou adjetivá-lo de Preliminar.

As combinações dinásticas, se antes haviam contribuído para uma atmosfera favorável, agora atuavam em sentido contrário. E critérios estreitos de política interna superpunham-se, sem de

todo abafá-los, aos critérios geopolíticos da concepção original de Alexandre de Gusmão, ameaçados desde El-Pardo.

Embora respeitando em boa parte o contorno aceito no Tratado de Madri, o de Santo Ildefonso adotou algumas alterações importantes ao sul e ao norte. Na Amazônia, substancial alteração: o referenciamento da fronteira pela boca mais ocidental do Japurá, cláusula que iria, muitos anos depois, gerar problemas para a definição dos limites do Brasil com a Colômbia.

Apesar dos sacrifícios territoriais que impunham, como a atribuição dos Sete Povos das Missões à Espanha, o Tratado de Santo Ildefonso proporcionava a Portugal a fixação de um critério de discussão que lhe era conveniente – o *uti possidetis*.

Com a guerra entre a Espanha e Portugal, fomentada pela França, quanto se combinara nesse tratado ficaria inócuo. A Paz de Badejós (1801), complicada pela interferência francesa, não o restabeleceu.

Desde há muito, bem antes de tantos tratados, Portugal e Espanha cuidavam de montar sua aparelhagem administrativa e militar, concentrando-a em focos de irradiação, segundo as sugestões da Natureza: para a Amazônia, os espanhóis tiveram os seus na vertente do Pacífico; Portugal, tendo criado um governo autônomo para a Amazônia, começara por sediá-lo em São Luís. Pela sua posição, enfrentando terríveis dificuldades, os espanhóis tinham de transpor os Andes e descer a sua vertente amazônica; aos portugueses cabia avançar pela calha central da bacia, contra o fio da correnteza do rio, mas até bem a montante, com os alísios ajudando.

A posição privilegiada de Belém proporcionar-lhe-á crescente importância, a ponto de disputar, em termos até de ácida rivalidade, a primazia com São Luís. O movimento pendular de definição da hegemonia, situando-se a sede de fato do governo ora em um burgo. ora em outro, não entorpece o avanço das frentes de expansão, que vão atingindo uma após outras as bacias dos grandes afluentes do Amazonas – até onde se tivesse a notícia de índios e de drogas do sertão.

Transposta a primeira metade do século 18, Portugal já marcou em definitivo sua presença na Amazônia, visibilizando-a

por algumas fortalezas, quer na porta do vale, quer no arco esboçado de fronteiras cujo raio os sertanistas já fizeram bem longo.

Aí a Amazônia, como espaço português, estará referida a um triângulo de capitais: Belém, na entrada atlântica; Barcelos, no rio Negro; Vila Bela, no Guaporé.

Na borda leste, vencendo sua disputa de poder com São Luís, Belém consolida para sempre sua primazia; no centro geográfico, Barcelos será suplantada por Barra (futura Manaus), também no rio Negro, com sede de Capitania de S. José do Rio Negro; dominando a borda oeste, Cuiabá suplantará Vila Bela como sede de Capitania de Mato Grosso.

Sem alterar a tripolorização do balizamento político e administrativo da ocupação, com o apoio da rede de fortificações, essas três alterações da posição dos polos de poder, implicando um relacionamento abrasivo dos burgos rivais, marcam meras acomodações à lógica geográfica, enquando Lisboa logra melhor percepção das realidades ambientais de sua colônia.

Quando a Conquista amadurece, quando militares, missionários e negociantes já trouxeram muitas informações sobre rios e mesopotâmias, quando é evidente e ameaçadora a presença castelhana nos "confins ocidentais", criam-se as Capitanias de São José do Rio Negro e de Mato Grosso, esta destacada do governo de São Paulo, articulando-se os novos governos principalmente pela bacia do Madeira. Representam a evidência da presença da administração portuguesa, a garantia do propósito de continuidade instrumentada dessa presença: não são núcleos esparsos de dominação local, mas os componentes de um sistema de poder – a Capitania de S. José do Rio Negro constituindo a articulação político-administrativa e militar do alongamento do território no sentido das longitudes, e a Capitania de Mato Grosso a articulação do alongamento no sentido das latitudes.

Vila Bela, bem em cima da fronteira, chegou a exercer papel de relevo como capital da Capitania de Mato Grosso. Foi a sua proximidade ao presumível teatro de operações (presumível, no caso de ruptura com os espanhóis), que permitiu a pronta presença do governador Antônio Rolim de Moura no Guaporé tão logo o primeiro confronto ocorreu. A compreensão pelos

portugueses da importância desse pedaço de chão remoto avalia-se pelas proporções da Fortaleza do Príncipe de Beira, que aí instalaram.

Justamente pela importância militar desse segmento, com os seus riscos implícitos, a proximidade da capital com a fronteira, se em tal momento valeu como vantagem, importava em temeridade que não valia a pena assumir. Cuiabá, menos exposta, foi a alternativa.

Quando à capital da Capitania de S. José do Rio Negro, ocorreu, por inspiração da própria autoridade executiva regional, uma alteração da estratégia traçada em Lisboa: quando a Capitania foi criada, a sede prevista, o que nunca passaria do papel, era a Vila de S. José de Javari, posta quase em cima da fronteira, sobre a calha central; logo a sede será Barcelos e depois Barra (Manaus), representando Barcelos e Barra variações da mesma concepção básica: com essa mudança, contra a opção primitiva por um polo excêntrico, terão preferido as autoridades portuguesas um polo centralizado – não só menos exposto (eis que a meio caminho de Belém). Enquanto Barcelos significa ênfase ao rio Negro, a preferência pela Barra mostra o claro intuito de equilibrar a posição entre o rio Negro e o Solimões.

Frei Miguel de Bulhões, bispo do Pará, perfeitamente engrenado com Mendonça Furtado e até participando do seu governo, ao aplaudir a ideia da criação da nova Capitania, criticara a localização da capital perto da fronteira, preferindo-o no rio Negro, em Mariuá (futura Barcelos), entre as razões por que a capital devia ser fundada "no meio do mesmo governo" (isto é, no seu centro geográfico), onde os governadores poderiam "com mais facilidade acudir e socorrer com todas as providências assim a povoação do Rio Branco como as Vilas de S. José e Borba a nova de Trocano", bem como poderiam "embaraçar melhor o contrabando dos índios".

A argumentação de frei Miguel prevaleceria: S. José do Javari não seria jamais capital. Quando a Capitania se instala, em 1758, é a Mariuá, então denominada Barcelos, que cabe a investidura.

Nas extremidades do arco de fronteiras, inclusive seu segmento litorâneo, Portugal terá duas notáveis posições – as

fortalezas de Macapá e do Príncipe de Beira. Notáveis pela sua imponência, pelo esforço que exigiram, pelo capricho da construção, pelo significado de sua presença. Na verdade, aliás, a do Príncipe da Beira, que bem cumpriu o seu papel histórico, como afirmação longíqua de Portugal, está em uma situação militarmente inexplicável, que para felicidade de sua guarnição nunca precisou ser posta à prova.

A flecha desse arco é a calha central. Foi até onde a diplamacia portuguesa conseguiu sustentar a posse formalizada com a entrada de Pedro Teixeira: ao alongamento do espaço português no sentido de leste, sobre o trajeto de Pedro Teixeira, acrescenta-se a continuidade de domínio no sentido do sul, soldada a Amazônia ao Planalto Central, onde a presença portuguesa era tranquila. Configurava-se, assim, a condição da compacidade – indutor geopolítico da coesão.

Para esse alongamento segundo os parelelos, importa insistir, os portugueses desfrutavam de melhores condições que os espanhóis: partindo do Delta, cujo controle mantêm, podem prosseguir, e longe, sem os obstáculos do relevo; se a penetração é tentada no sentido inverso, as dificuldade passam a ser muito maiores. Entretanto, na medida em que lográ-lo representa um sucesso para Portugal, gera também, para seus administradores coloniais, a adversidade do crescente distanciamento: para conjurá-la, foi criada a Capitania de S. José do Rio Negro, providência que Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador e capitão-general, responsável pela gestão de espaço português no Norte, considera tão essencial que chega a comentar: "...sem ela era impossível que Sua Majestade nunca fosse Senhor desta grandíssima parte dos seus domínios mais do que no nome".

1.3. *A ótica do sítio*

O aspecto geral do antigo burgo, posto em terreno bem irregular, à margem do rio Negro, era o de uma sucessão de vales, por onde corriam vários pequenos cursos d'água,

alterando-se com os correspondentes divisores, de diferentes níveis, cobertos de mata.

Esses cursos d'água, rotulados regionalmente como "igarapés", alguns vertendo diretamente para o rio Negro, outros sendo tributários dos primeiros, tinham e têm (os que ainda existem) a característica de possuir leitos mais altos do que o do rio principal. Assim, nas vazantes, que em Manaus chegam ao seu ponto mais baixo com mais frequência em outubro, ficam quase secos, apenas um pouco d'água escorrendo (cada vez menos) das nascentes, passam a receber água do rio principal nas enchentes, que chega ao seu ponto mais alto em junho. A lâmina d'água humilde cresce a ponto de acolher navios.

Geomorfologicamente, esses igarapés caracterizam-se como "rios fluviais", isto é, vales afogados – depressões expostas à submersão, no caso de Manaus, cíclica.

Em frente a Manaus, o rio Negro apresenta considerável variação anual de nível – uma média de uns 10 metros entre a cota da enchente e a vazante, registrando-se amplitudes de variação excepcionais, máxima de 16,76 m em 1956 e mínima de 5,45 m em 1912. Apesar dessas diferenças, o rio Negro proporciona aí, o ano todo, água suficiente, sem turbulência, para garantir ancoradouro tranquilo, ampliado pelas bocas dos igarapés. Isso definiu no passado uma vocação de Manaus, que o processo histórico só fez confirmar: a de porto.

É presumível até que tal condição de disponibilidade de bom ancoradouro hava inspirado a escolha da localização para o fortim que deu origem a Manaus: nem a foz, pouco abaixo, com a convulsa hidrodinâmica do "encontro das águas" (a caudal do Amazonas contendo a saída das águas do rio Negro), nem a baía do Boiuçu, pouco acima, mais desabrigada, suscetível mesmo de ondas, onde, aliás, quando se implantou o fortim que deu origem a Manaus, já estava a aldeia dos Tarumãs.

E a escolha da margem também não terá sido arbitrária: ao invés da margem direita, baixa, sujeira à invasão periódica das águas do rio Negro, preferiram os portugueses a margem esquerda, em terreno consolidado (a borda do platô terciário), com alturas normalmente ao abrigo de cheias.

O propósito administrativo-mercantil (preocupação de assegurar uma base de apoio aos negócios de apresamento de índios e de coleta de drogas do sertão) terá nitidamente prevalecido sobre o propósito militar. A rigor, do ponto de vista militar, a posição tinha pouca eficácia para uma luta com outras potências, eis que podia ser flanqueada, dadas as ligações interiores entre o Solimões e o Negro: a possibilidade de contorná-la, se não foi percebida no momento da escolha do local para a implantação do fortim, era do tranquilo conhecimento dos portugueses no século seguinte.

A partir do fortim e da ermida aí postos quando se aproximava o fim do século 17, a comunidade local conservará sempre uma relação de dependência e intimidade com a água, seja grande rio, seja igarapé.

A base física sobre a qual se desdobrará o burgo, em uma configuração muito geral, é marcada, do lado sul, pelo rio Negro, de cuja margem, tendo como ponto germinal fortim e ermida, a ocupação estender-se-á: do lado oeste, pelo igarapé da Cachoeira Grande (hoje mais conhecido como igarapé de S. Raimundo); do lado leste, pelo igarapé da Cachoeirinha (cujo segmento inicial hoje é mais conhecido como igarapé dos Educandos); do lado norte, por um terraço mais alto (cujo primeiro assentamento foi o do bairro "Vila Municipal", hoje Adrianópolis).

No momento da implantação no núcleo histórico, esses igarapés (da Cachoeira Grande e da Cachoeirinha) ainda são referências distintas. Proximamente ao fortim e à ermida, há o pequeno igarapé da Ribeira; as casas começarão a avançar, a partir daí, ora no sentido oeste, até o também pequeno igarapé de S. Vicente, ora no sentido leste, transpondo o igarapé da Ribeira, até o igarapé do Espírito Santo.

O burgo estende-se pela margem do rio Negro, a jusante e a montante, transpõe sucessivos vales, chegando-se aos igarapés da Cachoeira Grande e da Cachoeirinha, por muito tempo referências terminais, e os transpõe também; aproxima-se de terraço ao Norte e nele avança.

Nessa evolução, dois vetores importantes de orientação do crescimento: o curso dos igarapés e, bem depois, os trajetos das linhas de bondes (estas em parte induzidas pelos igarapés –

diretamente, quando as linhas se desenvolvem na crista dos seus divisores, ou diretamente quando seu objetivo era criar ligações transversais, com a sucessão de sólidas pontes).

Os igarapés fizeram por muito tempo o papel de rua. Antes do aterramento dos núcleos históricos, esse papel foi bem nítido.

Contava meu pai que, pelos anos oitenta do século passado, quando, aliás, os grandes aterros já haviam começado, meu avô, com os filhos, de canoa, saindo dos fundos da casa à rua do Espírito Santo (hoje rua Dr. Moreira n.º 88), pelo igarapé dos Remédios (no trecho que é hoje a avenida Floriano Peixoto), ia visitar meu bisavô, José Ferreira Ribeiro Bittencourt, e a meu tio-avô, Francisco Públio Ribeiro Bittencourt, na "rocinha" pioneira deste, no igarapé então sem nome, que o povo veio a chamar igarapé do Bittencourt (agora mais conhecido como igarapé da Segunda Ponte).

Por água vinha a banda de música dos Educandos tocar junto ao Palácio, nos domingos e feriados. Por água fazia-se o cortejo do Divino – uma comemoração anual a envolver toda a comunidade, desde o presidente da Província. Era de igarapé a água que se bebia, ensejando a profissão dos "aguadeiros." Nos igarapés, lavava-se roupa. Os igarapés eram o reino encantado da vadiagem dos curumins – igualados na alegria os filhos de brancos e seus pajens índios.

Os igarapés, os que ainda existem e os que deixaram de existir, condicionaram o início do desenvolvimento urbano. Seus vales atraíram casas, dando o óbvio relacionamento homem-água, com a mediação indispensável da canoa.

Ao serem aterrados alguns igarapés, as avenidas e ruas que se alongam sobre os seus antigos vales conservaram, em parte, a forma de seus cursos: onde o igarapé fazia um cotovelo, aí hoje poderá estar também uma pista com uma deflexão.

E a sucessão de calhas e divisores marcará em definitivo a altimetria das artérias, lembrando as subidas e as descidas de hoje as velhas ladeiras da margem de um igarapé ao divisor e deste ao igarapé seguinte – assinalada a sensível diferença das cotas verificadas hoje com as antigas cotas, por conta dos trabalhos de nivelamento dos eixos de circulação, um fantástico

esforço de movimentação de terra, mais acentuado nos anos finais do século 19. Esses trabalhos de nivelamento permitiriam o lançamento de carris urbanos, a princípio com tração a vapor, depois elétrica: a linha do bonde será um vetor, ao mesmo tempo, de expansão e aglutinação.

Colinas foram arrastadas ou extremamente desbastadas para fornecer aterro com que atulhar os vales. Existiu, por exemplo, um morro do Seminário, do qual hoje não resta sinal. Lembranças das antigas cotas ainda restam: o Teatro Amazonas, o Palácio da Justiça, a Catedral.

Os igarapés maiores, referenciando por muito tempo o espaço urbano em que Manaus se desdobrou, esses igarapés maiores, o de São Raimundo (ou da Cachoeira Grande) e o dos Educandos (parte terminal do igarapé da Cachoeirinha, com as suas águas engrossadas pela contribuição dos igarapés de Mestre Chico, Bittencourt e de Manaus), vieram a atrair instalações industriais, assim dotadas de porto próprio, "constituindo uma verdadeira zona industrial, que acompanha livremente os cursos d'água".

Esses estabelecimentos são tão anfíbios, com a alvarenga e o batelão de um lado e o caminhão de outro, como foram anfíbias as famílias do tempo da Província, deslocando-se a pé e de canoa na rotina de todos os dias.

Pontes de madeira e, por algum tempo, uma "ponte-barca", permitiram as primeiras ligações transversais por terra. Com as pontes de alvenaria e de ferro e as grandes obras de nivelamento estabelecidas as linhas de bonde, e aterrados os igarapés do núcleo histórico (da Ribeira, do Espírito Santo e dos Remédios), a canoa tornou-se desnecessária para a maioria da população. Era o começo de um processo longo: a cidade crescendo, os igarapés vão perdendo importância, alguns até se tornando problemas. Nostalgia à parte, a sua morte tende a valer como preço do desenvolvimento urbano: as calhas dos que subsistem (ou o que subsiste deles) são tentadoras reservas de espaço – uma alternativa óbvia para o planejamento, a proporcionar, com a hipótese de seu aterramento, a possibilidade de novas e decisivas vias secas.

No interior, a interação com a água (rio principal, paraná, lago, furo, igarapé) é imperativa, indissociavelmente

correlacionada com a atividade econômica das comunidades. Em Manaus, crecendo e crescendo a cidade, rio e igarapés foram deixando de ser parte do quotidiano da vida de considerável segmento da população. Claro que o agregamento de agentes econômicos, na medida em que produção e comercialização envolvam relacionamento com o interior, dependendo do rio, mas um forte e moderno setor industrial, dentro do regime de Zona Franca, tende a dele prescindir e a ignorá-lo.

A relação com o rio, em Manaus, teve e tem uma característica: o utilitarismo da apropriação do litoral foi ocorrendo em aproveitamentos sem uma diretriz de conjunto – aproveitamentos feitos diretamente sobre a margem, próximo à água, com a criação de um escudo de lances heterogêneos de ocupação, ao sabor das conveniências isoladas de cada ocupante, de tal modo que, na parte do núcleo histórico e segmentos adjacentes, ninguém vê o rio, salvo em brechas soltas (como a praça dos Remédios e a rampa do Mercado). Quem da água, em embarcacão baixa, for acompanhando o contorno do litoral, além da franja desordenada de "flutuantes", canoas, batelões e lanchas a jusante e a montante do porto, somente verá a barreira, imediatamente sobre a margem, de casas comerciais, o Mercado, a muralha do Porto, as instalações pontuárias, fundos de residência. Uma paisagem em que as ocupações não deixaram espaços para o aproveitamento descortinado e contínuo de logradouros públicos litorâneos. A cidade, assim, cresceu de costas para o rio Negro.

Um autorizado analista de seu desenvolvimento, Alfredo da Matta, em Manaus vivendo desde antes da implantação das instalações portuárias, observou que um dos efeitos destas foi deter a viração de certas horas, do rio para a terra. Outro comentário do mesmo observador: "Afearam as ruas, tapando-as na margem do rio, inclusive a avenida Eduardo Ribeiro, a principal artéria do trecho urbano". Conclusão: "Teria a cidade aspecto muito diverso se os seus habitantes não ficassem com o horizonte tão limitado nesse trecho, que abrange quase todo o porto".

Quanto a essa proximidade da água e ao relacionamento com o rio e com os igarapés, vale lembrar que as peculiaridades do sítio urbano de Manaus condicionaram o aparecimento de

duas formas peculiares de favelização: unidades residenciais, comerciais e até microindustriais flutuantes (construídas em cima de grossos toros), proliferando no contorno do litoral, especialmente nas bocas dos igarapés; e as construções, dentro da cidade, que invadem a calha dos igarapés. Umas e outras nas piores condições possíveis de falta de higiene.

E havia o verde. Embutida na floresta, o verde não apenas cercava a cidade: salpicava-a por todo canto e recanto. Principalmente pelos quintais, que quase todas as casas possuíam. O progresso matou os quintais, empurrou e está empurrando a floresta. "A comunhão cidade-floresta que existia na Manaus de antigamente, isto é, na Manaus de 1967, hoje já se afastou bastante". A ocupação indisciplinada está gerando bairros de uma terrível desolação: em áreas que não faz muito eram florestadas, as ruas, expostas à intensa insolação, não possuem, para proteger os pobres passantes, a sombra de uma árvore. Dir-se-ia que a velha intimidade com a mata foi substituída por um sentimento, qualificável de autodestrutivo, de horror ao verde.

A cidade que ora se faz inimiga do verde e menos amiga do rio e dos igarapés (como que se descaboclizando), que aceita as desfigurações submodernosas associadas com o gosto de ser Zona Franca, e que aplaude, mas não segue as lições de Severiano Porto, a cidade incha e enfeia-se, vai deixando de ser a Manaus que foi – e já não sei mais o que é: caminhando para tornar-se um amontoado incaracterístico, difícil, de pessoas, casas e problemas.

2. A origem

2.1. A noção predominante, a rever

O ano de 1669 tem sido dado com o da implantação no rio Negro, próximo da aldeia dos Tarumãs, a jusante, de algum estabelecimento (fortim ou acampamento fortificado) junto ao qual se desenvolveu a aldeia que deu origem a Manaus. E a Francisco da Mota Falcão tem sido atribuída a legenda do criador desse estabelecimento.

A dupla asserção há muito vem sendo sustentada e repetida. Como que passou em julgado. Com a colação de dados documentais ainda não utilizados e uma nova leitura das fontes habituais, ouso opor-lhe restrições.

Para não alongar estes comentários, não citarei quantos autores têm tratado do assunto. Não desconhecendo o mérito de tantos, a dois destacarei que mais demoradamente o têm enfrentado: Arthur Cézar Ferreira Reis e Mário Ypiranga Monteiro.

O primeiro, pesquisador infatigável e intérprete lúcido, com uma obra que se caracteriza pela riqueza e pelo rigor da informação, tem questionado o tema desde a sua *História do Amazonas* (1931), passado por *Manaus e outras Vilas* (1934) e *Roteiro histórico das fortificações no Amazonas* (1.ª ed. – 1942, 2.ª ed. – 1966), até "Manaus – sua fundação e seu fundador" (artigo em *O Jornal*, de Manaus, 24/10/1969, reproduzido no livro *Temas Amazônicos* – Manaus, 1983).

O segundo, erudito amazonólogo, sabedor de tudo quanto se relaciona ao passado de sua terra, que tem pesquisado com dedicação e explicado com proficiência, inclusive mediante abordagem interdisciplinar, vem tratando da matéria em *Fundação de Manaus* (1.ª ed. – 1948, 3.ª ed. – 1971), *A Capitania de São José do Rio Negro* (1953) e "Manaus – sua história" (artigo em *A Crítica* de Manaus, 24/10/1982).

Com esse conspícuo amparo, para que aquela dupla asserção (1669, Falcão) seja revista, faz-se imprescindível discussão exaustiva, talvez fastidiosa.

A lembrar que Rodolgo Garcia, que tão valiosa contribuição prestou à História do Brasil, tratando de passagem do tema (o seu, então, era a Etnografia), afirmou que o fortim fora edificado por Francisco da Mota Falcão, tendo sua construção começada em novembro de 1691 e terminada em 1693.

Quanto à contribuição da legenda de construtor a Francisco da Mota Falcão, não parece aceitável – como será demonstrado. Os documentos hoje conhecidos não dizem tal e os há a induzir a negativa.

Quanto ao período indicado de construção, é por inteiro plausível, aproximando-se muito do que os dados e reflexões a seguir permitem aceitar. Aliás, a precisão com que Garcia o indicou, dando não apenas o ano, mas o mês mesmo do início da construção, faz da fundamentação em documento visto. Mas não lhe especificou a fonte.

Com os espanhóis havia desconfiança e rancores seculares, atuando como um lastro de inconsciente coletivo, em continuação ao persistente confronto de povos na Península Ibérica.

Quanto aos holandeses, havia a lembrança de suas tentativas na costa do Brasil (Bahia, Pernambuco, Maranhão) e no Delta do Amazonas e mesmo a de sua penetração até o Xingu. E acumulavam-se dados e suspeitas sobre sua presença e pretensões no rio Branco. Os índios, aliás, portavam ferramentas e facas de fabricação presumidamente holandesa e até chegavam a fazer escolhas: preferiam tais utensílios de origem holandesa aos seus similares portugueses, a estes julgando de mais baixa qualidade.

Além de espanhóis e holandeses havia, também, os índios – tratados tanto como se fossem potência inimiga, tanto como objeto de comércio. As autoridades portuguesas, entretanto, evoluirão, pelo menos no plano das ideias proclamadas, até considerá-los como aliados que deviam ser mantidos como tais e cujo apoio seria importante para a defesa do Império: "os gentios são a muralha do sertão".

2.2. Da omissão de Berredo à ambiguidade de Sampaio

Comecemos pela datação. Apesar de quanto se reitera a atribuição de ano de 1669 como o da fundação de Manaus, não há documentação disponível que seja suficiente para assim aboná-la nem esclarecer com precisão sobre a natureza do estabelecimento que então teria sido implantado no local em que hoje está Manaus. Há notícias de sua existência uns vinte anos depois; em 1669, comprovandamente, não.

Para o escrito histórico de caráter interpretativo, no nível do conhecimento que diz respeito ao sentido geral dos fluxos dos fatos e suas pulsações, o tema é irrelevante: vinte anos mais ou vinte anos menos pouco significa ou nada. Para a História acontecimental, de caráter narrativo, indispensável para que existia aquele gênero do saber histórico, esse questionamento importa e tanto mais quanto está entronizada uma noção insatisfatória e pouco provável.

O foco da suposição segundo a qual se atribui o ano de 1669 como sendo o da fundação de Manaus, é um período de Francisco Xavier Ribeiro Sampaio, período ambíguo que vale transcrever, de modo a que cada um faça ou refaça o seu juízo sobre a questão. Eis o período de Sampaio:

"O General de Estado Antonio de Albuquerquer Coelho mandou edificar a fortaleza da barra deste rio por Francisco da Mota Falcão e foi seu primeiro comandante Angelico de Barros. Ora sendo certo que a expedição do Urubu foi no ano de 1665, me persuado que o descobrimento do rio Negro, que lhe foi posterior, viria a ser pelos anos de 1668 e 1669, dando lugar a esta conjectura a certeza de que nesses anos andava Pedro da Costa ocupado na tropa de resgate no Amazonas".

A ambiguidade começa com a conotação pessoal dada por Sampaio à palavra "descobrimento", nela embutido, ao mesmo tempo, a ideia de penetração pioneira e, de algum modo, a de precedência de domínio. Esta a explicação do próprio Sampaio:

"Quando falo em descobrimento, quero dizer da entrada interior, e redução das nações".

É visível que Sampaio, com esse uso de palavra, quer gerar efeitos a partir dos dois significados convergentes com que os codificou: quanto à "entrada interior" quer provar quem chegou primeiro mais longe ao longo do rio; quanto à "redução das nações" pretende figurar não a simples sujeição dos índios, mas também sua nucleação, sedentarização, catequese – no fundo a presença consciente e ativa da soberania de Portugal.

Se Sampaio não estivesse emprestado à palavra um conteúdo peculiar, diferente do conteúdo habitual, não precisava dar a explicação que deu. Se assim o fez, não o terá feito com intenção meramente retórica, de puro efeito literário.

Ponho-me a imaginar que Sampaio, com funcionário atento, com sensibilidade específica em relação a questões de soberania e fronteiras, tendo mesmo sido responsável por atos para a legitimação da posse, por parte de Portugal, de territórios pretendidos pela Espanha, Sampaio teria procurado, com habilidade profissional, dar tal conotação peculiar à palavra "descobrimento" justamente para enfatizar o mérito da ocupação portuguesa, minimizando o descobrimento (no sentido habitual de primeiro encontro) como praticado pelos castelhanos – evento do século anterior, ano de 1542, a crédito de Orellana e seus companheiros, a serviço da Espanha.

Pode estar implícita na codificação que Sampaio atribuiu à palavra a ideia de irrelevância do primeiro encontro (feito dos espanhóis, enfatize-se), a que não sucedeu nem o aprofundamento da exploração, sem a efetiva ocupação e esta teria de ser demonstrada com evidência da "redução das nações" – evidência que quando veio a ocorrer e foi pela mão e a crédito dos portugueses.

O registro desse "descobrimento" é exposto por Sampaio como uma ilação ou conjectura, não resultando, pois, diretamente de precisa verificação documental. E quanto à fundação da Fortaleza (leia-se outra vez a frase de Sampaio), não a refere aí a nenhum ano.

O nome de sertanista que Sampaio corretamente associa, nesse trecho, a tal "descobrimento", é o de Pedro da Costa, ou seja, Pedro da Costa Favela, e não de Francisco da Mota Falcão.

Sabe-se bem que pelos últimos meses de 1668 expediu o governador Antonio d'Albuquerque Coelho de Carvalho (o primeiro desse nome) "uma grande tropa de resgates à ordem de Pedro da Costa Favela". No curso dessa entrada, ocorreram os fatos que levaram Sampaio a creditar-lhe o "descobrimento" do rio Negro.

No *Diário da Viagem*, Sampaio silencia quanto às incursões de 1657 e 1658. Na *Relação geográfico-histórica*, citando Vieira por meio de citação de Berredo, refere-se vagamente à viagem do Padre Francisco Gonçalves; e, embora também lembrada por Vieira, não se refere à viagem do padre Francisco Veloso – provavelmente porque Vieira não associou o nome de Veloso ao rio Negro (em Vieira a viagem de Veloso é dita "aos Aruaquenses").

Se Sampaio possuísse algum conhecimento, além do escassamento proporcionado por Vieira, sobre essas viagens, sem dúvida que o teria exposto, tanto mais que o registro de sua ocorrência constituiria prova, como veio a constituir, da precedência portuguesa no rio Negro – tema de seu constante interesse.

Comentário de Serafim Leite: "Berredo ignorou ou calou as duas primeiras entradas dos Jesuítas no rio Negro. Como seus Anais foram, durante muito tempo, o guia único dos historiadores, a muitos induziu seus erros, incluindo Ribeiro de Sampaio e Alexandre Rodrigues Ferreira".

Este comentário, se é adequado, no que tange a ter sido Berredo guia único por muito tempo, não o é completamente quanto a afirmar que o mesmo ignorou as duas primeiras entradas dos jesuítas: nos seus "Anais" são lembrados a propósito de outros fatos e indiretamente, em breve menção a Vieira na respota à Câmara do Pará (carta de 12/2/1661), que Berredo transcreveu. Delas, pois, tomou conhecimento, mas sem lhes dar relevo nem acrescentar nenhuma notícia; e, como os "Anais' estão dispostos em rigorosa ordem cronológica, não as mencionando na série de eventos ao longo dos anos cinquenta, justificou a impressão de ignorá-las de todo.

Ao tratar dos últimos eventos do ano de 1668, Berredo refere a tropa de resgates confiada a Favela (§ 1.166). A seguir,

cuidando já dos eventos de 1669, menciona a representação que a Câmara de Belém fez o governador a propósito de "algumas escoltas que andavam no rio Amazonas", contra as quais a Câmara se manifestava, acrescentando a proposta de "expedição de uma nova tropa, que retirasse todas" (§§ 1.167). Finalmente, faz um registro pouco claro de reação do governador: este parece haver fingido dispor-se a nomear para o cabo da tropa alguém escolhido entre os nomes eleitos pela Câmara (§ 1.168), sabendo-se que (velhacaria do governador?) nenhum deles veio a prevalecer.

Nesses três parágrafos de Berredo, nada é dito da fundação de uma fortaleza no rio Negro. E Francisco da Mota Falcão não é mencionado.

O nada haver dito, aí ou em outras passagens, sobre a fundação da Fortaleza, é até estranhável: como governador tratou de assuntos relativos à sua administração, inclusive encaminhando a Lisboa proposta para sua relocação; não obstante, como cronista, não deixou nenhum registro sobre o começo de sua existência. A omissão é total.

Trata-se, em suma, de fonte insatisfatória sobre os fatos concernentes ao rio Negro. Sua pobreza de informação e sua omissão vão refletir-se no texto de Sampaio quando em Berredo se fundamenta. Mas há um dado em Sampaio que não se encontra em Berredo: a referência a Angelico de Barros como primeiro comandante. Tendo a admitir que se trata de um engano, o que tento mostrar adiante.

Vontando ao texto de Sampaio: à luz destas observações, não há como tirar de trecho reproduzido a interpretação, há muito generalizada, de que Francisco da Mota Falcão estabelecera em 1669 uma fortaleza no rio Negro. Nesse ano, quanto se saiba com apoio documental, o que aconteceu foi a incursão de Favela e o estabelecimento, por Favela e frei Teodósio Viegas, da aldeia dos Tarumãs.

O próprio Sampaio voltou ao assunto em outro texto – o relatório sobre o rio Branco. Aí, confirmando a sua convicção sobre a prioridade de Favela quanto ao que chama de descobrimento do rio Negro, amplia a imprecisão relativamente ao ano em que esse

descobrimento teria ocorrido (e por isso com prudência usa um condicional):

"Sabemos quanto por conjecturas ou já em outro lugar pude averiguar, que o descobrimento do rio Negro se deve às incansáveis diligências de Pedro da Costa Favela, que esse descobrimento seria pelos anos de 1670 ou 71; que depois do primeiro estabelecimento na foz deste rio se continuaram os descobrimentos por Guilherme Valente (...)".

Esse texto, aliás, deve conter um erro gráfico. Segundo outra versão, mencionada por Nabuco, ao invés de *ou* o certo é *eu* com o que se beneficia a lógica da frase: "Sabemos quanto por conjecturas eu já em outro lugar pude averiguar (...)".

Nabuco, comparando o *Diário* (com a referência aos anos de 1668 e 1669) e a *Relação* (com a referência aos anos de 1670 e 1671), onde os defensores das pretenções inglesas na questão das fronteiras encontraram contradição, acentua que Sampaio fala de "conjecturas" e evita falar de um ano preciso, preferindo referir-se a um período, balizado pelos anos que mencionou, o qual abrangeria duas fases da mesma sequência de fatos – o começo e o desenvolvimento de um só esforço. Um esforço que, superpondo-se o *Diário* e a *Relação*, desdobrar-se-ia entre 1668 e 1671.

Um terceiro texto de Sampaio, abordando o mesmo assunto, vem de ser exumado pelo prof. Renôr de Carvalho, da Universidade do Amazonas: umas notas que Sampaio escreveu, após seu regresso a Portugal, para atualizar a "Memória do governo do rio Negro" escrita pouco depois de 1762 por Lourenço Pereira da Costa, seu antecessor na Ouvidoria do rio Negro. Nesse terceiro texto, mais uma vez Sampaio não diz claramente o ano, mas já avança para um marco temporal, ainda que impreciso:

"A Fortaleza da Barra do Rio Negro foi fundada logo no descobrimento do mesmo rio".

Combinando os seus três textos (o que pela primeira vez se faz), é de concluir que Sampaio situava dita fundação, sem especificar um ano, entre 1668 e 1671. Confusão, vamos ver.

2.3. O arraial antes do fortim

O uso antigo da palavra arraial envolvia a conotação de base de apoio para uma campanha, fosse ação militar, demarcação de fronteiras ou procura de ouro ou gemas, ou apresamento de índios. Tratando-se de operação em área exposta à hostilidade de algum possível ou provável inimigo, era natural que essas bases tomassem o aspecto de um acampamento fortificado – um acampamento com certo dispositivo de defesa, incluindo sentinelas e rondas.

Por exemplo, encontra-se em Bettendorff (1693/1698): "... fez o cabo João de Morais Lobo seu arraial sobre o rio Urubu, mandado de lá suas bandeiras (...)".

Outro exemplo em uma carta do governador Mendonça Gorjão (1750): "...será preciso formar arraial, em que se passe o rigor do inverno (...)".

E ainda este, colhido em Alexandre Rodrigues Ferreira (1786): "Continuaram os arraiais para as tropas no porto do principal Cucuí (...)".

Arraial não é precisamente sinônimo de aldeia ou povoação. O arraial caracteriza-se por sua provisoriedade. A existência de uma aldeia ou povoação ou expectativa de permanência. Obviamente, aldeia ou povoações ter-se-ão se desenvolvido onde antes havia arraiais. É possível que tal tenha sido o caso de Manaus.

O padre João Daniel, autor de um livro suculento de descrição da Amazônia, chegando à região em 1741 e nela permanecendo até 1757, ao explorar o mecanismo dos resgates, oferece útil referência, ainda que sem precisar ano ou indicar local específico:

"O arraial era ordinariamente no rio Negro, porque nele mais que nos outros havia estas bárbaras nações, que se comiam umas às outras, mas daqui discorriam pelo Amazonas, e mais rios, e quantos achavam conduziam ao arraial para serem examinados.

Do referido arraial saíam os brancos a contratar com os régulos daquelas nações, bem escoltados (para que não sucedesse irem buscar lã e ficarem tosquiados ou metidos no curral, como

por vezes sucedeu) e a troca de um ou dois machados, algumas facas, bolórios e semelhantes cousas, lhes entregavam aqueles tapuias encurralados, com os quais voltavam para o arraial a apresentá-los ao missionário da tropa (...)".

Aí está bem claro: havia um acampamento-base, o arraial, onde ficava o missionário; dessa base partiam o cabo ou seus lugares-tenentes e mais soldados e índios para trazer cativos; a ela voltavam para o julgamento de preceito pelo missionário; e esse acampamento-base, não está dito, mas é óbvio, deveria servir também para custodiar os cativos, até que se verificasse a sua transferência para São Luís ou Belém.

Compreendida a necessidade de um acampamento-base e a sua função, resta situá-lo no espaço e no tempo – o que nos conduz a questionar: esse acampamento-base do rio Negro poderia ter sido na aldeia dos Tarumãs? Ou em outro local próximo? Ou não tinha localização preferencial certa, mudando ao longo da campanha?

A esse questionamento, acrescentemos este outro: qual o papel de Francisco da Mota Falcão? Que participação teve no devassamento e ocupação do rio Negro?

Quanto ao primeiro núcleo conhecido, a aldeia dos Tarumãs, estabelecida em 1669 pelo mesmo chão dos arraiais das tropas de 1657 e 1658, sua implantação deveu-se à eficiência missionária de frei Teodósio Viegas, reforçada pela presença das armas de Pedro da Costa Favela.

Entretanto, se é admissível que alguma ou algumas tropas de resgate não identificadas, além de conhecida de 1671, hajam atingido o rio Negro, seria de sua preferência, tanto quanto podemos avaliar hoje, que o seu ou um de seus arraiais se instalasse junto à aldeia dos Tarumãs?

Tenho para mim que, ao implantar o acampamento-base, um cabo de tropa havia de preferir outro local que não o de uma aldeia (suposta a presença de um missionário), embora seja de presumir a conveniência de ficar nas proximidades. Para o missionário, sobretudo, a chegada de uma tropa de resgates não seria tranquilizadora.

Assim, parece admissível que o arraial de tropa de 1671 (ano de referência bem próxima a 1669 e dentro da sequência de anos das conjecturas de Sampaio) ou de alguma outra pudesse ter sido no rio Negro, consoante a tendência destacada pelo padre João Daniel; e, se no rio Negro, por que não um pouco abaixo da aldeia dos Tarumãs, ou seja, onde hoje está Manaus?

A conclusão cautelosa do prof. Arthur Reis, proposta em termos de hipótese (a forma verbal que usou o sugere – "o que deverá ter ocorrido foi"), é a de que Manaus teria começado por um acampamento fortificado. O fortim veio depois.

Associar o ano de 1669 à implantação desse suposto acampamento fortificado importa em uma atribuição arbitrária – atribuição arbitrária porque não apoiada em nenhum documento que se conheça. Nem Sampaio, fonte secundária, o afirmou.

Associar a isso o nome de Francisco da Mota Falcão tem, pelo menos, a lastro da afirmação (discutível) de Sampaio – insista-se fonte secundária. Mas fonte primária, peça de arquivo, nenhuma até agora conhecida o afirma.

Se não foi em 1669, há alguma datação possível para um arraial antes do fortim?

Há uma referência intrigante, proposta por Handelmann: 1674 seria o ano de impantação desse núcleo de que Manaus teria derivado. Onde o historiador alemão foi colher a referência? Não o disse.

Esse ano de 1674 não aparece em outra fonte. Mas no fluído terreno das suposições é uma referência que se concilia com outra, conquanto muito vaga: a informação do padre Antonio Pereira de que Francisco da Mota Falcão fora ao sertão nos "anos passados" (escrevia em 1681).

Em 1673, Falcão está cumprindo uma missão no Tocantins; em 1680, já está escolhido representante dos Moradores de Belém para ir a Lisboa. A entrada ou entradas a que se refere com censura o padre Antonio Pereira podem bem ter acontecido entre 1674 e 1679.

Mas, entenda-se: se Falcão ou qualquer outro fez sua base no local em que Manaus veio a crescer, terá instalado um "arraial" – estabelecimento precário, a serviço àquela tropa enquanto por

ali operasse; não há notícia de que no local ficasse uma "aldeia" – estabelecimento com certa presunção de permanência.

Está bem fundamentada a convicção sobre a existência, desde então, da aldeia dos Tarumãs. Ora, por que as crônicas registrariam uma aldeia, a dos Tarumãs, e não a outra? A resposta sensata e prudente é a de que não registraram porque não teria existido então. Por outras palavras: ainda que se admita como hipótese (bem razoável, mas a provar) a presença de um arraial pelos anos setenta, onde hoje está Manaus, não há o menor apoio documental disponível sobre a continuidade dessa presença até os anos noventa, quando aparecem dados consistentes sobre a existência do fortim.

2.4. O Alvará de 1684

Documentadamente, o que se sabe sobre a origem da Fortaleza é o que consta de um alvará de 1684, em que o rei deu provisão a Francisco da Mota Falcão para construir, dentro de quatro anos, quatro casas-fortes – no Tapajós, no Urubu, no Negro e no Madeira, definida como a mais importante a de Tapajós:

...fazendo-se a primeira fortaleza com a melhor arte e defesa possível, por poderem chegar a ela embarcações; e às outras basta que tenham a ordinária por somente contenderem com o gentio (...).

Há duas versões publicadas desse documento: a reproduzida pelo *O Jornal*, de Manaus, de 24/10/1969, trabalhada pelo padre Raimundo Nonato Pinheiro, possivelmente sobre cópia fotográfica insatisfatória – versão que acompanhou artigo do prof. Arthur Cézar F. Reis; e a do prof. Mário Ypiranga Monteiro (em *Fundação de Manaus*, p. 163 a 168), com a transcrição do original e seu texto em português atual.

Utilizei cópia existente no Arquivo Histórico do Itamaraty, feita por mão de copista profissional, diretamente da documentação do Conselho Ultramarino, estando autenticada

com certificação oficial – cautela de chancelaria necessária, tendo em vista seu possível emprego como prova em questões de limites.

Esse alvará atribuiu a Falcão o cargo de superintendente da obra; autorizou a utilização de índios, quer para os trabalhos de construção, quer para os de coleta de drogas do sertão ("para ajudar a despesa das ditas fortalezas"); e difiniu que, no fim de quatro anos, se tomassem as contas de receita e de despesa, entendendo-se que no caso de *superávit*, este reverteria para o rei, e no caso de *déficit*, caberia a Falcão cobri-lo – "Serviço que o dito superintendente me faz", disse o rei.

Ao filho de Falcão foi atribuída responsabilidade solidária na execução do empreendimento:

Hei, outrossim, por bem fique seu filho Manoel da Mota de Siqueira na mesma obrigação, e com a jurisdição que ao dito seu pai se lhe dá nesta Provisão.

Quando Falcão, que estava no Reino, voltou para a Colônia acompanhando o novo governador Gomes Freire de Andrade (1685), na mesma comitiva veio o capitão de engenharia Pedro de Azevedo Carneiro, incumbido de elaborar as plantas das fortalezas, cuja construção fora atribuída a Falcão e a seu filho.

Dando conta de sua missão, dois anos depois, Pedro de Azevedo Carneiro informou que se dispusera a visitar as áreas previstas, a fim de escolher em cada uma a melhor localização e elaborar o projeto correspondente. Desse modo, viajou com Falcão Amazonas acima, não passando, entretanto, do Tapajós e do Quiribi ("que fica junto do Urubu"), em virtude de Falcão não ter parecido necessário ir ao Negro e ao Madeira, "por aquele primeiro ano".

Deu-se logo princípio à fortaleza do Tapajós. Mas o andamento da obra foi lento e enervante, ensejando insatisfação e pressão por parte de Pedro de Azevedo Carneiro, que lembra até a ocorrência de "admoestrações do governador". Registra o irritado e franco engenheiro:

...nela se vai trabalhando não como desejo, porém como o permite o descanso do supertintendente (...).

Autorizada em 1684, não se sabe quando terá começado nem quando terminou a construção da casa-forte do rio Negro. Verifica-se que em 1687, ano do relatório de Pedro de Azevedo Carneiro, ainda não havia começado.

O que se sabe é que ao filho de Francisco da Mota Falcão, Manoel da Mota Siqueira, que o rei já investira, pelo alvará de 1684, de responsabilidade solidária, junto com o pai, para a construção das fortalezas, coube, com a morte de Falcão, a sucessão nos encargos e privilégios correspondentes.

Documento de 1716 refere que as fortalezas "se acham em última perfeição", o que parece significar: afinal prontas e conforme o combinado. Registra o mesmo documento, que tendo sido outorgada a Falcão, a mercê de governar uma das quatro à sua escolha, se deferia ao filho (por morte do pai) o governo da Fortaleza do Tapajós.

Está documentado que Falcão iniciou a construção da Fortaleza do Tapajós e seu filho a terminou. Sobre a do rio Negro não há nenhuma referência em fonte primária afirmando ou sugerindo que Falcão a houvesse começado.

Para a datação do início da construção da Fortaleza do Rio Negro temos de armar um mosaico da possível verdade com fragmentos de informações, catados aqui e ali.

Em 1688, o rei, sentindo a necessidade de consolidar a ocupação, recomendou ao governador sua ajuda aos jesuítas para a fundação de uma missão fixa no rio Negro. A lembrar que 1688 seria o término do prazo dado a Falcão para a construção das quatro fortalezas.

No ano de 1689, organiza-se uma tropa de resgates tendo como capitão André Pinheiro Lacerda e como missionário o padre João Maria Gorzoni. Um dos seus objetivos era garantir apoio de braço índio à Fortaleza do Rio Negro, "porquanto aquela casa-forte não se podia conservar sem índices que lhe servissem", segundo comentário do superior de Gorzoni.

Já existia a Fortaleza ou um canteiro de trabalho para a sua construção quando a tropa lá chegou? Registra o cronista que o padre Gorzoni começou "a praticar algumas nações, com tenção de ao situar junto à Fortaleza para esse fim".

Este texto permite duas leituras: já havia uma fortaleza e o pe. Gorzoni empenhava-se em apoiar sua guarnição com os índios nucleados justamente para sustentá-la; ou não havia ainda fortaleza e o trabalho do pe. Gorzoni teve a feição de um esforço preparatório, sendo índios mobilizados para as próprias fainas da obra, talvez não começada. Quanto à segunda hipótese, não é de excluir que Gorzoni tenha feito a sua tarefa e Falcão retardado em fazer a sua.

Quanto à missão permanente, desejada pelo rei, o compromisso da Vice-Província era o que

...lá se poriam, sem nenhuma falência, os missionários, logo que se acabasse a casa-forte que sua Majestade mandar fazer, para segurança contra o muito gentio brabo daquele Reino.

Durante 1689, a tropa de André Pinheiro de Lacerda, com a assistência do padre Gorzoni, movimentou-se na Amazônia Interior. Em agosto desse ano, o padre Samuel Fritz, descendo de Quito, encontrou-os na aldeia do rio Urubu administrada por frei Teodósio Viegas, o companheiro de Favela na implantação do primeiro estabelecimento português no rio Negro, vinte anos atrás.

Foi um sucesso a tropa de André Pinheiro. Apresaram índios e descobriram (ou julgaram haver descoberto) minas – uma de ouro no Urubu, outra de prata no Atumã, "da banda dos Jamundazes". Bettendorff conta o impacto na comunidade:

...e como trazia muitos escravos e vários minerais de ouro e prata, nunca tropa veio mais aceita que esta por se persuadirem os moradores que, tendo-se achado tão ricos minerais, fácil seria a fundição deles para ficarem enriquecidos todos.

O rei compartilhou do entusiasmo: escreveu para a Colônia louvando e agradecendo a André Pinheiro de Lacerda pelo que descobrira de riquezas e pelas "pazes com muitas aldeias".

Índios que não acabavam. E drogas do sertão. E agora metais preciosos. Tais são os ingredientes que nutrem o interesse, a ambição e a fantasia dos colonos. E estimulam a atenção da Coroa: em 1690, "el rei D. Pedro mandou apertadamente ao superior da Companhia que a missão do rio Negro tivesse missionário de residência".

Mais do que de conquista, o de que se cogita e se insiste agora é de ocupação.

Em 1688, toma posse novo governador, há muito identificado com a região, Antonio d'Albuquerque Coelho de Carvalho. Se foi verdade que ordenou a construção da Fortaleza do Rio Negro, é possível supor esta situação: ao chegar do Reino, terá verificado que a missão de construir fortalezas, atribuída a Francisco da Mota Falcão, estava sendo cumprida somente em parte, insatisfatoriamente; nem sequer fora começada a que se previa para o rio Negro, sertão vulnerável que tanto iria exigir de seus cuidados; teria ordenado então que a mesma fosse feita.

A ordem, já se via, viera originalmente do próprio rei. Assim está no alvará de 1684, assim o relembra carta de 1693 ("casa-forte que ordenei que se fizesse"). Nova ordem, ordem do governador, só teria lógica se, ao chegar, visse a do rei descumprida ou mal cumprida. Eis a confusão presumível de Sampaio: conservando na memória ou em anotações incompletas que a fortaleza fora mandada fazer por Antonio d'Albuquerque Coelho de Carvalho, registro certo, supôs que se tentasse do primeiro desse nome, ilação errada.

Para atender ao rei, parte outra vez o padre Gorzoni, em 1691, como participante de uma tropa de resgates constituída no Pará, da qual o cabo Faustino Mendes, escolhido por sugestão do próprio Gorzoni, seu amigo.

Logo a seguir, parte do Maranhão uma outra tropa de resgates, tendo por cabo João Moraes Lobo, assistido pelo missionário Miguel Antunes. Talvez para compensar o prestígio da tropa oriunda do burgo rival, prestígio que decorria do fato de

o padre Gorzoni estar cumprindo uma incumbência dada pelo próprio rei, o cabo da tropa de São Luís "levou bastão de capitão-mor, para maior autoridade do posto que servia".

Adoecendo o padre Miguel Antunes, foi credenciado para a missão frei Teodósio de Viegas, que se encontrava missionando com êxito no Urubu (Bettendorff grafa seu nome como Theodoro Veiga).

Por ordem do superior, cabe a Gorzoni criar duas missões: uma em Matari, no rio Amazonas, a qual ficaria a cargo do padre Aluisio Conrado Pfeil; e outra, entregue ao padre João Justo de Luca, no rio Negro, "sobre alguma paragem acomodada, não muito distante da casa-forte".

A tropa de Faustino Mendes teve base no rio Negro; a de João de Moraes Lobo, no rio Urubu, movimentando-se para o Negro e o Madeira. Acabaram encontrando-se pela Mundurucânia – pela Mundurucânia, é de supor, território que, segundo Bettendorff, seria dos "Maranguases", ou seja, provavelmente os Maués. Hostilizaram-se. E somente não houve luta graças à intervenção de frei Teodósio.

Ainda em 1691, o padre Samuel Fritz, que ficara retido em Belém quase dois anos, de volta a Quito, celebra missa no fortim do rio Negro ou local em que esteja sendo contruído o fortim. A aldeia um pouco mais acima se mantinha: oitenta tarumãs compareceram, com seu principal, Carabiúna ou Caribana.

O padre Gorzoni ficou no rio Negro até 1692. Atingiu seus objetivos:

...desceu as aldeias para as paragens que se lhe ofereciam mais acomodadas para a saúde e sustentação, assim como dos índios como dos missionários, que depois lhe haviam de assistir.

Ambas as missões foram fundadas, mas os respectivos responsáveis não puderam permanecer por doenças. O primeiro a retirar-se foi o padre Pfeil, que em desentendimento com os índios até já havia perdido o controle de sua aldeia; João Justo Luca, da "residência do rio Negro", que o acolheu, só permaneceu

um pouco mais perto do rio Aiurim, onde estavam aldeados os tarumãs? Ou um pouco abaixo, junto mesmo à Fortaleza?

Serafim Leite, bem fundado no texto de Bettendorff, entende que a missão foi localizada junto à Fortaleza.

Em favor da possibilidade da coexistência de dois núcleos tão próximos ocorre a verificação de outro exemplo, bem parecido: Pauxis (Óbidos) – um núcleo vinculado à Fortaleza, outro administrado por missionário.

Quanto se dispõe de documentação conduz ao entendimento de que havia, então, no rio Negro, não mais que no baixo rio Negro, as duas aldeias mencionadas – a dos tarumãs e a adjunta ao fortim. Entretanto, manifestação da Câmara do Pará, queixando-se da falta de missionários, menciona, no rio Negro, quatro ou cinco aldeias. Não consigo atinar que aldeias seriam essas – mais três? Onde se situariam? Quem as fundou? Quando foram fundadas?

Nesta altura, passando uns quatro anos do início da construção (admitindo-se que algum trabalho haja começado em 1689), e como é pequena e pouco aparelhada, poderá a Fortaleza estar em condições de funcionamento, embora, provavelmente, com muito por fazer.

O padre José de Morais, cronista dos feitos da Companhia de Jesus na Subprovíncia do Maranhão e Pará, chegando ao Pará em 1736 ou 1737 e que terminou o registro desses feitos em 1759, tendo sido a oportunidade e a obrigação de compulsar documentos da Ordem e colher a sua tradição oral, afirma que a casa-forte foi fundada "pelos anos de 1690", sob a invocação de Jesus, Maria, José.

"Pelos anos de 1690": isto pode equivaler, dado o plural, a toda a década – algo entre 1690 e 1699; podendo corresponder, ainda, a mais ou menos 1690, tanto vale dizer, algo desde um pouco antes (1689?) até um pouco depois (1691?).

Seja qual for o preferido entre esses dois significados, ao registro de José de Morais ajustaram-se dados colhidos nos documentos da época. A sua referência é, dedicadamente, a melhor datação conhecida para marcar a fundação do fortim e, pois, de Manaus.

Texto um pouco anterior ao de Morais, de autor também da Companhia de Jesus, que vê os fatos com olhos de alguém de lado espanhol, é até mais preciso quanto ao ano, embora faça confusão entre a aldeia dos Tarumãs e a Fortaleza:

Têm, no presente, ditos portugueses na boca do rio Negro uma fortaleza bastante que acabaram de fabricar no ano de 1690 e chamam vulgarmente Taromás, devido a uns índios desse nome que vivem ali perto e são os que tinham suas guerras com os Cuchivarais.

O padre Samuel Fritz, contemporâneo, apenas faz uma breve alusão à Fortaleza:

De noite chegamos à boca do rio Negro, onde o rei de Portugal há anos mandou fazer uma fortaleza.

Esse registro, que diz respeito à viagem de volta do padre Fritz, em 1691, não é suficientemente explícito. Inclino-me, sem muita convicção, a admitir que o sentido geral da frase, da qual o tradutor para o português procurou aproximar-se, seria o de dizer que Fritz encontrou, encontrou feita, uma fortaleza, e que foi o rei de Portugal quem a mandou fazer. Mas não excluo que, lendo o texto espanhol, dado o tempo do verbo "hacer", se possa traduzir como: "mandou que se faça uma fortaleza". O que insinuaria que a fortaleza estava por fazer, inclusive, talvez, em curso de construção.

2.5. Um sincronismo a fixar – o governador e o primeiro comandante

Temos dois marcos de referência: 1668/1671, sustentado, ambiguamente, por Sampaio e sem sustentação em nenhuma fonte primária; e "anos de 1690", afirmado por Morais e para o qual há razoável convergência de indícios.

Coincidentemente, verifica-se a homonímia dos governadores em cujos períodos de gestão estes marcos se

inserem: houve um primeiro Antonio d'Albuquerque Coelho de Carvalho, com exercício entre 1667 e 1671; e um outro Antonio d'Albuquerque Coelho de Carvalho, dito "o Moço", filho do primeiro, com exercício entre 1690 e 1701.

Não seria de se esperar que Sampaio, tão bem informado, ao dizer que o general do Estado Antonio d'Albuquerque Coelho de Carvalho mandara edificar a Fortaleza, houvesse trocado os Antonios. Entretanto, acho que trocou.

Como Sampaio associa o nome de Angelico de Barros a esse evento, a fundação da Fortaleza (e Angelico de Barros teria sido o seu primeiro comandante), aí está a sugestão de uma pista: verificar em que gestão teria atuado esse Angelico de Barros, se na do pai ou na do filho. Ou verificar se houve dois Angelicos de Barros comandantes da Fortaleza.

Em 1695, o segundo Antonio d'Albuquerque Coelho de Carvalho comunicou ao rei que as casas-fortes do Bom Jesus (no Peru) e de Jesus, Maria, José (no rio Negro) achavam-se sem capitães por terem falecido os que nessa posição estavam; e que havia designado para as mesmas, interinamente, dois tenentes das respectivas guarnições (os quais "nelas assistiam com satisfação"). Para a do rio Negro, o escolhido fora Angelico de Barros.

A carta do governador pede a confirmação das designações. O Conselho Ultramarino manifesta-se favoravelmente e o rei aprova a proposta do governo.

Esse documento demonstra que um tenente Angelico de Barros foi contemporâneo e subordinado do segundo Antonio d'Albuquerque Coelho de Carvalho. E o ano de referência aí é de 1699.

De acordo com peça vista na Biblioteca Nacional de Lisboa (Série "Requerimentos") pelos que organizaram a defesa dos interesses britânicos na questão de limites da Guiana Inglesa, sabe-se que precederam a Angelico de Barros, nesse período de comando, iniciado em 1699, pelo menos três titulares: Ambrozio Moniz Barreiros, Luiz de Moraes Bitancour e Martinho Fragoso.

Nessa sequência, dois nomes são confirmados em Bettendorff: o do alferes Ambrozio Moniz (Barreiros) e o de Luiz de Moraes (Bitancour). Do primeiro, Bettendorff refere haver

comandado a Fortaleza durante anos (sem especificar quantos); do segundo, dá a entender que estava no comando quando a Fortaleza foi visitada pelo governador Antonio d'Albuquerque Coelho de Carvalho à Amazônia Interior em 1696.

Não é impossivel que, uns poucos anos antes, o próprio Angelico de Barros já tivesse comandado a Fortaleza; em 1699, a estaria comandando pela segunda vez. Como a gestão do segundo Antonio d'Albuquerque Coelho de Carvalho começou em 1690, tal suposto período anterior de comando de Angelico de Barros, se houve, seria de 1690 ou anos a seguir, da série de 90. Mas, para que tal suposto primeiro período de comando coincidisse com a gestão do primeiro Antonio d'Albuquerque Coelho de Carvalho seria necessário admitir o distanciamento, menos plausível, de trintas anos entre esses períodos.

A Contramemória inglesa, com o propósito de demolir a autoridade da fonte, favorável aos interesses do Brasil, dá relevo ao que considera uma contradição de Sampaio, quanto à menção em causa de um dos dois governadores do mesmo nome – Antonio d'Albuquerque Coelho de Carvalho. Resposta de Nabuco: "Sampaio não dá a data da construção do forte e, assim, não se pode dizer que hava confundido os dois governadores".

A observação de Nabuco estava rigorosamente compatível com os dois textos de Sampaio então conhecidos, o *Diário* e a *Relação*. Com a revelação, agora, de um terceiro texto, verifica-se que Sampaio situava o evento na gestão do primeiro Antonio.

Os ingleses atiraram no que viram e acertaram no que não viram. À luz dos documentos de que dispuseram, parecia que, nesse ponto, estavam errados e Nabuco certo; à luz do texto que se vem de conhecer, tudo faz crer que Sampaio de fato confundiu os Antonios. E esta confusão está na base de sua suposição de que a fundação do fortim teria sido no período de 1668-1671.

Cabe, a propósito, lembrar que a gestão do segundo Antonio caracterizou-se pelo seu grande interesse quanto à defesa da Amazônia Interior. Para alimentar sua preocupação quanto ao assunto, ao tomar posse do cargo de governador, esse Antonio encontrou detido em Belém, após haver descido o Amazonas, vindo de Quito, o padre Samuel Fritz, da Companhia de Jesus

– competente, incansável e temido batalhador pela afirmação territorial da soberania espanhola. Ao liberá-lo, em 1691, Antonio d'Albuquerque Coelho de Carvalho, "o Moço", não se descuidou: o fez acompanhar de escolta, sob o comando de um sertanista de sua confiança – Antonio de Miranda e Noronha.

Em 1693, o mesmo governador envia à Amazônia Interior um sertanista de muito prestígio, Hilário de Souza Azevedo, para subjulgar índios insubmissos, castigar brancos renegados e dar posse a missionários. Em 1695, Antonio de Miranda e Noronha segue a averiguar sobre ações dos espanhóis no Solimões, além de, no rio Negro, procurar contato com os tuxauas para promover a consolidação da Fortaleza. Ainda em 1695, quase terminando o ano, o próprio governador visita a Amazônia Interior, indo até o rio Negro; passa todo o ano de 1696 nessa viagem, somente regressando em 1697.

Obviamente, estas indicações não levam, necessariamente, à inferência em favor de que foi na gestão do segundo Antonio a fundação da Fortaleza; apenas pretendem contribuir para demonstrar a plausibilidade da suposição: a criação de uma fortaleza nessa fase, nesse local, guarda coerência com o contexto de tensões em que começa a crispar-se a Amazônia Interior, acentuados no governo do segundo Antonio, a ponto de causar-lhe todo o envolvimento conhecido.

Um dado ainda merece ser acrescentado quanto ao sincronismo entre o segundo Antonio d'Albuquerque Coelho de Carvalho e o provavelmente único Angelico de Barros comandante da Fortaleza: em 1709, houve movimentação ofensiva dos espanhóis, quando D. Luiz Iturbide desceu de Quito, atacou as aldeias portuguesas dirigidas pelos carmelitas no Solimões e até aprisionou o capitão Inácio Correia de Oliveira que, a mando de Belém, expulsara da região, no ano anterior, os jesuítas que haviam ocupado para a Coroa espanhola; de Belém, o governador Cristovão da Costa Freire enviou nova expedição (outubro de 1709), sob o comando do sargento-mor José Antunes da Fonseca, que veio a recalcar os espanhóis para fora do Solimões.

Nesse tempo, o comandante da Fortaleza do Rio Negro, posição que em virtude dessa movimentação ganhava certa

relevância, era Angelico de Barros, mas afastado do seu comando, em Belém, havia cerca de dois anos, por doença. Na oportunidade, renunciou. Seu segundo, o alferes Baltazar Alvares, encontrava-se também em Belém e teve de voltar logo para o rio Negro, a fim de organizar a residência.

Enquanto temos indicações documentais do sincronismo de um Angelico de Barros com o governo segundo Antonio, não temos nenhuma provando ou ao menos sugerindo o sincronismo de um Angelico de Barros (o mesmo, trinta anos mais moço, ou outro) com o do primeiro Antonio.

Em conclusão, a prova documental nos leva a admitir que, comandante da Fortaleza, só houve um Angelico de Barros e que este atuou na gestão do segundo Antonio. Se foi ele o primeiro comandante, a aceitar o registro de Sampaio, a Fortaleza terá começado a funcionar na gestão do segundo Antonio, pontanto após 1690.

2.6. A consolidação do estabelecimento

Se a obra prioritária, a do Tapajós, fez-se com lentidão, as outras terão sido executadas ainda com mais demora.

Tem-se notícias de que o governador Antonio d'Albuquerque Coelho de Carvalho, "o Moço", queixara-se da falta de pessoal qualificado: do Reino, em 1693, enviam-lhe quatro pedreiros para as obras das fortalezas, inclusive (especifica-se) a do rio Negro. Daí infere a Contramemória inglesa que a construção da fortaleza "não começou antes do verão de 1693".

Com a ressalva de uma possível infidelidade na tradução para o inglês (ocorre, por malícia ou imperícia, em outros passos da Contramemória), o que esse documento pode provar, particularmente à luz de outros dados hoje disponíveis, é menos que as obras não tivessem começado, e mais que ainda não tivessem de todo terminado. O fortim, porventura inacabado, em 1693 já está cumprindo o seu papel.

Decididamente, o início da construção da fortaleza em 1693 é um fato passado. O próprio rei o diz: "...donde [o rio Negro] se dera princípio à casa-forte que ordenei que fizesse (...)".

Não se sabe bem quando, mas, provavelmente, logo no início da vida do fortim, o sargento Guilherme Valente, de sua guarnição, conseguiu aproximação com os caburicenas, caraiais e manaus, fortalecendo-a ao casar-se com a filha de um tuxaua manau.

Conseguida a boa convivência com essas tribos, contitui-se com as mesmas um aldeamento no rio Cabori, o qual, depois de outras localizações, veio a fixar-se em Santo Alberto de Aracari (aldeia elevada a Lugar em 1759, com o nome de Carvoeiro).

Com a garantia do fortim, e com o apoio da igrejinha instalada em 1695, pelos carmelitas (decicada a Nossa Senhora da Conceição), o local atrai um pequeno aglomerado de famílias indígenas, oriundas das tribos baré e baníua, do alto rio Negro.

Em 1695, Antonio de Miranda e Noronha, quando foi ao Solimões para averiguar sobre as incursões de espanhóis nos domínios portugueses, entrou no rio Negro, onde faz contato com tuxauas nas proximidades do fortim, deles colhendo informações e transmitindo-lhes que o rei:

...os mandava visitar e encomendar-lhes a boa correspondência que deviam ter conosco, assistindo ao serviço daquela casa-forte que Sua Majestade foi servido mandar fazer naquela parte para melhor segurança sua, para viverem livres de seus inimigos.

Um pouco adiante, dois dias de viagem da foz em contato com os anavicenas, ouviu, de seus principais, manifestações de amizade e apoio, inclusive

...no que tocava em socorrer a casa-forte, o faziam, assim com seus filhos, como com mantimentos.

Em 1696, é a vez do próprio governador de visitar a Fortaleza. Bettendorff, contemporâneo e seu amigo, conta como foi:

...ajuntou os índios e praticou-os para que fossem fiéis aos brancos e à Coroa de Portugal, a que tinham dado vassalagem.

Imagino a cena: o governador, conhecido por sua aspereza, falando aos índios por intermédio de um "língua". Exortações? Terá antes trocado ameaças. Até porque a própria guarnição, diminuta, estava exposta ao risco da hostilidade das tribos:

Era necessário praticar bem aqueles por terem os seus mortos, pouco havia, uns brancos e tapanhunos, que andavam tirando salsa por aquele rio (...).

2.7. "Pelos anos de 1690"

Enquanto não surgirem novos documentos esclarecedores, podemos conjecturar que, em 1669, não havia nenhuma das quatro fortalezas cuja construção foi autorgada a Francisco da Mota Falcão: não iria o rei, sempre direta e minuciosamente informado, autorizar, em 1684, que se fizesse o que já estava feito; nem em 1685 viria de Portugal, justamente com Falcão, o engenheiro incumbido de escolher os locais e elaborar as plantas, eis que não teria sentido fazê-lo se as fortalezas já estivessem ao menos começadas, salvo se a sua missão fosse a de escolher novos locais e elaborar novas plantas, mas não é isso que está nas fontes documentais disponíveis.

Para 1669 não há fonte primária que dê especificamente a presença de algum arraial onde hoje está Manaus, mas existe a que dá, referida a esse ano, a existência, um pouco adiante, da aldeia dos Tarumãs.

Se a origem de Manaus se deve contar da fundação da Fortaleza, o ano de 1669 decididamente não assistiu esse evento. Se deve contar-se da instalação do arraial de alguma tropa de resgates, o evento terá sido possível, mas não está provado.

Tentemos compor e fechar o mosaico, ajustando os fragmentos de informação que foi dado colher:

- Francisco da Mota Falcão pode ter estado com tropa(s) de resgates no rio Negro entre 1674 e 1679 (referências: carta do padre Antonio Pereira e registro genérico da preferência pelo rio Negro fixado pelo padre João Daniel);

– o rei, em 1684, autorizou Falcão a construir quatro fortalezas, inclusive no rio Negro, devendo a construção ir até 1688 (referência: o alvará de 15/12/1684);
– em 1685 veio Falcão de Portugal e acompanhou o engenheiro encarregado de projetar e construir as fortalezas (referência: ...);
– o esforço de Falcão para a construção das quatro fortalezas, já pela escassez de recursos, já para outra causa qualquer, foi insuficiente, do que resultou atraso no cumprimento do alvará de 1684, concentrando-se Falcão na obra da Fortaleza do rio Tapajós (referência: o relatório de 20/7/1687 do engenheiro Pedro Azevedo Carneiro);
– em 1687, o local para a Fortaleza do Rio Negro parece que ainda está por definir (referência: o mesmo relatório de 20/7/1687);
– em 1689 ou 1690, é presumível ter ocorrido o trabalho preliminar de mobilização dos índios, tarefa do padre Gorzoni, para apoio à obra (referência: ...);
– com o "descanso" de Falcão (a palavra, lembro, é de um registro da época) e, pois, o retardamento da execução de alvará de 1684, Antonio d'Albuquerque Coelho de Carvalho, o segundo desse nome, ao assumir o governo em 1690, determina que se comece logo a construção da Fortaleza do Rio Negro (hipótese baseada em observação, assim interpretada, do ouvidor Sampaio);
– em 1693, a obra não era dada como de todo terminada (referência: envio de pedreiros do Reino e alusão do rei à Fortaleza "a que se dera princípio").

E, quanto ao construtor da Fortaleza, aquele que dirigiu a obra? Foi mesmo Francisco Mota Falcão, como tantas vezes tem sido afirmado? Não.

Ninguém melhor informado a isso de que seu contemporâneo e companheiro de viagem (do Reino para São Luís e de São Luís até o Urubu), Pedro de Azevedo Carneiro, o engenheiro que veio do Reino para elaborar os projetos e acompanhar a construção das quatro fortalezas previstas no alvará de 1684. Seu relatório de

1685 informa-nos: "Mais acima fica o rio Negro donde, na entrada dele, fez Manoel da Mota em casa-forte das de sua obrigação". Ou seja: indica o filho, Manoel da Mota Siqueira, como construtor; e não o pai, Francisco da Mota Falcão.

No mesmo sentido, o registro de outro contemporâneo, também muito bem informado, o próprio governador, no relatório sobre a sua viagem à Amazônia Interior: "...as casas-fortes que fez o superintendente Manoel da Mota (...)". Eis aí: também o governador não faz menção ao pai como construtor, somente ao filho.

Provada mesmo a participação de Falcão apenas no comando da obra do Tapajós. Na obra do rio Negro, provada somente a participação do filho.

Documento de 1716, após lembrar o alvará de 1684, alude a representação de Manuel da Mota de Siqueira quanto ao haver falecido:

...o dito seu pai sem dar cumprimento às condições com que lhe havia feito a referida mercê e as mais com ele mencionadas e só deixar principiadas algumas das ditas fortalezas.

Quais pincipiadas? O documento não esclarece. A do rio Negro estaria entre essas que Falcão começou?

Interpretação estrita dos textos citados do engenheiro Pedro de Azevedo Carneiro e do governador Antonio d'Albuquerque Coelho de Carvalho tende a conduzir à negativa. Se só o filho é citado como construtor, é de presumir que Falcão não contribuiu diretamente para a obra ou sua contribuição terá sido irrelevante.

Construtor – decididamente, não. Mas fundador, forçando um pouco, talvez, na medida em que foi seu o esforço inicial junto à burocracia reinol para que se fizesse a Fortaleza do Rio Negro e sua foi a titularidade da provisão régia para as obrigações e privilégios inerentes à obra.

A outorga da carta patente de 1716 a Manoel da Mota Siqueira, a seu pedido, sugere que só então se havia como satisfatório o cumprimento da incumbência dada a Falcão e

seu filho. Um esforço que terá levado, pois, uns trinta anos a completar-se.

Em 1737, transferia-se o governo da Fortaleza do Tapajós para João da Mota de Siqueira, filho de Manoel da Mota de Siqueira, a pedido deste, que assim o requereu, alegando achar-se muito adiantado na idade, que passa de oitenta anos, e pelos seus achaques totalmente inábil para poder assistir, na mesma Fortaleza, nem fazer nela algum serviço a Sua Majestade (...).

Mais um argumento sobre o ano de referência para a construção do fortim. Verifica-se que, se em 1737 Manoel da Mota de Siqueira tinha em torno de oitenta e um anos, terá nascido em 1656 ou pouco antes. A admitir, como em geral se admite, que o fortim haja sido construído em 1669, o seu construtor (indiscutível seu construtor) estaria então com qualquer coisa como quatorze anos de idade! A admitir, o que prefiro, o ano de 1690, algo antes, algo depois, Manoel da Mota estaria com um pouco mais de trinta anos, dado plausível.

Sobre a cota de base do fortim, dispõe-se de informação de 1844. De 1690 a 1844 nada mudou quanto a essa posição, relativamento ao rio. Eis a descrição de João Henrique de Matos:

...está colocado no centro da Vila em terreno alterado (sic) sobre a margem oriental do rio Negro, duas léguas acima de sua foz, sendo superior ao nível do rio cinquenta e oito palmos, nas estações de enchente, e de vazante vinte e quatro braços e três palmos na linha de amarração pelo ângulo de 24° 44.

Se retificarmos a manifesta inversão de referências às estações (nas enchentes o rio se aproxima e nas vazantes se afasta), temos aí uma distância, da água ao fortim, de quase 13 m na maior altura das águas e de quase 54 m em sua cota mais baixa, o que, trigonometricamente, corresponde à altura de 5 m e pouco na enchente e uns 22,5 m na vazante – a fazer supor, no ano da observação, uma forte amplitude de variação do nível da lâmina d'água, algo como uns 17 m – índice que, se ocorreu de fato, está bem acima do padrão habitual de comportamento do rio.

2.8. *A lição das fontes secundárias*

Conquanto o que aí está já me pareça suficiente, creio oportuno enunciar e qualificar as fontes secundárias a que também recorri, além das mais antigas já questionadas (Sampaio, Berredo e Moraes). Vale ver com os registros que fizeram Alexandre Rodrigues Ferreira, Leonardo Ferreira Peres, Ladislau Monteiro Baena e João Henrique de Matos.

Alexandre Rodrigues Ferreira apenas repete Sampaio: "Escreveu o doutor ouvidor Ribeiro Sampaio que erigira Francisco da Mota Falcão, por ordem do general do Estado Albuquerque Coelho ou Antonio Albuquerque Coelho". E nenhum documento é mencionado em reforço ou qualquer contribuição adicional é oferecida: tudo quanto o naturalista sabia da construção do fortim era o pouco e ambíguo que o ouvidor escreveu; e, para esse feito específico, não atribuiu um ano de referência.

Mais uma fonte: o manuscrito de Peres, levantamento paciente e bem ordenado de eventos, nomes e datas, classificados segundo a gestão de cada governador. Quanto ao governo do segundo Antonio d'Albuquerque Coelho de Carvalho (17/5/1690 a 11/7/1701), menciona: "Fundação do Forte de Pauxis de forma estrela". E, em letra muidíssima, mais adiante, outra indicação: "Forte [palavra ilegível] Foz dos Tapajós, figura quadrangular". Sobre a fundação do rio Negro, nada – nem no governo do primeiro Antonio, nem no do segundo, nem em relação a nenhum outro governo.

Invoco, ainda, a autoridade de Baena, que teve em mãos o tesouro que foi (e apesar das perdas ainda é) o acervo do Arquivo Público do Pará. Tal é o seu registro, enquadrado na série de eventos entre 1690 e 1701 (governo do segundo Antonio d'Albuquerque Coelho de Carvalho): "Erige Manoel da Mota Siqueira, moço fidalgo da Casa Real, uma fortaleza no cume da colina adjacente à povoação de Tapajós, Santarém. É constituído governador desta fortaleza por El-Rei, que também lhe fez mercê antidoral [remunerada?] do Hábito de Cristo por três vidas em atenção ao serviço de ter fabricado a dita fortaleza, e as três casas-fortes de Pauxis, Óbidos, e das bocas do rio Negro, e Paru".

Baena não assinala um ano preciso dentro da série 1690/1701. Mas se sua exposição é cronológica, esse registro pareceria enquadrar-se entre os dos ventos ocorridos entre 1697 e 1698. O texto ambíguo: a forma verbal ("ter fabricado") permite supor que a construção da Casa-Forte do Rio Negro já ocorreu, em um tempo qualquer anterior a 1697/1698. O que de todo modo se casa com a referência de Moraes ("pelos anos de 1690").

Enunciado mais claro ainda formula Baena em outro livro: "Este Lugar [a Barra] foi o primeiro engastado no rio Negro pelos missionários carmelitas. Antes dele, já em 1669, o capitão Pedro da Costa Favela havia fundado uma aldeia com indianos Tarumãs na espaçosa enseada que jaz acima do referido lugar, sendo ajudado o dito capitão pelo padre mercedário frei Teodósio, e pelos Aruaquizes missionados pelo mesmo padre".

Note-se: Baena não faz referência nesse registro a Francisco da Mota Falcão (ou a seu filho Manoel da Mota de Siqueira), nem diz o ano em que o núcleo original do lugar da Barra foi implantado, mas é claro que tem o evento como posterior a 1669.

Uma referência, muito breve e indireta, colhe-se em frei João de São José de Queiroz, quando da visita pastoral que fez como bispo do Pará, em 1762, chegando à Amazônia Interior. Eis, em trecho sobre Santarém, a alusão que nos interessa:

"Tem a vila um pequeno fortim ou reduto fundado a expensas próprias por Francisco da Costa (*sic*) Falcão, e continuado por seu filho Manuel da Mota, ambos de Portugal; o último fez mais três, um em Pauxis, que hoje é vila de Óbidos, outro em rio Negro, e o terceiro junto à serra do Paru. Concedeu-lhe a corte a escolha de um dos quatro em três vidas. Escolheu o de Tapajós. Expiraram as três vidas e não houve renovação de graça, porque o sucessor com a pobreza, abatidos os espíritos, pediu baixa no serviço".

Esse registro curto parece bem fundamentado. Confirma que o fortim do rio Negro foi construído pelo filho, Manoel da Mota Siqueira, e não pelo pai, Francisco de Mota Falcão.

Mais um texto em que o assunto parece – um relatório do coronel João Henrique de Matos, após inspeção militar efetuada em 1844: menciona o Forte de Barra do Rio Negro como "construído em 1695, demoninado de S. José, erigido à custa de

um particular por nome Manoel da Mota Siqueira, com o destino de registrar e defender a entrada do rio".

Engenheiro, amazonense, com uma longa fé de ofícios, marcada por serviços na Amazônia, bem informado sobre a região, por que teria lançado esse 1695? Por inferência? Captou-o em algum documento? Não esclarece a fonte, mas a menção, seca e definitiva, como que reflete uma certeza. De qualquer modo, também se compatibiliza com a referência de Moraes.

2.9. Configuração, dimensões, guarnição e aparelhamento

Apesar de sua pomposa denominação oficial de "Fortaleza" – pequena, fracamente artilhada (e, às vezes, até sem nenhuma peça), com escassa guarnição, sem fosso – merecia mais a qualificação de fortim com que, já contemplando a sua decadência, a qualificou frei João de São José de Queiroz, hesitando chamá-la entre "fortim" e "reduto".

Comparando entre os termos "fortaleza", "forte", "fortim", "reduto" e "casa-forte", consoante as conceituações de um especialista, "fortim" no caso parece preferível, embora se deva assinalar que a qualificação de "fortaleza" foi-lhe atribuída originalmente em caráter oficial, assim persistindo até o século 19, mesmo quando já de há muito perdera qualquer expressão militar; e que com a qualificação de "casa-forte" é referido com frequência em velhos textos. E até no mesmo texto as duas palavras "fortaleza" e "casa-forte" são, indiferentemente, usadas (como no alvará de 1684, que deu provisão a Francisco da Mota Falcão para erigir fortificações na Amazônia).

De sua geometria ficamos informados por testemunhas bem posteriores à sua construção (admitindo-se que não foi alterada ao longo do tempo).

Por meio de Schqebel, temos o seu aspecto visual, com a ermida perto.

Por intermédio de João Henrique de Matos, temos sua planta, dimensões no terreno, posição quanto ao nível do rio

Negro. É bem pequena: seu perfil cabe em um quadro com lado de uns 40 palmos, isto é, 15,40 m.

Pelo padre José Maria Coelho ficamos sabendo a altura de suas muralhas: a de dois homens. Digamos, mais ou menos, 3,20 m.

Um estudioso que se dedicou à história das fortificações no Brasil, com a autoridade também de oficial de Artilharia, enfatizou que "suas muralhas eram fracas".

E um aplicado cronista, também com a autoridade de oficial de Artilharia (aliás, mais de uma vez incubido da inspeção de fortificações), qualificou essas muralhas como "pouco aptas" para receberem canhões, comentário reiterado no relatório citado do coronel Henrique de Matos.

De 1695, dispormos de um documento pelo qual se verifica que o fortim estava mal guarnecido e mal aparelhado: somente seis soldados, nenhuma artilharia, comando insatisfatório, segundo observações de Pedro de Azevedo Carneiro (1695), que a esse tempo já acumulara a preciável experiência na prática de projetamento, construção e inspeção de fortificações na Amazônia.

Pedro de Azevedo Carneiro sugere que o fortim recebe seus peças de artilharia – 2 de 12, 2 de 8 e 2 de 6.

Uma opnião de 1697, a do próprio governador Antonio d'Albuquerque Coelho de Carvalho, condena todas as fortificações construídas por Manoel da Mota Siqueira:

...as casas-fortes que fez o superintendente Manoel da Mota consedero de pouca entidade (utilidade) pela incapacidade dos sítios; porque em breve distância se dominam; além da pouca altura das muralhas, necessitam também de artilharia e de telha para os quartéis que a palha de que são cobertos é sujeita ao fogo.

Assim, condenado tão logo construído, o fortim do rio Negro, ao que se saiba, jamais foi objeto de ampliação ou sequer de restauração. Documentadamente, a próxima notícia que deles se tem figura está em relatório de 1749 (meio século depois!):

A Fortaleza do Rio Negro, comandada pelo capitão João Rodrigues da Cruz, como é única de pedra que tem o rio Amazonas, só os três ângulos da parte do mar se acham fendidos, o que com pouca despesa pode-se remediar; da mesma sorte carece de quartéis por se haverem os que têm totalmente arruinado; e igualmente o parapeito.

Sua artilharia: duas peças, "ambas no chão, sem carretas, uma de conto, outra de quatro". Peças sem seus reparos: obviamente não se cogita fazê-los atirar. A guarnição consistia de sete homens: um capitão, um tenente, um sargento e quatro soldados.

Os dados a seguir disponíveis denotam sempre pequena guarnição:

1764 – Total: três (um sargento e dois soldados);
1766 – Total: onze (um tenente e dez soldados);
1769 – Total: dez (um tenente e nove soldados);
1770 – Total: treze (um tenente, um cabo e onze soldados);
1771 – Total: dez (um tenente e nove soldados);
1772 – Total: onze (um tenente e dez soldados).

De 1783, há a notícia de que seus canhões (então quatro) foram removidos para Barcelos. Entende-se que o fortim foi desartilhado, mas não desativado. A mesma fonte, em descrição que se refere a 1787 (ano de observação), esclarece: acha-se tão arruinado, que, até por essa razão, mandou-se desguarnecer da artilharia que tinha". Constava a guarnição, quando da visita de Alexandre Rodrigues Ferreira, de oito homens, inclusive o comandante.

De 1823, um registro confuso menciona que o fortim contava com quatro peças, sendo duas de bronze de calibre "D 1" e duas de ferro de calibre 3, cujos reparos eram uns paus espetados no chão. A fonte começa dizendo que a "denominada Fortaleza estava destituída de artilharia". E termina o trecho com esta observação: "A Revolução de Cametá fez que este governo

provisório, tomando todas as medidas de defesa, melhorasse nesse ponto, fazendo vir várias peças abondonadas em Barcelos, que fez montar, e pôr em ação de cortar de acidentes".

Para datação de referência, lembro que a chamada "Revolução de Cametá" detonada em 1823, estava em curso, temendo-se o avanço dos revolucionários sobre Santarém e a Barra, donde a preocupação de medidas defensivas. Portanto, a transferência das peças de Barcelos para a Barra era bem recente.

A fonte permite duas leituras: o fortim não tinha canhões, recebeu-os em 1823 de Barcelos, ou o fortim tinha quatro canhões e em 1823 recebeu mais canhões de Barcelos. A primeira leitura parece ter lógica mais forte. Se é a que deve prevalecer. dir-se-á que o fortim ficou desartilhado quarenta anos: de 1783 a 1823.

Sobre o material de construção: registro de 1787 afirma que o fortim era feito de "pedra e barro"; outro registro, de 1844, confirma-o, mencionando "pedra solta e barro".

Comandantes do fortim

Um levantamento em muitas fontes, bastante aqui, pouquinho ali, permite estabelecer esta relação com vinte e cinco nomes, em vinte e oito ou vinte e nove períodos de comando, indicando o posto de cada um, se conhecido, e os anos de referência sabidos ou presumidor:

- Angelico de Barros? – 1690? (Elo desconhecido)
- 1.a. Ambrozio Moniz Barreiros
- Luiz de Morais Bitancour – 1696?
- Capitão Martinho Fragoso – Faleceu em 1699 como comandante
- Capitão Angelico de Barros – 1699/1709 (pela segunda vez?)
- Alferes Baltazar Alvares Pestana – A partir de 1709 (Elo desconhecido).
- Capitão Diogo Rodrigues Pereira – 1715 / 1721 / 1728 / 1732
- Obs: Interinidade presumível de João Rodrigues da Cruz em 1731 (Elo desconhecido)

- Capitão Miguel de Siqueira Chaves (1732/1734) (Elo desconhecido)
- Manoel Maciel Parente – 1736 (Elo desconhecido)
- Manoel Caetano de Távora – 1738/1739 (Elo desconhecido)
- Capitão João Pereira de Araújo – 1739/ "pelos anos de 1740" (Elo desconhecido)
- Capitão João Rodrigues da Cruz – 1749? (pela segunda vez?) (Elo desconhecido)
- Alferes Alexandre Thomas – 1754
- Cabo de esquadra José Ferreira Tortolho
- Tenente Theodoro Frota
- Capitão de granadeiros José da Silva Delgado
- Alferes Crispim Lobo de Souza
- Alferes Luiz Cunha d'Eça
- Alferes Francisco Alves Catreiro
- Tenente Bernardo Toscano de Vasconcelos – 1762/1770?
- Alferes Crispim Lobo de Souza (pela segunda vez)
- Tenente Francisco Victorino José da Silva
- Tenente Cispim Lobo de Souza (pela terceira vez)
- Tenente Manoel Lobo da Almeida
- Alferes Manoel Alves Romeiro Belo
- Ajudante Auxiliar Custodio de Matos Pimpim – 1774 ou 1775
- Tenente Francisco Victorino José da Silveira (pela segunda vez)
- Soldado Francisco Serrão de Oliveira
- Alferes Antonio José da Costa Souto Maior – 1780/1787

A indicação de "elo desconhecido" resulta de não haver sido encontrado nenhum apoio documental em condições de, ao menos, sugerir se terá havido ou não contiguidade dos nomes, isto é, sucessão imediata dos titulares relacionados. Tanto pode ter ocorrido um período de comando de titular, conhecido por ter sido contíguo ao de outro constante da relação, como pode ter ocorrido um intervalo com o exercício de outros comandantes, cujos nomes até agora não apareceram.

Alguns do titulares relacionados exerceram comandos, também, no alto rio Negro, com sede em São Gabriel:

- Alferes Crispim Lobo de Souza – duas vezes, 1762 e 1773;
- Alferes Luiz da Cunha d'Eça – 1773;
- Alferes Custodio de Matos Pimpim – 1765;
- Tenente Manoel Lobo de Almeida.

Conhecidos e articulados esses nomes, importa expor em que termos as fontes os abonam, ou seja, como foi possível, com os dados fragmentários e desconexos disponíveis, ir armando o mosaico.

Quanto a Angelico de Barros como primeiro comandante, o dado se encontra, sem indicação de ano, em Sampaio, fonte secundária, respeitável, o qual terá visto documentos do tempo, mas não os cita.

Não há outra fonte que o confirma, salvo os autores que, sem questioná-lo, em Sampaio basearam-se. E este pode ter sido traído pela memória, achando que o fortim fora implantado na gestão do primeiro Antonio d'Albuquerque Coelho de Carvalho (1667-1671), quando o deve ter sido na do segundo Antonio d'Albuquerque Coelho de Carvalho (1690-1701). De resto, já se viu, há evidência de que um Angelico de Barros, comandante do fortim, foi contemporâneo do segundo Antonio, sem que se disponha de nenhum documento a demonstrar que um Angelico de Barros, esse ou outro com o mesmo nome, haja sido contemporâneo do primeiro Antonio.

A qualificação, que lhe deu Sampaio, de primeiro comandante do fortim, é, desse modo, pelo menos discutível, baseando-se, como parece, em uma confusão de Antonios.

Para a sequência de Ambrozio Moniz Barreiros, Luiz de Morais Bitancour, Martinho Fragoso e, novamente, Angelico de Barros, sem indicação de ano, a fonte foi a "Contramemória" inglesa.

O posto de Martinho Fragoso (capitão) aparece em documento revelado por Nabuco.

A sucessão de Ambrozio Muniz (Barreiros) por Luiz de Morais (Bitancour) é confirmada por Bettendorff, que dá a entender que o comandante era Luiz de Morais Bitancour quando o governador Antonio d'Albuquerque Coelho de Carvalho visitou o rio Negro, o que aconteceu em 1696.

Ainda em Bettendorff se colhe breve notícia de Ambrozio Moniz Barreiros, ao ser relatada questão (1652) envolvendo a Companhia de Jesus, a propósito do inventário de Antonio Moniz Barreiros, pai de Ambrozio:

"...vendeu-se o engenho na praça e o arrematou o sargento-mor [Arnau Vilela], sem embargo de estar vivo Antonio Moniz [*sic*, em outro passo mesmo texto traz corretamente o nome de Ambrozio Moniz]. Filho natural do senhor dele, o qual [conservou-se?] vivo muitos anos, até que feito superintendente da Casa-Forte sobre o rio Negro, faleceu já de muita idade".

A designação de Angelico de Barros (pela segunda vez?) foi objeto de comunicação do governador Antonio d'Albuquerque Coelho de Carvalho, o segundo desse nome falecera quando no exercício do seu comando.

Angelico de Barros assumira na emergência e se houvera bem; o governador pedia que se confirmasse sua designação. Se já houvesse comandado uma outra vez antes, seria de presumir que o governador o mencionasse, para reforçar sua proposta, mas não o fez; e, se não o fez, é válido inferir que não o fez porque esse comando anterior não ocorreu.

A "Contramemória" inglesa, anterior à nossa "Terceira Memória", mencionando, mas não reproduzindo o documento em que colheu o dado, referia que Angelico de Barros fora designado em 1702, mas não servira por problemas de saúde.

Há a distinguir, aí, duas afirmações: primeira – a designação em 1702; segunda – a não assunção, por doença, o que poderia induzir à impressão de que Angelico de Barros jamais exerceu o comando em causa.

Quanto a haver exercido dito comando, não há dúvida: a carta de 17/7/1699 do governador evidencia o fato.

Quanto à designação de Angelico de Barros em 1702, o registro britânico aproxima-se, convincentemente, de documento

agora revelado: a petição, de 1709, em que Angelico de Barros apresenta desistência do cargo de capitão da Fortaleza do Rio Negro, petição em que declara achar-se na posição há seis anos (o que daria posse em 1703).

Razões dessa "deixação" (termo utilizado na petição): "achaques que na assistência daquele presídio se lhe sinou desde o tempo em que dele foi tenente".

Os ingleses captaram algo de certo e o interpretaram mal: tratava-se, sim, da saúde abalada de Angelico de Barros, mas, ao invés disso, constituir causa para impedi-lo de iniciar o exercício de um comando era causa para impedi-lo de prosseguir nesse comando.

O substituto de Angelico de Barros foi o alferes Baltazar Alvares Pestana, que já estava servindo na Fortaleza. O governador Cristóvão da Costa Freire, a propósito, diz para o rei e para o Conselho Ultramarino, "o nomeou por capitão dela pelo achar capaz de ocupar dito posto e ser bem procedido e obediente em tudo o que se lhe encarregava do serviço de Vossa Majestade".

O nome de que a seguir dispomos é o de Diogo Rodrigues Pereira: figura em uma permissão que obteve para o descimento de cem casais e o resgate de cinquenta índios.

Sua fé de ofício consta de informação do Conselho Ultramarino junto com as de outros candidatos a um cargo elevado. Por esse papel, vê-se que estava em serviço na Colônia desde 1700. Assinalável a missão que o governador Berredo lhe deu de ir ao sertão trazer índios para a guarnição da Fortaleza – oportunidade em que teria descoberto as "entradas e saídas do rio Branco". Participou de várias operações de resgate.

Decidida a transferência da Fortaleza para montante, isto é, sua desativação perto da foz do rio Negro e a construção da outra, próximo da foz do rio Branco, Diogo Rodrigues Pereira oferece-se para construí-la à sua custa, contanto que se lhe garanta a titularidade do respectivo comando, acrescido do título de sargento-mor da Fronteira.

Em 1728, continuava como comandante da Fortaleza. Com essa qualificação, estando em Belém, assina um atestado de bons serviços dos jesuítas.

Não se sabe de quem Diogo Rodrigues Pereira recebeu comando (de Baltazar Alvares Pestana?) nem, sobre esse comandante que o antecedeu, o que terá feito para justificar o comentário do governador: "...porque V. M. não pode ignorar as que fez seu antecessor".

O encaminhamento desse comentário mostra-nos que, em 1732, Diogo Rodrigues Pereira continuava comandando a Fortaleza, referência que se compatibiliza com a notícia de que em mais estava nomeado capitão-mor de Gurupá.

Entre as duas referências extremas que lhe dizem respeito, há para Diogo Rodrigues Pereira a presunção de pelo menos dezessete anos de comando. A Fortaleza, bem situada para os negócios das drogas do sertão e o apresamento de índios, era a base física e a investidura no seu comando a base institucional da prosperidade, consolidada, assim, em prolongada permanência, que lhe permitia oferecer-se a construir, sem ônus para a Coroa, uma nova Fortaleza; e nela erigir uma igreja; e a prescindir de seu soldo, cedendo-o como côngrua para o capitão. Aliás, desde ano de 1732, em que terá ficado poucos meses naquele comando, existe documento mencionando-o no rio Negro com uma tropa de resgates: até o fim tirava proveito da posição.

Há também a assinalar, quanto a 1732, a transferência, decidida pelos carmelitas, da aldeia que mantinham um pouco adiante da Fortaleza, para o local, mais acima, onde hoje é Airão.

Documento de 1734 dá-nos a informação de que o capitão Miguel de Siqueira Chaves estava comandando, interinamente, a Fortaleza, nomeado que fora pelo governador José da Serra (1732/1736). O capitão pedia ao rei que o confirmasse no comando.

É presumível que Miguel de Siqueira Chaves já estivesse servindo na Fortaleza quando assumiu o seu comando, pela vacância do cargo em maio de 1732. Poucos anos antes, quando da guerra contra os manaus, seguramente fazia parte da sua guarnição, no posto de tenente, havendo solicitado participar das operações daquela guerra.

Não tive oportunidade de ler nenhum documento com referência ao nome que aparece a seguir: o de Manuel Maciel

Parente. Sua presença, em 1736, no comando da Fortaleza, foi captada por Sweet.

O nome seguinte, referido a 1738 e 1739, é o de Manoel Caetano de Távora e consta de dois documentos: uma carta de Lourenço Belfort, cabo de uma tropa de resgates no rio Negro; e uma carta do governador João de Abreu de Castelo Branco, na qual, aliás, lê-se que o comando estava sendo oferecido a Manoel Torres Bezerra se este implantasse forte e aldeia em Puraquequara (perto de Manaus) – carta que contém recomendação do governador a Távora em favor de Bezerra.

Nenhum texto conheço com a notícia sequer do início da construção de um forte em Puraquequara, embora ocorra um surpreendente registro cartográfico de meado do século 18 dando-o como existente. Nenhuma outra carta o confirma, sendo de destacar as elaboradas pelos engenheiros das partidas de demarcações, todos militares, que não iriam ignorar ou omitir dado tão importante.

Não conheço, também, nenhum texto a mencionar que Manoel Torres Bezerra houvesse assumido o comando que lhe fora oferecido. Provavelmente, não se dispondo a fazer o forte, não ganhou o comando.

É presumível que a Távola haja sucedido João Pereira de Araújo: a referência disponível para aquele é de 1739, documento de janeiro (citado); e, para este, também é de 1739, documento de novembro, que contém recomendação para a captura de desertores e para o recrutamento destinado a prover a guarnição da Fortaleza.

Sobre o mesmo comandante, uma ligeira referência em José de Morais: em 1740 tentou, infrutiferamente, estabelecer nova aldeia onde existira a aldeia dos Tarumãs.

Para a menção a João Rodrigues da Cruz, a primeira fonte é um documento de 1731 referindo seu envolvimento com tropas de resgates. Como é suposto que nesse ano o titular do comando fosse Diogo Rodrigues Pereira, é possível que João Rodrigues da Cruz fosse seu segundo e tivesse em exercício interinamente.

Seu nome vem a aparecer outra vez anos depois: era o comandante, em 1749, quando da inspeção do capitão-mor de

ordenanças José Miguel Aires, encarregado de verificar e avaliar a situação das fortificações na Amazônia. Nesse comento, o estado da Fortaleza era lastimável.

Admito, pois, como hipótese, que João Rodrigues da Cruz terá comandado duas vezes: em 1731 (interinamente) e em 1749.

Daí até 1754 não disponho de nenhuma indicação.

Para a sequência de dezessete períodos de comando, entre 1754, quando está em exercícios o alferes Alexandre Thomas, e 1787, quando o comando está com o alferes Antonio José da Costa Souto Maior, sem indicação dos anos intermediários, a fonte foi Alexandre Rodrigues Ferreira.

Nessa sequência, figura o tenente Bernardo Pereira de Vasconcelos. Em documentos do Arquivo Público do Pará, verifica-se que estava.

Sobre Crispim Lobo de Souza observa-se que seu nome aparece três vezes na sequência de comandos divulgada por Alexandre Rodrigues Ferreira. Dele se sabe de seu casamento com uma das filhas de Manoel Dias Cardoso, português que se refugiara no rio Negro para escapar a uma sentença e que, perdoado, descera à Barra com muitos índios, sendo comandante do fortim Bernardo Toscano de Vasconcelos. Dele ainda se sabe que, quando da passagem de Alexandre Rodrigues Ferreira (1786), possuía uma roça perto da Barra, descendo o rio.

O mesmo Crispim Lobo, com o posto de ajudande auxiliar, aparece em um dos quadros do recenseamento da Capitania de São José do Rio Negro realizados por ordem de João Pereira Caldas. Sua é a maior unidade familiar da Barra: dez pessoas. E é, então, obviamente, o comandante da Fortaleza, uma vez que se trata do mais alto posto militar citado: há mais somente cinco soldados (sendo um "soldado de tropa paga" e quatro "soldados auxiliares").

Problema: os trabalhos desse recenseamento terminaram em 1781, embora somente transmitidos a Lisboa em 1785. Se Crispim Lobo, pelas indicações de Alexandre Rodrigues Ferreira, comandou antes de Custodio de Matos Pimpim e este, como se infere de Sampaio, era comandante em 1774 ou 1775, esses anos de referência não se compatibilizam. E se estão corretos

(1787 para Crispim Lobo e 1774 ou 1775 para Matos Pimpim), a sequência avaliada por Alexandre Rodrigues Ferreira deixa de ser confiável.

O último comandante da lista de Alexandre Rodrigues Ferreira, alferes Antonio José da Costa Souto Maior, mereceu um comentário desabonador por parte do arcebispo do Pará, d. frei Caetano Brandão, pelo que este viu quando de sua visita pastoral, tendo chegado à Fortaleza em 1787. Aliás, o arcebispo não especifica o nome do alferes.

Uma frase ambígua de Alexandre Rodrigues Ferreira pode ser interpretada no sentido de que Antonio José da Costa Souto Maior estava no cargo havia sete anos, portanto desde 1780.

3. Emergência e preeminência de Manaus na Amazônia Interior

Enquanto pelos Setecentos avançavam as frentes de expansão rio Negro acima e pelo seu afluente, rio Branco, submetidos os manaus, crescia a importância de Barcelos como capital da Capitania de São José do Rio Negro e sede do Comissariado das Demarcações. E minguava a importância militar do fortim posto perto da foz do Negro. Correspondentemente, questionava-se a localização desse fortim, esboçando-se, em consequência, tentativas de mudança.

Uma fortificação ali, com sua centralidade acentuando-se, foi crescentemente perdendo sua razão de ser.

Do ponto de vista tático, desde o começo a posição deixava a desejar. Ou tinha de ser duplicada, como propusera Pedro de Azevedo Carneiro (1695), para lograr o cruzamento de fogos; ou tinha de ser transferida. E com o melhor conhecimento da geografia local, verificou-se que o fortim poderia ser flanqueado, mediante a ligação entre o Solimões e o rio Negro, que contornava, por inteiro no abrigo de seus fogos.

Ao tempo da gestão de Berredo (1719), a preferência pela nova localização, contemplando sítio acima, na foz do Jauaperi, o que afinal não saiu do papel, correspondia à concepção estratégica que privilegiava o rio Branco e o alto rio Negro como áreas de penetração possível mais preocupantes.

Segundo outra concepção, que dava relevo ao Solimões como área crítica, cogitou-se da transferência para local que permitisse o controle simultâneo do Negro e do Amazonas. Há notícia de uma tentativa nesse sentido em 1739, conforme manifestação do governador João de Abreu de Castelo Branco:

Por ser conveniente mudar-se a Fortaleza do Rio Negro para lugar mais conveniente, e menos doentio, e haver eu prometido ao capitão do Descimento Manoel Torres de Bezerra de o prover em capitão da dita Fortaleza com a obrigação de que ele há de fabricar à sua custa, agregando-lhe sua aldeia de índios. Portanto ordeno

ao tenente da mesma Fortaleza, Manoel Caetano de Távora, que lhe dê os índios que for possível da aldeia pertencente à Fortaleza, para fazerem suas roças no lugar a que chamam Puraquequara; e quando seja caso que algum dos Pes. missionários vizinhos tenha levado para a sua missão alguns índios dos que se lhe [acham] agregados à dita Fortaleza de El Rey, o mesmo capitão Manoel Torres de Bezerra, ou o [dito?] tenente requer-lhe-ão da minha parte por serviços de Sua Majestade lhe entregue todos os índios para serem aldeados juntos à Fortaleza que mando edificar; e para o mais que se oferecer do real Serviço na forma que tenho determinado.

Não se sabe de nenhum esforço para implementação dessa ordem. Entretanto, discrepando de toda a cartografia conhecida da região, há um mapa da década de 1750, que registra, como se existisse, "Forte de Baroquecoara". Até prova em contrário, tal a sua singularidade, entendo esse registro cartográfico como fantasioso. Nenhum documento dos que compulsei, mapas ou textos, proporciona-lhe apoio.

O propósito de transferência voltou a ser ativado, em 1783, por João Pereira Caldas, comissário-geral das Demarcações, que o inseriu em proposta mais ampla: que se transferisse de Barcelos a sede da Capitania do Rio Negro e de onde estava para mais baixo a Fortaleza, em condições de comandamento (possibilidade de controle visual) sobre o que hoje chamamos de "Encontro das Águas", isto é, o cruzamento dos eixos do Solimões e do Negro.

A proposta de Pereira Caldas pressupunha a solidariedade orgânica de papéis entre a Fortaleza e o embrião de burgo ao lado, este dignificado ao status de sede do governo. Assim, o de que se cogita é tanto de nova fortificação, como de nova capital:

...digo e considero que a capital da Capitania se deve estabelecer na Boca deste rio Negro, pois que ficando assim como no Centro da mesma Capitania, e com tantos mais abundantes e cômodos meios, para do diário alimento subsistir, é fácil reconhecer pelo respectivo mapa, o quanto, por razões políticas e militares, convém não desprezar, ou demorar o dito estabelecimento, para

se evitar que havendo no futuro algum ataque dos espanhóis pelo rio Solimões, ou Amazonas abaixo, segundo as maiores noções que lhe tem subministrado a atual diligência da Demarcação, eles se não senhoreiem daquele vantajoso Posto, cortando a comunicação deste rio Negro, e cercando, reduzindo e fazendo como inúteis todas as forças que no mesmo, no Branco, e suas fronteiras existem, e que nesse termo com tanto melhor sucesso poderão atacar da parte de Orenoco, e assim proporem-se, e confiarem-se a conquista de toda a Capitania, olharem depois para o mais do Estado, e para o Mato Grosso, conforme repetidas vezes tenho ponderado a V. Exa., e quanto com tempo precisa precaver todo aquele iminente risco.

A nova localização foi estudada pelo sargento-mor engenheiro Eusébio Antonio de Ribeiros, que após descrever as alternativas, sugeriu:

Elege-se o terreno da roça do Comércio, situado na margem setentrional, notado no mapa que levantei para o fim dito: pela razão de ser fronteiro confluente dos rios Negro e Solimões; estar livre de inundações e o menos apadrastado. Tem bom desembarque pelo nascente e dois estreitos, um por leste, outro por oeste, inda que em rio baixo ficam secos. São os tiros, neste lugar, mergulhantes, ainda sendo o terreno dos menos elevados. As distâncias às pontas que balizam a foz do rio Solimões são grandes e para as vencer será necessário artilharia de vinte e quatro (...).

Alimentado por esse relatório, Pereira Caldas volta ao assunto em 1785, insistindo em sua proposta da dupla transferência, da capital e da Fortaleza.

A escolha feita pelo sargento-mor Eusébio Ribeiros foi aplaudida pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, este com a autoridade de quem vinha estudando detidamente a Amazônia, inclusive quanto a aspectos econômicos, administrativos e políticos.

Em 1791, ao transmitir a Lobo d'Almada a direção das Demarcações, mais uma vez Pereira Caldas proclama a sua tese:

"...o que por todas as razões militares e políticas e econômicas, considerava utilíssimo de não só passar a Capital da Capitania para junto à foz deste rio com igualmente de se fortificar tão vantajosa e importante passagem".

Da proposta de Pereira Caldas veio a prevalecer uma parte – a mudança da capital. Mas não foi feita outra fortificação. E mudou-se a capital justamente para o Lugar ao lado da pobre fortificação antiga, a "chamada Fortaleza da Barra deste Rio", segundo a qualificação irônica do mesmo Pereira Caldas. Com a qual, palavras suas, "pela sua posição, qualidade e ruína, nada se pode contar".

O governador da Capitania do Rio Negro, Manoel da Gama Lodo d'Almada, convencido da conveniência da medida, dispõe-se a efetuar a transferência da capital, sem cogitar, contudo, de fazer nova fortificação. Em 1792 desloca sua residência da Vila de Barcelos para o Lugar da Barra e toma providências para criar neste a infraestrutura necessária ao funcionamento de uma sede de governo. Mas o seu superior hierárquico, o capitão-general Francisco de Souca Coutinho, é contra. Aliás, é contra tudo que Lobo d'Almada tenha feito ou queira fazer. E se empenha, encarniçadamente, em contrariá-lo e desgastá-lo.

A transferência da capital, que Lobo d'Almada procura implementar, torna-se, em consequência, uma operação politicamente difícil. Em abril de 1792, Coutinho nomeia um oficial de sua confiança para o comando da tropa da Capitania, encarregando-o cumulativamente da Provedoria da Fazenda Real. Ao fazê-lo, enfatiza:

"...fixará V. Exa. a sua residência na Vila de Barcelos, donde não sairá se não por muito grave motivo (...)".

Poucos dias depois, tentando evidenciar que Lobo d'Almada realizava dispêndios indevidos, dá instruções complementares ao mesmo capitão José Antonio Salgado, que seguia investido de poderes quanto à administração financeira da Capital, como titular da Provedoria da Fazenda Real:

...caso seja verdade que, em sítio conjunto à Fortaleza da Barra, está-se, sem ordem alguma de Sua Majestade, e sem o

consentimento desta Junta [Junta da Real Fazenda], erigindo uma povoação, estão-se erigindo quartéis, armazéns, igreja, casas para residência do governador etc. com a intensão de haja de ser ela a capital daquela Capitania, deixando-se ao desamparo e perdidas, por mero capricho, todas as casas, todos os quartéis, todos os armazéns, igreja e demais edifícios, em que tantas somas de dinheiro tem despendido a Real Fazenda por ordens positivas de S. Majestade, que em Barcelos foi servida fixar residência de sobredito governo e a capital da sobredita Capitania (...).

Lobo d'Almada defede-se. Lembra que na carta régia que instituiu o sistema de demarcações está dito que a sede seria Barcelos ou no sítio da Capitania que parecesse ao comissário o mais adequado. E, em instruções complementares, de Lisboa, continuara-se a abrir a opção entre uma e outra localizações. Palavra de Lobo d'Almada:

Atentas as sobreditas permissões reais e aumente precisão de socorrer de mais perto a nossa Partida, e toda a fronteira do Solimões, passei a residir neste forte com a Provedoria de Expedição, com a Secretaria dela e da Capitania, e com a tropa e cirurgião que tinha comigo. Assentando em que, como assim convinha muito ao Serviço Real, à execução mesmo dar ordens de V. Exa. e ao comum [ao interesse comum] de toda essa Capitania, me era permitido, ao meu governo, residir em qualquer parte dele: Que o lugar mais central da Capitania (que o é certamente este forte) é também o mais acomodado para dirigir.

Continuou Lobo d'Almada lembrando razões logísticas em favor da Barra, e enumerando as providências que tomara, a anular qualquer suposição de que Barcelos ficara em abandono.

Lobo d'Almada é obstinado. Coutinho, também. E o é com a circunstância de ter em Lisboa, a respaldá-lo, o prestígio e a posição do irmão ministro: acaba conseguindo a ordem do retorno da capital para Barcelos, o que se verifica em 1798.

Assumindo em Belém novo governador e capitão-geral, o conde dos Arcos (gestão entre 1803 a 1806), volte-se à fórmula

de Lobo d'Almada (transferência da sede do governo, mas sem a construção de uma nova fortaleza), embora se possa talvez interpretar que, ao justificá-la, o conde dos Arcos estava preferindo a fórmula de Pereira Caldas (transferência da capital e de Fortaleza):

...peço a V. Exa., em primeiro lugar, a ordem necessária para que o novo governador (...) faça sua residência na Fortaleza da Barra: cuja posição central, sendo sempre julgada a mais apropriada para as capitais, aquela, particularmente, o é por se achar na confluência dos dois rios Solimões e Negro, donde por isso é fácil acudir a qualquer das fronteiras mais notáveis; onde há abundância dos gêneros necessários para a subsistência e cômodos; onde mesmo se mandam buscar para a atual capital com incrível despesa para a Real Fazenda, e ruína dos gêneros. Devendo eu ainda ajuntar a tudo isto que a razão, se houver uma, para a mudança daquela residência da Barra, onde a tinha o dito governador [Lobo d'Almada] para Barcelos, onde atualmente está, é completamente desconhecida a todos, e de certo transcende e escapa à minha compreensão.

A fórmula de Lobo d'Almada, que afinal em definitivo prevaleceu, representa, quanto à Fortaleza, o reconhecimento da exaustão de sua utilidade como fortificação e da desnecessidade de construir outra na confluência. O que só importava era a centralidade da capital.

3.1. O perfil da decadência e o começo da recuperação

Nessa fase, primeiros decênios do século 19, Manaus vive sucessivamente diferentes espécies de confrontos:

- entre portugueses, a favor e contra a Constituição de 1820;
- no estertor do regime colonial, entre governo opressor e comunidade oprimida – esta experienciando suas primeiras manifestações de vitalidade cívica;

- entre portugueses e brasileiros, desde a crise da Independência e por anos e anos após, aprofundadas e complicadas as diferenças pelo arbítrio, arrogância e inabilidade dos presidentes da Província do Pará até o ponto em que ao choque de facções associa-se algo como luta de classes;
- entre Pará e Amazonas, pelos desentendimentos e as aspirações de autonomia das vilas e lugares amazonenses;
- entre as autoridades civis, ou entre autoridades militares, ou entre autoridades civis e militares, em função de percepções divergentes sobre a competência de cada qual.

Uma situação da crise, com um espectro amplo: crise econômica, de âmbito regional, decorrente, em grande parte, da carência de força de trabalho; uma crise institucional maior – o Império procurando um rumo; uma crise institucional menor, de âmbito local, expressando-se nos choques entre autoridades; e o que vai tornar-se dramaticamente explícito na Cabanagem, a crise social.

Assim, finda o século 18 e começa o século 19 com um baixo desempenho da economia, com a aparelhagem administrativa tosca e emperrada, com a sociedade acumulando tensões. Tudo isto se reflete no burgo minúsculo e desarrumado, sacudido pelas emoções e contratempos que lhe causam tantas Juntas Governativas tomando posse e sendo dissolvidas; e tantas disputas entre os principais representantes do Estado; a dependência anômala ora a Barcelos, ora a Serpa: o frustado anseio de autonomia político-administrativa. Por fim, uma prolongada, extenuante e cruenta guerra civil.

Na sua tentativa de periodização da *História Econômica da Amazônia*, Roberto Santos qualifica as quatro primeiras décadas do século 19 como uma fase de decadência. Os testemunhos disponíveis comprovam-no quer quanto à Amazonia Ocidental, de um modo geral, quer quanto ao seu polo econômico administrativo, a Barra, especificamente.

Dando um retrato da Capitania em 1821, o cônego André Fernandes de Souza menciona "a extrema pobreza em que está".

No mesmo sentido, outro testemunho, também de 1821, menciona "a decadência a que se acha reduzida a Província do Rio Negro".

Escrevendo em 1823, o padre doutor José Maria Coelho, vigário-geral do Rio Negro, diz da Barra, com olhar de simpatia, que "sua situação é elegante"; louva sua salubridade ("muito lavado dos ares ela não tem conhecimento de moléstias contagiosas"); e lastima que "poderia ser uma grande povoação se tivesse mais polícia, e seus governantes todos fossem como o grande Gama; seus edifícios públicos, alguns cobertos de palha, como o Palácio do Governo, a Secretaria de Provedoria e os aquartelamentos, são "sofríveis"; em fim de construção um novo hospital, o antigo estando bastante arruinado; os armazéns da Fazenda, das Armas e de pólvora, cobertos de telha, novos. E "há uma boa roda de negociantes bem estabelecidos e acreditados", mas faltam braços para desenvolver os "sítios admiráveis e produtivos de algodão, cacau, café, mandioca e vários frutos".

Quanto ao que "deram o nome de Fortaleza", continua o padre doutor, trata-se de "uma grande casa que ainda hoje existe coberta de telha, e cercada de um bom muro de pedra e cal". Construída como um "quadrado quase perfeito", suas paredes, conquanto grossas, são baixas ("de altura de dois homens pouco mais ou menos"). Não tem arquitetura própria para o uso de artilharia, nem parece jamais ter possuído fosso. Suas quatro pequenas peças não podiam mover-se, sendo seus reparos "uns paus estacados no chão".

A igreja, fundada pelos carmelitas, foi modificada e ampliada pelo "incomparável" Lobo d'Almada, a este se devendo o estar coberta de telhar e forrada, bem como foi o mesmo governador quem deu a pia batismal e o lavatório de sacristia, ambos de mármore. De madeira, muito bem construídas, tem duas tribunas laterais – "uma para o governo, outra para a Música". Dela distante quatro varas, "do lado da Ep" (?), guarnece-a uma torre dotada "com um pequeno sino, mas de boa voz". A parede principal da capela-mor, "muito arruinada, nem que com a promessa do governo de tudo consertar".

Quando o padre doutor Coelho tomou posse em novembro de 1821, encontrou a igreja abandonada e desguarnecida: "A Sacristia não tinha uma toalha de lavatório que não fosse uma rede de peca, os estrados que vestiam o pavimento da Igreja feitos pelo grande Gama podres, não se contava um só cortinado, porque desde o católico Gama nenhum Governo lhe importou a Igreja". "O vigário" não tem residência para morar, ou há de comprar casa ou alugá-la, ou há de dormir em alguma canoa velha, porque a casa de residência que lhe fez o Gama ardeu não se tratou de fazer outra".

Considerando-se a importância da Igreja nessa época, como projeção do Estado e uma de suas bases de sustentação, já sendo rei D. João VI, em sucessão a D. Maria I, ambos sabidamente tão devotos, o abandono em que se encontra o único templo existente na Barra, cuja conservação era uma incumbência do Estado, constituía sintoma de uma situação global de pobreza e, quanto à administração pública, de desleixo.

Martius, passando na Barra em 1817, assim via o acanhado burgo: "...um terreno desigual, cortado por diversos regos, e consta, como quase todas as demais vilas do Estado, quase exclusivamente, de casas de um só pavimento, cujas paredes são construídas de pau-a-pique e barro, cobertas geralmente de folhas de palmeira. As casas estão muito separadas umas das outras e formaram algumas ruas irregulares".

Vendo-o no ano seguinte, o tenente Maw, da Marinha inglesa, dava testemunho semelhante: "As ruas não são calçadas e quase todas parecem acabadas".

Em 1831, enquanto eram deploráveis as condições políticas, as condições econônicas não eram mais lisonjeiras. O atraso se via no mercado de trabalho: "Em toda a Comarca não há mestre de primeiras letras; não há mestre carpinteiro; não há mestre pedreiro, finalmente não tem mestre em ofício algum, e apenas alguns índios e mamelucos que malmente sabem fazer uma canoa". As dificuldades do governo correspondiam à estagnação da economia: "Rendimentos de Siza não tem por não haver bens de raiz, nem escravos para vender, nem quem os compre. Rendimento de décima não há pelas casas serem

de palha. Rendimentos de selo também não há, porque lá não há Demandas, nem quem escreva. Finalmente, reduze-se só o rendimento da Comarca nas fábricas e nos dízimos de consumo, porque os de embarque vão para o Pará, e lá é que se paga os competentes dízimos".

A causa principal da depressão ("deplorável estado de decadência" – conceituou Zany) era a desestabilização do sistema pela falta de sua base – o braço índio. Alguém que se acostumara a mobilizar centenas de índios em suas propriedades expressas perante D. Pedro I, a realidade tal como vista por sua ótica de colonizador, de que é indissociável a coisificação do índio: "Depois que apareceu uma Constituição portuguesa e se retirou o governo mandado pelo Soberano e se elegeu uma junta popular com ideias mal-entendidas de liberdade, já não se chamam índios para os serviços públicos e de Vossa Majestade Imperial, porque eram cidadãos e não se podiam obrigar a trabalhar, e com estas doutrinas encasquetadas na cabeça dos índios no seu idioma, afrouxou o trabalho das fábricas, da lavoura, e do comércio, porque os índios já tinham perdido aquela sujeição e respeito ao governo e já não tinham aquele receio de ser chamados ao serviço das fábricas e da Ribeira e, por consequência, deixou a maior parte de se ocupar na lavoura, e de não querer servir aos particulares, entranhando-se nas matas, onde vivem na ociosidade, que é de sua condição".

Smyth e Lowe, presentes na Barra durante quatro dias em maio de 1836, informaram que a guarnição tinha vinte homens e que o forte estava "inteiramente destruído"; havia um hospiral sem médico; e duas igrejas sem pároco. A vila dava aparência de declínio, com numerosas casas em estado de deterioração. E lhe disseram que a êxodo suscitado pelas turbulências políticas.

Um contemporâneo e até participante de alguns acontecimentos refere que, em 1835, a Vila era "menos de um terço do que fora outrora".

Temos no mesmo sentido o registro de outro contemporâneo, também participande de alguns acontecimentos, João Henrique de Matos, amazonense de Barcelos, de onde saiu para dedicar-se à carreira militar, tendo voltado ao rio Negro, em diferentes

missões, em 1825, 1837 e 1842/1843. Nesta última permanência, já maduro e experiente, fez descrição calorosa, que desde o título dá testemunho da decadência em se achava a região. Menino e adolescente, chegou a ver a animação da Capitania sob Lobo d'Almada, podendo agora comparar e lamentar-se. Vira as devastações da Cabanagem e nela combatera. Agora via o desânimo e a regressão.

Em julho de 1846, o norte-americano William Edwards passou vinte dias na Barra. O livro em que relatou sua viagem veio ter particular importância pela influência que exerceu sobre dois naturalistas situados entre os maiores intérpretes da Amazônia – Wallace e Bates.

"Havia algo de muito atrativo na aparência da Barra" – começa sua manisfetação de enternecimento, descrevendo, com transbordante boa vontade, desde o "largo rio em frente, semelhante um lado, liso como um espelho", até uma colina que exibia "o verdor da perpétua primavera"; e, "por trás de tudo, tudo dominando, o tabuleiro onde, de um golpe de vista, pode-se apanhar uma combinação de belezas bem superiores a tudo quanto tenhamos visto no Amazonas".

Nesse ambiente, "os habitantes vivem isolados do resto do mundo tão esquecidos de suas vaidades como os nossos ancestrais holandeses que, séculos atrás, vegetavam nas margens do Huson". Continuava Edwards: "Aqui não há movimento estrepitoso de carros, nem tropel de cavalos. A serenidade, como em uma manhã domingueira, reina perpétua, quebrada apenas pelo rufar de tambor da patrulha da noite ou pela doce e suave toada vinda de uma cabana distante, onde jovens índias dançam com a música de suas próprias vozes".

E nas ruínas do fortim, no topo do antigo mastro da bandeira, contemplando a movimentação dos companheiros nos restos das vigas, pousa um urubu, que parece de lá se abalar só no fim do dia.

Esses testemunhos falam de decadência, pobreza, possibilidade de produção não aproveitada, casas deterioradas, ruas irregulares e não pavimentadas, isolamento do mundo. Não obstante, livre dos condicionamentos restritos inerentes à situação colonial, a comunidade estrutura-se e nela esboçam-

se e firmam-se lideranças; faz o aprendizado da vida cívica na trepidação dos dias do Primeiro Reinado e da Regência; sem o paralelismo com Barcelos, torna-se o único polo econômico da Amazônia Ocidental; agora, livre da dependência a Serpa (que sucedera à dependência a Barcelos), clarifica-se sua hegemonia administrativa na sub-região. Entretanto, política, administrativa e economicamente continua com satélite de Belém.

Entra-se em um período de estabilidade institucional: em nível nacional, o regime funciona, apto a absorver tensões, na sucessão dos governos, com bastante emoção e retórica, mas sem bala. Na região amazônica, marcada pela devastação da Cabanagem, as comunidades cansadas do ódio militante lamentam os seus mortos e aspiram à paz. Cicatrizam-se as feridas da guerra insurrecional: a Cabanagem passa a ser uma lembrança amarga – de todo modo algo superado, agora apenas um tema das estórias de destruição e desvario que uma geração transmitirá à outra. Restauram-se a pequena agricultura e a pequena pecuária; reorganiza-se a produção extrativa; surgem ofícios urbanos; requerem-se chãos.

Como homens representativos dessa época, da fase de turbulência à de estabilização, destacam-se três figuras: o português Antonio José Brandão e os italianos Francisco Ricardo Zany e Henrique Antony.

Chegando bem jovens à Barra, integram-se na sociedade local, inclusive pelo casamento, identificando-se a vida de cada um deles à vida do burgo. Crescem juntos – cada um deles e a comunidade que os assimilou. Acumulando idade e fortuna, são espectadores e participantes do processo histórico de amadurecimento em que Manaus deixa de ser vila – reconhecida como cidade, com o nome de Barra do Rio Negro, pela Lei Provincial do Pará de 24/1/1848, para, a seguir, com a criação da Província do Amazonas, passar a capital da Província.

Um geógrafo que compreendeu com acuidade e bem explicou as vantagens da posição de Manaus qualificou-a como "absolutamente privilegiada", acentuando que a rede hidrográfica, em relação a oeste, noroeste e sudoeste, apresentava "aspecto marcadantemente centrípeto", a convergir para "o pequenino

fragmento de tabuleiro onde a cidade foi implantada", o leque de grandes rios desse lado da Amazônia, possuindo "seu fecho de raios à altura de Manaus".

O cenceito de centralidade quanto a Manaus comporta um comentário: a bacia amazônica é assimétrica (as nascentes dos tributários da margem direita estão mais distanciadas da calha central do que as dos da margem esquerda); Manaus, banhada por um dos rios da margem esquerda, não está, pois, bem no centro da bacia, em termos estritamente fisiográficos. Mas do ponto de vista da Geografia Humana, ou da Geografia Econômica, ou da Geografia Política, é o lugar geométrico dos pontos terminais do assentamento, da explotação e da soberania.

A importância de situar-se nesse lugar geométrico acentua-se com o progresso da navegação aérea – o advento dos grandes jatos investiu Manaus na condição de plataforma para apoio ao tráfego em aeronaves nacionais e internacionais: fica no meio do caminho entre o Delta e os Andes, entre o Planalto Central Brasileiro e o Caribe. Portanto, além das ligações com Belém, ou com Porto Velho, Boa Vista e Rio Branco, ou com Brasília, o Rio de Janeiro e São Paulo, Manaus é escala importante para a ligação com o Peru (Iquitos), a Colômbia (Letícia e Bogotá), a Venezuela (Caracas) e os Estados Unidos (Miami).

Ao modo de produção, representado na coleta de produtos oferecidos pela natureza, e à configuração de rede hidrográfica, facilitando acesso e circulação, correspondeu um padrão de presença de agentes econômicos que, embora atenuado pela irradiação imediata de uns poucos polos, até hoje se faz notar: a ocupação esparsa, diluída, puntiforme.

Esse modelo de apossamento e explotação não estimulou o crecimendo dos sempre rudimentares e excessos núcleos de ocupação, todos convergindo seus produtos para Belém e de Belém exclusivamente obtendo seu ressuprimento. Manaus, confirmando o modelo, emergiu como polo secundário, lá dentro, por muito tempo, humilde polo, e complementação ao foco atlântico: como que uma estação de apoio, a atenuar o efeito da distância entre Belém e os últimos recantos da Amazônia Interior, e isso tanto para fins administrativos e militares como mercantis.

Dos onze segmentos com inividualização fisiográfica reconhecidos pelo nosso modelo no contorno da Amazônia Brasileira, oito dizem respeito à Amazônia Interior. Esse espaço, porção da bacia ramificadíssima do rio Amazonas, permite trajetos em todos os sentidos – trajeto muito franco, para oeste, na calha central, por todo o trecho brasileiro; e assim também nos afluentes, de um modo geral, até as linhas de cachoeiras a norte e noroeste e a sul e sudeste, considerando uma gradação de possibilidades em cada rio, de acordo com a evolução sazonal da altura da lâmina d'água, nas enchentes e nas vazantes.

Garantindo assim a um mesmo polo acesso, privilegiando, em todos os sentidos, a centralidade de Manaus nesse espaço relativamente isolado (politicamente e fisicamente isolado, não necessariamente fechado) atuou, em consequência, em favor de sua hegemonia, qual tenha sido a linha de causação – militar, político-administrativa, econômica.

Manaus nasceu e cresceu em função da rede hidrográfica. Ligações por terra só começaram a surgir muito depois de sua consolidação.

A centralidade (sentido de ponto focal de acesso fácil a todos os quadrantes e em relativa equidistância dos pontos terminais ou supostamente terminais ou desejavelmente terminais da soberania e da atividade econômica) inspirou a preferência por essa situação à margem esquerda do rio Negro, perto de sua foz, para abrigar a sede da Capitania.

A condição de capital, envolvendo a presença do aparelho de governo e suscitando a criação de alguma infraestrutura, acentuou a dependência dos outros burgos e das frentes pioneiras. A continuidade dessa condição, invariante desde 1801, mantida que foi para Província e o Estado, consolidou a hegemonia, passando Manaus a viver em definitivo o papel de foco de irradiação e convergência – único, por muito tempo, na Amazônia Interior.

Os fatos sancionaram, os anos passando, a escolha de Manaus como polo da Amazônia Interior. Por isso, cresce de valor a intuição de quem o percebeu quando apenas esboçava a conquista. A ideia, sob forma ainda vagante embrionária, mas

já suficientemente discernível da importância geopolítica do rio Negro como chave da Amazônia Interior, encontra-se em Heriarte:

"Povoando-se este rio de portugueses pode-se fazer um império e senhorear todo o das Amazonas e mais rios".

E nesse rio Negro, em que sequer existiria um arraial de brancos, Heriarte captava o futuro:

"É capaz [o rio Negro] de ter grande comércio por mar e por terra, assim com as Índias de Castela, como com o Peru, e com toda a Europa".

E quando mal se completa um vintênio após a viagem de Pedro Teixeira, a que o relato de Cristóbal d'Acuña, apesar do sigilo com que se tentou envolvê-lo, acaba por dar ressonância, as virtualidades da posição que é hoje a de Manaus são vislumbradas com um mínimo de sistematização. Fê-lo um francês, o conde De Pagan, em 1654: um plano de dominação oferecido em 1656 ao cardeal Mazarino, concebendo um império novo, digno de conquista, e conquista fácil, pela Coroa de França – um império cujo controle poderia ser nucleado em cinco colônias. Umas, em certa "Ilha do Sol", sem dúvida a de Marajó, para guardar a entrada do rio Amazonas; outra ficaria no "Bósforo famoso", isto é, trecho de Óbidos, em que a calha se estreita; e a seguinte caberia implantá-la na "célebre ponta dos Comanares", tanto vale dizer, na região em que o rio Negro se encontra com o Amazonas (onde Manaus se desenvolveria); mais outra, na região suposta do ouro, perto do Japurá; finalmente, a quinta velaria pelos extremos do império para os lados dos Andes. É a "sede do Império", a colônia da qual se governaria tanta terra e tanta água seria tal "célebre ponta dos Comanares". Porque célebre, e já então, não sei; como também não sei que nação é essa dos "comanares" (o etnônimo que mais parece aproximar-se dessa seria o de "manaus" e o de "cunaris", embora a notícia de que se dispõe é a de que por aí andavam os tarumãs); mas sua localização, em outro passo definido por Pagan, é inequívoca.

Manaus, ainda sem nome, começa a destacar-se dentre os pequenos e dispersos núcleos populacionais da Amazônia Interior, projetando-se como polo administrativo e militar,

quando o governador Lobo d'Almada, na última década do século 18, faz da pobre aldeia a sede de fato do governo da Capitania do Rio Negro.

A adequação desse ato (condenado então pelo superior hierárquico de Lobo d'Almada) não demorará em ser afinal reconhecida: a partir de 1802, Manaus passa a ser o local onde mora o governador e devem passar a morar as demais autoridades, apesar de manter o seu predicamento inferior de "lugar", enquanto outros núcleos já ostentam o *status* de "vila".

Acrescentando, às suas vantagens locacionais, a condição nova de capital, assento de um governo, cresce o burgo humilde, inclusive com a vantagem adicional do sítio, donde a vocação de porto. Torna-se uma base ou estação de apoio para os negócios em âmbito sub-regional. Mesmo que, quanto aos assuntos de gestão municipal, por algum tempo vá depender de Barcelos e Itacoatiara (Serpa), crecerá sua influência e em órbita girarão:

- Itacoatiara, Silves e Parintins, no Amazonas;
- Maués, na Mudurucânia;
- Borba, no Madeira;
- Tefé e Olivença, no Solimões;
- Barcelos, no Negro.

No primeiro vintênio do século 19, se a Amazônia Oriental é despovoada, a Amazônia Interior o é mais ainda. Embora os algarismos da fonte não inspirem maior confiança se cardinalmente considerados, ordinalmente são úteis para dar uma ideia das posições relativas: a Amazônia Oriental teria 68.190 habitantes e a Amazônia Interior 15.320. A população da primeira, com destaque para Belém, é 4,5 vezes maior que a da segunda. Nesta, praticamente ainda um deserto, Manaus, então "a Barra", já definiu sua preeminência: possui 166 fogos, enquanto a segunda concentração, que é Silves, tem 151, seguida de Vila Nova da Rainha (Parintins) com 98 e de Barcelos (antiga capital) com 92; do mesmo, se a maior ou menor quantidade de escravos sugere maior ou menos densidade da economia (capaz

de comprá-los), a Barra tem 244, seguida de Silves em 126 e Serpa (Itacoatiara) em 94.

O avanço da fronteira econômica ampliará o espaço da influência de Manaus, abrangendo o Purus e Juruá e, em consequência, o Acre (com a ressalta de que o Acre desenvolverá elos comerciais principalmente com Belém). Uma influência que chegará a transpor os limites internacionais, atingindo o espaço econômico sob as soberanias boliviana e peruana e, em menor proporção, os sob as soberanias colombiana e venezuelana; sendo que, quanto ao Javari, não obstante a nitidez jurídica e física da linha de limites, Manaus, do lado do Brasil, compartilhará ascendência comercial sobre a sua bacia com Iquitos, do lado do Peru.

Sem dispor de todas as vantagens locacionais de Manaus (como Manaus não dispõe de todas as vantagens locacionais de Belém), Iquitos exercerá para a Amazônia Peruana papel semelhante ao que Manaus exerceu para a Amazônia Brasileira; e, aliás, como boa parte da borracha brasileira na região fronteiriça era passada para o Peru, dado o regime fiscal mais brando, os patrões brasileiros por lá, alguns também com propriedade em território peruano, baseavam-se mais em Iquitos do que em Manaus, ou tanto em Iquitos quanto em Manaus.

Constituirá Iquitos o terceiro porto amazônico de exportação de borracha: a 2.000 milhas do Atlântico, pode dar acesso a navios transoceânicos, em princípio de tonelagem dos que atingem Manaus (entre Belém e Manaus, 926 milhas).

Em torno desses três polos – Belém, Manaus, Iquitos (nessa ordem) – girou toda a produção de borracha. Sua articulação foi constante. Algumas firmas poderosas mantinham subsidiárias ou escritórios nas três praças. E aí um tema a aprofundar: houve tensões entre as praças de Belém e Manaus – choques de interesses entre os governos ou entre as comunidades de negócios. Mas as percebi, pelo menos na leitura de jornais brasileiros, entre Manaus e Iquitos.

A influência de Manaus, além da fronteira, dissipar-se-á com o colapso da borracha; aquém se contrairá com a criação dos Territórios Federais, estes surgindo e começando a crescer em virtude de vontade política estranha à região.

Na Amazônia Interior, aos Territórios Federais corresponderão três novos polos, diversamente articulados com Manaus: Rio Branco (Acre), Porto Velho (Rondônia), Boa Vista (Roraima).

Há evidência de ocupação antiga do baixo Negro – um passado pré-lusitano que pertence à Arqueologia. Restos de artefatos cerâmicos e líticos em comparação com outros recolhidos longe, em sítios dos Andes e do Caribe, revelam afinidades – a sugerir migrações e contatos. A área, como que no encontro de três eixos de possível movimentação (o Negro, o Amazonas e o Madeira), era propícia para diferentes funções: a de pouso duradouro, a de centro de difusão, a de corredor.

De acordo com o modelo de dinâmica populacional de Lathrap, essa área (onde hoje se encontra Manaus) teria atuado como plataforma para dispersão de povos, suas condições naturais ensejando deslocamentos para os Andes e o Caribe.

Tal hipótese, que admite possa ter sido por aí, proximidades de foz do Negro, a "terra natal" da cultura da floresta tropical, é convincentemente contestada por Meggers e Evans, ao postularem a teoria de que os centros de dispersão dos troncos tupi-guarani, aruaque e caribe situar-se-iam em regiões diversas na periferia da Amazônia.

Qual a relação entre as tribos que os portugueses encontraram e os primeiros ocupantes, os que deixaram alguma memória de sua presença – vestígios referenciados a diferentes faixas de tempo e a diferentes estágios de amadurecimento cultural? Os elos não são conhecidos.

Um ou outro desses povos, no período pré-lusitano, terá perecido por inadequeção das técnicas de subsistência: seria, por exemplo, o caso do grupo criador da cerâmica dita marajoara – provavelmente vindos da região pré-andina, e já bons oleiros não souberam sobreviver.

Os sucessivos desses grupos, sucessores, posto ocuparem o mesmo espaço, talvez até em nível cultural mais baixo, souberam interagir com a floresta e os rios, contruindo um código de convivência eficaz.

4. Índios

Erigido fortim e ermida, para o aldeamento que construíram ao lado, trouxeram os portugueses índios de pelo menos três tribos: barés e baníuas, originários do Içana e do Xié, afluentes do Negro; e passés, vindos do Japurá. Tais são as etnias mencionadas nos registros disponíveis – Noronha e Sampaio. O vigário-geral do rio Negro, José Monteiro de Noronha, em observação que pode ser referida entre os anos de 1758, quando assume a Vigararia, e 1768, quando escreve seu "Roteiro", assinala a presença daquelas três etnias – baré, passé e baníua; os tarumãs estavam diante – "na enseada grande, que fica logo acima da Fortaleza".

Com base em observação de 1774, o registro é reforçado por Sampaio, que acrescenta e esclarece quanto aos passés haverem descido "ultimamente".

Nem Noronha nem Sampaio assinalam junto à Fortaleza a presença dos manaus, que afinal vieram a inspirar o topônimo que ficou. Não os assinalam aí, mas não os ignoram, a eles se referindo em outras localizações.

Suposta uma identificação entre cada grupo tribal e seu tuxaua, e como Sampaio especifica três etnônimos ao mesmo tempo em que menciona cinco taxauas, parece válido concluir que nos duzentos e vinte índios da aldeia junto à Fortaleza uma tribo estaria representada, cada uma, por dois grupos.

Em registro poucos anos após o de Sampaio, Alexandre Rodrigues Ferreira referiu a presença aí de manaus, baré, baníuas, uerequeuas, aruaques, iuris, passés, acrescentando um prudente e elástico "etc". O número total de índios pouco variou: agora são duzentos e quarenta e três.

Temos, pois, a informação de José Monteiro de Noronha, confirmada por Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, quanto às três tribos iniciais; e Alexandre Rodrigues Ferreira enumerando sete tribos. A aceitar essas fontes, que não se contradizem, admitir-se-á que os demais grupos, além dos referidos por Monteiro e Sampaio, terão chegado a Manaus (que ainda não tinha esse nome, até nem nome tinha) entre 1774-1775, anos de referência

para o registro de Sampaio, e 1785-1786, anos de referência para o de Rodrigues Ferreira.

Um episódio terá dito sua importância na constituição do estoque populacional então: há notícia de que um português, Manoel Dias Cardoso, no mato, a fugir da Justiça, em sendo indultado, a Manaus chegou com duzentos índios. De que tribo ou tribos?

Texto de 1785 esclareceu-o, sem datar: "Manoel Dias com seus Ariquenas [uerequenas] seus aliados fora aos Guatazes [Autazes] dar naquele gentio [mura], em cuja ocasião fizera neles grande carnagem".

Com base nessa referência, vamos ficar supondo, até que outro documento o confirme ou desminta, serem uerequenas os índios então trazidos a Manaus. Nada mais disso se sabendo senão o haver ocorrido quando era comandante da Fortaleza o tenente Bernardo Toscano de Vasconcelos: há registro de que dito oficial estava em comando em 1762, sendo de entender, por outra fonte, que em 1770 ainda estivesse nesse comando ou a ele voltara.

Em setembro de 1762, Manoel Dias Cardoso ainda não fora indultado; o ouvidor recomendou que o fosse, argumentado:

...este homem tem adquirido grande notícia dos setões e poderá fazer descimentos pela boa-fé em que está com o gentio, e poderão as filhas casar, aproveitando-se aqueles garfos de um Europeu, o que não sucederá se o pai morrer no mato, porque se distrairão e seguirão os ritos gentílcos os filhos delas, que será a maior desgraça.

Dada a lentidão habitual de funcionamento da máquina administrativa, com o oceano pelo meio, o atendimento da recomendação do ouvidor seria suscetível de grande demora – de 1763 em diante, anos talvez.

Acresça-se uma pergunta: por que Sampaio, que esteve na Amazônia Interior poucos anos depois, e em Belém compulsou, criticamente, documentos sobre o passado colonial, por que Sampaio não menciona os uerequenas no estoque populacional do núcleo que daria Manaus? Talvez, sem maior aprofunamento,

tenha-se contentado em repetir Noronha, que não os mencionava. O registro deste, referido a 1768, seria anterior à vinda de Manoel Dias Cardoso? Admito-o. Conjectura que, aliada a quanto se sabe do período de comando de Bernardo Toscano de Vasconcelos, situaria tal evento entre 1769 e 1770.

Por aí, pois, terá ocorrido, na pequena comunidade ao pé da Fortaleza, forte contribuição do grupo uerequena. Aliás, uma das filhas (mamelucas) de Manoel Dias Cardoso viria a casar com o tenente Crispim Lobo de Souza, da guarnição local (três vezes a comandou).

Os uerequenas, que habitavam o Içana e o Xié, na região do alto rio Negro, eram antropófagos. A sua não seria uma antropofagia ritual, mas parte de uma dieta rotineira, hábito alimentar. Anotação de Alexandre Rodrigues Ferreira: "Viram em outro tempo os cabos de nossas tropas que eles tinham currais de gentios prisioneiros, assim como nós os temos de gados para os açougues". Para continuarem a preferência pela carne humana e contornarem a repressão dos portugueses, observou o capitão Miguel de Siqueira Aires, que o teve sob comando, "separavam os seus ranchos dos dos outros índios da tropa para não serem vistos e denunciados". Teria isso também acontecido em Manaus? Até porque seria provavelmente da conveniência de Manoel Dias Cardoso mantê-los bem apertados dos da aldeia da Fortaleza, de modo a manter sem entraves sua liderança. Se a hipótese é válida poderá explicar o não terem sido vistos por Sampaio? Ou o grupo em 1774 já não estaria por lá?

Outra charada étnica: Bernardo Pereira de Vasconcelos persuadiu o tuxaua Matias da Costa para que troxesse seus parentes do Xié, o que foi feito, desconhecendo-se a que povo se vinculava esse tuxaua. Baníua? Como referência, o Xié era ocupado por baníuas, xapuenas, uerequenas, mendós "e outros".

Uma das tribos, os mundurucus, celebrados guerreiros, talvez deva ser citada, ainda que com mínima contribuição, como possível componente da população de Manaus: pacificados em 1795, sob a supervisão de Lobo d'Almada, que preferiu e soube administrar a aproximação amigável, com o envolvimento pela persuasão ao invés da solução militar, os mundurucus vinham

em grandes grupos, "aos centros", visitá-lo; alguns, confiantes, fixaram-se entre Serpa (Itacoatiara) e Manaus; e até deixaram em Manaus oito crianças, das quais não se teve notícia ulterior. Terão crescido aí? Se assim aconteceu, é de imaginar que os homens, casando, hajam constituído um pequeno grupo de identidade mundurucu, suposta a patrilinearidade da transmissão do vínculo familiar e não excluída a possibilidade de contatos esporádicos com a tribo. Seria um testemunho dessa presença a rua dos Mundurucus?

Mais uma possível contribuição de sangue indígena, de outras precedências tribais e geográficas, sobre a qual, todavia, ocorre dúvida, dada a contradição das fontes: em 1798, o tenente Leonardo José Ferreira, incumbido de reprimir turbulências na região do rio Branco, teria trazido para Manaus "setenta e tantos".

Essa informação, transmitida por Baena, não se concilia com a de Araújo e Amazonas: ao noticiar o episódio, ainda que setenta índios, "poupados do massacre da refrega", foram distribuídos por Parintins, Borba e Alvelos.

Dos manaus, reconhecido o realce de sua presença na Amazônia Interior, deram notícias Cristóbal d'Acuña, Samuel Fritz e La Condamine, este em boa parte baseado por Fritz.

Fritz observou que eram "muito valentes e temidos dos gentios vizinhos", o que os fatos ulteriores a esse registro só vieram confirmar. Viu-os Fritz no Solimões, bem longe de seu presumível centro principal de irradiação: suas terras estavam para as "bandas do Norte", de onde chegariam passando pelo Japurá.

A capacidade de deslocamento dos manaus foi impressionante. Não se trata de migrações, mudanças definitivas – vão e voltam: a lembrar que sua morada preferencial foi o médio Negro (as "bandas do Norte" da referência de Fritz); por aí ocuparam o Urubaxi, na margem direita; e o Iaa, na esquerda.

Não é sabido quando se inatalaram na aldeia junto à Fortaleza – concentração populacional cujo nome difinitivo iria inspirar-se em sua legenda. Em registro de 1786, um topônimo fala de sua presença – e presença marcante, a ponto de identificar um dos cursos d'água que então limitavam o burgo. Nome que até hoje se conserva: igarapé de Manaus.

A fonte enseja dúvida de leitura quando descreve os dois bairros em que se desdobrava a povoação:

"...ocupam uma posição de barreira que medeia entre os dois igarapés da Tapera dos Maués, dito dos Manaus".

Em primeiro lugar, a menção aos maués é surpreendente. Maués em Manaus? Nem o próprio Alexandre Rodrigues Ferreira consigna a propósito algo mais: na sua lista de tribos do rio Negro, inclusive extintas, não os arrola. E autores que bem estudaram a tribo, Nimuendaju e Nunes Pereira, nada dizem a respeito; tampouco noticiam nenhuma migração até o Negro ou mesmo o descimento de um grupo isolado.

Em documento de referência geográfica tudo faz crer elaborado pelo próprio governador Mendonça Furtado ocorrem quatro menções a uns índios maués no rio Negro, em ambas as margens.

Maués? Que grupo tribal seria esse? O *Mapa Etno-Histórico*, de Nimuendaju, não os registra. Pelas localizações, amparando-me nas indicadas em Noronha, direi, com mais verossimilhança, que se trata de macus. Garatujas de copistas treslidas teriam provocado a distorção – em matéria de etnônimos, das menores. Mas em Noronha, se há registro de macus pelo médio rio Negro, deles não há na povoação junto ao fortim que daria origem a Manaus. O que se reitera em Sampaio.

A referência do texto, tal como divulgado, de Alexandre Rodrigues Ferreira, quanto a um "Igarapé da Tepera dos Maués" a contornar essa povoação parece plausível. E se não se trata de maués, que etnônimo teria o naturalista desejado grafar? Há dois possíveis, dentre os correspondentes a grupos aí provadamente presentes. Possíveis? Pelo menos, à falta de outra afinidade, com a mesma finalização: barés e passés. Ambas etnias de registro antigo, a primeira chegando na frente. Teria havido, digamos, uma "Tapera dos Barés"? E disso seria uma reminiscência, hoje desaparecida, o "Cais dos Barés", ou, ainda existente, a rua dos Barés?

Ainda quanto aos manaus, não fique sem lembrar que, bem no centro da capital da Província, à margem esquerda do igarapé do Espírito Santo (em trecho que é hoje um segmento da avenida Eduardo Ribeiro" existiu uma "rua de Manaus", talvez lembrando,

pela espontânea atribuição popular, comum à época, a localização antiga de algum grupo manau.

E ainda não fique sem lembrar que, além de um igarapé "de Manaus", houve uma denominação afim, a do igarapé ou rio Manau (assim mesmo com /u/ final tônico), depois mais conhecido como igarapé da Cachoeira Grande.

Quando da transferência da sede do governo da Capitania, de Barcelos para Manaus, em 1791, é provável que uma parte do estoque populacional de Barcelos se haja transferido também. Voltando a capital para Barcelos em 1799, retornaria a Manaus em 1807-1808, para aí ficar. Alguns manaus e índios de outras etnias nessa oportunidade bem podem ter passado para o novo foco de poder administrativo.

Todavia, dez anos passados, no minucioso arrolamento de Martius (1818), os manaus não são mencionados como presentes na população de Manaus. Menciona-os em outras localizações, no Negro acima – em Airão, Moura, Carvoeiro, Poiares, Moreira, Lamalonga, Tomar, Santa Isabel e Nossa Senhora de Caldas.

Martius verificou a presença em Manaus de dezessete grupos tribais: aruaques, baníuas, passés, coretus, macunás, iupuás, uianumãs, cauaris (caraiaís?), marauás, jumanas, catauixis, amamatis, miranhas e tarumãs. Manaus, não. Nem uerequenas.

É curioso observar que os manaus não são citados como presentes na povoação junto à Fortaleza pelos registros mais antigos, de 1768 (Noronha) e 1778 (Sampaio); são citados em texto de 1786 (Alexandre Rodrigues Ferreira); e depois deixam de ser citados no inventário de 1818 (Martius). Para aumentar a dificuldade: todas essas fontes são confiáveis.

Daquele que seria o último remanescente da tribo em Manaus, o "velho Paulico", tem-se notícia em 1865-1866 – neto, é de supor, de alguém da geração da guerra final pelos anos cinquenta do século 18.

Não sabemos, de registro certo, como tudo isso afetou aquele diminuto aglomerado que viria a ser a Manaus de hoje. Um ideia de tanto nos dá Sampaio (no provimento relativo à "Povoação da Fortaleza do Rio Negro"):

"Continuem-se os descimentos e animará o diretor ao principal que costuma ir fazê-los, para o progresso deles, certificando que achará o senhor governador pronto em premiar os descidos (...)".

É de supor que descimentos para Manaus (chamemos, desde já, desse modo ao burgo sem nome), assim valorizados e recomendados por autoridade tão importante, fizessem-se; e, constituindo a bacia do Negro fonte óbvia, por meio deles chegassem também, desgarrados manaus, porventura sobreviventes das guerras intertribais e com os portugueses.

No estoque inicial, de presença certa ou bem presumida, predomina a família linguística aruaque: barés, baníuas e passés, e os tarumãs, e ainda os manaus, todos derivações do mesmo tronco linguístico, supostamente tendo vindo da região circuncaribe, via Orenoco.

Nimuendaju, estudando (1927) as tribos do alto Negro, identificou três estratos étnicos:

a) Teria havido uma ocupação mais antiga, de grupo de cultura pouco desenvolvida, dos quais seriam remanescentes os macus.
b) Um segundo estrato refletiria uma invasão de tribos mais adiantadas, da família aruaque, migrados do norte, compreendendo os barés, os manaus e os baníuas; uma invasão de grupos vindos do oeste, os tucanos, provavelmente menos adiantados ("a julgar pelos seus parentes no Içá e no Napo"); e, finalmente, nova invasão aruaque, a dos tarianas, possivelmente ocorrida já no decorrer do século 18.
c) O terceiro estrato resultaria da mescla dos do segundo estrato com os europeus e seus descendentes.

Dos povos que mais fortemente terão contribuído para o estoque inicial da população de Manaus desapareceram por inteiro os manaus, os passés e os uerequenas. Os tarumãs, barés e baníuas chegaram ao século 20.

Em terrirório brasileiro, de há muito desapareceram os tarumãs. Entrando o século 19 já eram dados como tribo

extinta. Um grupo, entretanto, migrou, conseguindo escapar às tropas de resgates, e pôde sobreviver com um enclave no alto Essequibo, cujo caminho podem ter os tarumãs aprendido pelo primeiro vintênio do século 18, seguindo a rota de negócios de seu missionário, frei Jerônimo Coelho. Em 1919 continuavam a existir, já sob a hegemonia dos atruaís, estes por sua vez mesclados com os uapixanas.

Barés, em 1975 ainda havia alguns na Venezuela, porém sem densidade suficiente para resguardar por muito tempo a organização tribal: uns quinze a vinte, dispersos, continuando a falar baré, todos maiores de sessenta anos.

Somente os baníuas mantiveram a organização tribal, no seu reduto no alto Negro.

Os de mais ruidosa crônica foram os manaus. Desapareceram, "sem que saiba o rumo que levaram". Não restou nenhum grupo em condição de manter a organização tribal. Batidos pelos portugueses, que os consideravam um estorvo para a dominação das tribos e terras do alto Negro, dispersaram-se ou foram dispersados: ao tempo das andanças do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, 1785, ainda existia em Poiares, um pouco acima da sede da Capitania, um "principal" dos manaus, Sebastião de Souza, filho do "principal" Aduana – registro a sugerir a sobrevivência de pelo menos alguma organização tribal, suficiente para fazer ainda visível o nexo entre um grupo e seu tuxaua. Daí em diante não conheço mais nenhum registro indiscutível da existência de um grupo manau.

Capto, entretando, informações do padre Humberto Limpens, dos missionários monfortianos, com atuação na Colômbia, transmitida ao padre Alcionílio B. Alves da Silva, salesiano, no sentido de que alguns velhos índios barasanas, do grupo linguístico tucano, situados na bacia do Tiquiê (afluente do Negro), diziam-se manaus: levanta o padre Alves da Silva a hipótese de que um grupo de manaus tenha sido dominado e assimilado pelos tucanos, valendo mencionar adicionalmente um dado talvez com esse correlacionado – o de que nas vizinhanças da cachoeira de Iauaretê existe um local demoninado Manao.

Eis a memória da etnia conservada pela força da legenda – o renome da tribo mantendo-se e talvez se acrescendo por tradição oral. Legenda tão generosa que, em 1879, quando Stradelli chegou a Manaus, encontrou nativos, idosos, se considerando descendentes de manaus, e com orgulho disso; e tão forte, a ponto de, em 1931, uns dois séculos após as guerras que os desgastaram, ainda haver no rio Negro quem se proclamasse descendente dos manaus.

É assim impressionante a preservação da identidade étnica dos manaus, sobrevivendo à organização tribal, e no extremo da diluição da cultura, quando nem mais a língua se conserva; quando, já não atuando no nível da conduta (agora a conduta homogeneizada resultante da interação dos grupos tribais sob a tutela dos brancos), ainda tem impulsão para atuar residualmente no nível do discurso (a autoatribuição).

A identidade étnica supõe relações intergrupais: algum sistema compartilhado de referências, como um grupo se vê e é visto. No caso, como os manaus se viam, quando ainda funcionava a organização tribal e na diáspora; como as outras tribos, aliadas ou rivais, viam-nos; e como os viam os europeus.

Conscientes de sua pujança, constituíram-se em tribo hegemônica. Cindidos, empenham-se em duríssimas e prolongadas lutas contra os portugueses e a favor dos portugueses – manaus *versus* manaus. Já muito desgastados pela campanha de 1723-1731, quando cresceu o mito do seu líder, Ajuricaba, é provável hajam deixando de existir como tribo após a campanha de 1757 – centrada a administração colonial em submetê-los. Mas terá sobrevivido, na memória comunitária dos grupos manaus dispersos e na percepção de outros grupos manaus dispersos e na percepção de outros grupos tribais, a recordação do antigo *status* – imagem reforçada pelas expressões de respeito e rancor com que sempre os destacou o discurso do dominador.

A persistência da identidade é tal que, em 1818, um resto da cultura conserva-se, apesar da destribalização: Martius ainda consegue levantar um vocabulário da língua manau. E a idealização da legenda, no seu aspecto (somente meio verdadeiro) de repulsa ao colonizador, chega ao ponto de, proclamada a Independência, quando o novo Império ainda procura a sua consolidação,

atribuir-se o nome da tribo como nome da vila que passou a ser o principal, embora modesto, centro administrativo, mercantil e populacional da Amazônia Interior: em 1833, quando em decorrência do Código de Processo, o Lugar da Barra é elevado à vila, muda-se-lhe o nome para Manaus – a imagem da nação guerreira revitalizada pelo surto de nativismo sob cuja inspiração, e no mesmo ato, Silves passava a Saracá e Airão a Jaú. Do mesmo modo como as pessoas já acresciam aos seus nomes de família algo que celebrasse a pátria em crise de afirmação: Angelim, Pau Brasil, Maparajuba, Cumaru, Bacuri, índio de Maués.

Passado um século da guerra que a administração colonial lhes moveu, a imagem dos manaus não é mais a de vilões. E não são somente os descendentes diretos e manifestos, a evocar o *status* tribal perdido, é toda a comunidade branca, ou assim havida, agora posta na sucessão dos antigos senhores, que vocaliza, tal fora muito sua, a glória dos manaus. Esses brancos vivem o transe de consolidação da Independência e buscam uma identidade, sublimando em mito a crônica da tribo morta. Curiosamente, se os manaus deram o nome à vila, os barés, seus inimigos, deram o nome gentílico aos que nela nascem.

O prestígio do etnônimo, passado a símbolo no nome da vila, continuou a alimentar aqui e ali o sentimento da pertinência: até naquele grupo tucanizado de que fala o padre Alves da Silva, tanto como naquele descendente isolado visto por Ypiranga Monteiro – tantas gerações após a desestruturação da tribo.

Bem entrado o século 19, crescendo Manaus, acentuada sua hegemonia e já sua macrocefalia, intensifica-se seu relacionamento cíclico com o interior, em função das safras; diversifica-se, pois, a possibilidade da mescla de sangues. Além da participação do estoque original de manaus, barés, passés, baníuas, uerequenas e tarumãs (todos da família linguística aruaque), a comunidade convivente com índios e descendentes de índios do Solimões, do Japurá, do Madeira – então principais fontes de mão de obra indígena.

Restando referir, ainda pelo século 19, a contribuição de um grupo de procedência imediata totalmente diversa da dos grupos até aqui mencionados. "Um movimento incessante de emigração

levava outrora para Manaus canoeiros moxos e até índios das altas terras da Bolívia, do Mamoré e do Itonama, que fugiam do serviço militar e confundiam-se pouco a pouco com a massa dos tapuios". Essa movimentação teria cessado, segundo Redus, com o estabelecimento da navegação a vapor. Em 1899, quando Redus escrevia, desse lastro moxo "mal se encontram ainda em Manaus alguns velhos".

Não identifico a fonte que teria proporcionado a Redus, sempre tão bem fundamentado, tais informações. Mas duas outras fontes tendem a confirmá-las.

Lê-se em Chandless, explorador inglês, dando conta da viagem entre 1864 e 1865, que muitos índios bolivianos desciam pelo Madeira até Manaus "em procura de trabalho, atraídos pelos altos salários que ali se pagam".

Há também um documento oficial que refere a presença de índios bolivianos em Manaus: um relatório do presidente da Província do Amazonas Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Laurde. Informando sobre o relacionamento comercial com a Bolívia, o qual começava a crescer, referiu que grandes canoas, após transpor cachoeiras, vinham até Itacoatiara (então Serpa), carregadas de ouros, sebos, fumo, charutos e açúcar; há poucos anos, assinalou, "não passavam de três ou quatro anos; hoje se contam por dezenas". Cada uma delas tinha uma tripulação de onze a vinte índios, que "muitas vezes" se empregavam em Manaus, "durante algum tempo, nas obras públicas e particulares".

O sangue índio, correlacionado a tantas etnias, dilui-se em fusão com o de portugueses, nordestinos e levantinos, e os produtos dessas uniões sucessivamente ligando-se convergiam para o biótipo do caboclo, que ainda tanto lembra o índio.

5. Cinco patriarcas

5.1. Francisco Ricardo Zany

Francisco Ricardo Zany nasceu em Livorno, Itália. Chegou ao rio Negro em 1805, após servir em tropas francesas, de cujo serviço escapou, viajando para Lisboa na fragata inglesa "Thalia". Integrou-se na comunidade local e chegou a ser a sua figura mais saliente. Sinais de seu sucesso mostram-se no seu casamento e no casamento de sua filha: Zany casou-se com a filha do governador Vitório da Costa – a maior autoridade executiva; e sua filha viria a casar-se com o ouvidor Domingos Nunes Ramos Ferreira, maior autoridade judiciária.

Tornou-se comerciante e fazendeiro. Retornou ao serviço das armas, sob outra bandeira, distinguindo-se como oficial de milícias. Participou com relevo da política local. E até produziu estudos, encaminhados às autoridades do Rio de Janeiro e de Belém, com sugestões sobre a economia regional.

Quatorze anos após a sua chegada, desfrutava na Barra de prosperidade e prestígio. Sua era a maior casa do Lugar, sobrepujando mesmo o "Palácio" do governador. Fez-se anfitrião de naturalistas e viajantes, deles recebendo, em livros que correram o mundo, manifestações de gratidão, louvor e apreço.

A primeira informação de que dispomos sobre Zany é a relativa a uma triste missão que cumpriu: a de destruir alguns edifícios públicos da antiga capital Barcelos, conforme lhe foi determinado pelo governador Vitório da Costa, também seu sogro, estando Vitório interessado em consolidar a posição do Lugar da Barra como sede do governo da Capitania.

De origem externa, a primeira fonte para conhecê-lo é o livro de Spix e Martius, dos quais se tornou amigo e, durante sua estada na Amazônia Ocidental, constante colaborador.

Encontrou-os em Santarém a 21/9/1819. Os cientistas bávaros passaram para o barco de Zany, dotado de maior comodidade, e nele chegaram ao Lugar da Barra a 22/10/1819.

Zany acompanhou-os em sua excursão pelo Solimões acima. Em Tefé (então Ega), deliberaram seguir roteiros diversos: Spix prosseguiu pelo Solimões até a fronteira com o Peru, e Martius, junto com Zany, subiu o Japurá, saindo de Tefé em 12/12/1819. Zany teve de ficar em Porto dos Mirandas (atualmente em território da Colômbia), por doença; de volta, Martius dedicou-se a tratar dele. Partiram daí a 12/2/1820 e a 23 chegaram a Ega (Tefé), onde Zany ficou para se restabelecer. Ainda em março de 1820, Spix e Martius deixaram a Barra, levando a melhor impressão de Zany, o que em termos de reconhecimento oficial no Brasil deveria significar muito, considerando a nacionalidade dos naturalistas e a de imperatriz. E de fato, a dedicação espontânea de Zany e Spix e Martius foi premiada.

Nessa fase, Zany já era abastado homem de negócios, o que se patenteia na primazia de sua residência.

Quase findando 1823, após a adesão ao Império, em um momento confuso, de desequilíbrio institucional, quando as autoridades sediadas na Barra se entrechocam, em conflitos de competência em rivalidades, Zany toma o partido do ouvidor Domingos Nunes Ramos Ferreira, que contestava a legitimidade da Junta então instalada; e, por isso, vai a Belém tentar convencer as autoridades provinciais.

Domingos Nunes Ramos Ferreira era ou veio a ser genro de Zany. Esse dado resulta da combinação de duas referências. Primeira, um relato concernente a 1828: "...uma de suas filhas era casada com o ouvidor, que acabava de ser nomeado desembargador no Maranhão (...)". Segunda: Domingos Nunes Ramos Ferreira prestou juramento como desembargador no Tribunal de Relação do Maranhão em 26/5/1829.

Em 1824, agite-se a Província com um surto de nativismo, detonado em Belém e consolidado em Cametá (donde o seu rótulo de "Revolta de Cametá"), como protesto contra a Junta eleita em Belém em agosto de 1823, suspeita de lusitanismo. Nesse momento, Zany passava em Santarém, onde se ofereceu para participar do movimento de resistência, principalmente expresso na criação de um colegiado como governo local de

emergência, Junta Militar Provisória e Defensiva de Santarém: Zany foi escolhido como um de seus membros.

No curso do mesmo processo de desequilíbrio institucional, em dezembro de 1825, quando a Câmara de Barcelos, cumprindo determinação do governo provincial, vem para a Barra e, por sua própria decisão, proclama-se Câmara Governativa, os conflitos de competência generalizam-se. Entre 1826 e 1828, desentendem-se os vereadores e o Comando Militar (capitão Hilário Gurjão); este e Zany; os vereadores e o ouvidor.

Em julho de 1827, Domingos Nunes Ramos Ferreira, o genro de Zany, é substituído na Ouvidoria por Manoel Bernardino de Souza e Figueiredo. Em 1828, chega novo comandante, coronel Joaquim Felipe dos Reis. Reis e Zany fazem-se aliados.

Em março de 1828, Zany tem papel saliente no acolhimento a mais um viajante, o oficial da Marinha inglesa Lister Maw, que lhe foi apresentado em carta por um Sr. Cauper, português domiciliado em Ega (Tefé) e que falava inglês; o "Comandante de Ega" também apresentou a Zany.

Estas recomendações evidenciam a importância de Zany na comunidade.

Esclarece Maw que Zany era comandante das milícias do rio Negro. Sua percepção quanto às atribuições desse comando é que o levariam a desentendimento com Gurjão.

Em 1832, encaminhou ao imperador um memorial sobre os problemas do rio Negro. Nele menciona haver preparado também um "Plano para a civilização dos índios e o método para conservá-los aldeados em uma sujeição regular". Este plano teria sido encaminhado à Corte pelo barão de Bagé ("O B. de Bagé pediu-o protestando que o remetia ao Ministério para ser presente a Vossa Majestade Imperial").

Em 1832, tendo sido assassinado, ao reagir a um motim, o comandante militar, coronel Joaquim Felippe dos Reis, os soldados amontinados aceitaram que o comando fosse entregue ao coronel Zany.

"O coronel Zany, dando começo à ação pacificadora, fez balancear os cofres da provedoria da fazenda, arrecadou o material de guerra em poder da tropa insubordinada e dispensou

os milicianos. Tudo com habilidade, procurando restabelecer o sossego público. Ia em meio esse trabalho quando ocorreu novo incidente, agora vítima escolhida o próprio coronel Zany que, escapando, deixou as funções pacificadoras, retirando-se às suas propriedades, fora do centro urbano da Barra".

Documento que o trata com severidade a propósito do proveito que tirou da exploração das Fazendas Nacionais do Rio Branco, refere Zany como "coronel das extintas Milícias e depois do Estado-Maior do Exército, comendador da Ordem de Cristo, inspetor de todas as fábricas nacionais do rio Negro e diretor dos Produtos da História Natural". Em que consistiria este último emprego?

Esse documento informa que, "com o novo sistema de governo não lhe agradando, retirou-se para a Itália, onde faleceu, ao que conclui, em função do zelo burocrático: "não sei que contas tornaram-se a seus herdeiros".

Sabe-se que foi oferta de Zany a murça de penas de galos-da-serra que ornava (e no Museu Imperial de Petrópolis continua ornando em revezamento com a outra murça, a de papos de tucano) o manto do imperador. Dada a sua habilidade em trabalhos plumários, fica-se tentando a supor que foi Zany o próprio artesão de peça.

Há notícia de que Zany foi a Portugal levar a murça a D. Pedro, já agora duque de Bragança. Com a morte deste, sua viúva, D. Amélia, encaminhou-se para o Brasil. E falava um pouco de inglês. E que escapara da condição de conscrito nas tropas de Napoleão porque não gostava de servir os franceses. E que no Brasil fora promovido a coronel "por ter acompanhado o Dr. Martius".

Maw informa que Zany possuía "armazéns de vários gêneros" e utilizava trezentos índios em suas terras. E, ainda, que era "muito entendido em fazer bordas para vestidos de penas representando flores", e dizia "serem feitas pelos índios".

5.2. Antônio José Brandão

Antônio José Brandão, português, deve ter nascido em torno de 1780, chegando à Barra em 1798. Era sobrinho de frei Caetano

Brandão, prelado ilustre, que foi bispo do Pará (1783-1789) e depois arcebispo do Porto. Casou-se com d. Lina Ferreira, bisneta de Camandri, famoso tuxuaua manau, fundador de Mariuá; desse casamento nasceram doze filhos, entre os quais d. Amélia, que viria a casar-se com Alexandre Paulo de Brito Amorim, notável empresário, uma espécie de Mauá regional; outra filha casou-se com Henrique Anthony – tronco de ilustre descendência.

Brandão possuía perto de Manaus, em Manaquiri, uma propriedade com múltiplo aproveitamento: além da criação de cavalos, gado vacum, carneiros, porcos e aves, plantou canavial, instalou engenho, tinha jardim e pomar, este disposto em "magníficas e aprazíveis avenidas".

Na fase conturbada da Cabanagem, que se caracterizou de lado a lado pela violência, Brandão, como todos os naturais de Portugal, ainda que brasileiros por adoção, tornou-se um dos alvos da crispação de ódios e ressentimentos detonados no bojo ou sob a aparência de uma onda nativista. Sua propriedade foi atacada pelos índios das redondezas, muras, que fizeram uma devastação: trucidaram escravos, queimaram a casa, destruíram jardim e pomar, mataram o gado; a família, avisada a tempo, logrou refugiar-se no mato, onde ficou escondida durante três dias.

Wallace, acolhido por Brandão em Manaquiri, viu que havia "muito que fazer ali, para pôr todas as coisas em ordem". Contudo, pôde ver uma reconstituição parcial: mangueiras, goiabeiras, laranjeiras, gado, plantação de fumo e um engenho, instalado este em casa coberta de palha e paredes de madeira, metade da qual, de chão batido, era a residência do proprietário.

Wallace refere ainda, com admiração, que Brandão havia aprendido a ler na idade madura; que conseguia ler francês, que aprendera sozinho; que se interessava pela Geografia, mostrando bom conhecimento dos países da Europa; que tinha paixão pela leitura, embora dispusesse de poucos livros para satisfazê-la; que tinha "memória extraordinária", além de "uma prodigiosa fertilidade de ideias".

Spruce conta um episódio relativo a Brandão capaz de suscitar uma especulação sobre o tipo de senhor que foi; um escravo fugido e recapturado tentou assassiná-lo; não o conseguindo, suicidou-se.

5.3. Henrique Antony

Henrique Antony nasceu em 1806, em Livorno. Com 15 anos, em 1821, chegou a Belém. Veio para a Barra no ano seguinte. Na Barra se projetou. Como Zany, fez-se anfitrião de naturalistas e quantos viajantes passavam pela região, deles recebendo sempre valioso apoio.

Ele merece, observou Spruce, o título de pai da Barra, eis que, quando chegou, a cidade declinava rapidamente e ninguém fez tanto quanto ele por sua ressurreição e renovação, não apenas construindo novas e sólidas casas, mas ampliando o comércio da cidade e abrindo novas vias à sua indústria, vias tão proveitosas à comunidade e a ele próprio.

"Quando Spruce o conheceu, entre 1851-1855, mostrava "uma figura franca e de bom humor, de puro tipo toscano". A descrição continua sendo de Spruce: "Era muito do seu gosto reunir à mesa todos os estrangeiros que passavam lá e me lembro de uma vez haver ouvido falar sete idiomas, por pessoas de tantas quantas nacionalidades."

6. Evolução demográfica

Somente a partir do Recenseamento de 1920 podemos contar com dados mais firmes, resultando de levantamentos e apurações confiáveis. Até aí, os dados sobre população são imprecisos, às vezes mutuamente se excluindo – tais como colhidos em relatos de viajantes, naturalistas e prelados e nos precários censos.

Este capítulo é, pois, em boa parte, um exercício de adivinhação crítica, em que os números são válidos como referências mais ou menos defensáveis para dar uma ideia da ordem de grandeza.

Dos dados disponíveis infere-se que o burgo, por muito tempo sem nenhuma importância, manteve-se segundo o padrão de composição do estoque inicial: uns poucos portugueses da pequena guarnição local e, depois, também dos serviços civis ou comerciantes; índios de diversas tribos, os produtos dos casamentos de portuguesas e índios; muito escasso componente afro.

Quando em 1756 Medonça Furtado sobre o rio Negro, o "prospecto" da Barra, no traço de Schwebel, evidencia um conjunto de edificações modestíssimo: além do fortim e da ermida, mais quatro edificações. É quanto se vê. É possível, mas não direi provável, que aí estivesse figurado um núcleo apenas e que algo mais houvesse esparso, fora do campo visual imediato do obervador. De qualquer modo, comparando-se pelos demais "prospectos" de Schwebel, dos outros lugares burgos do rio Negro mostrados (Moreira, Mariuá e Dari), a Barra é o menor.

Inicialmente o fortim deveria (para manter-se) contar também com a aldeia dos Tarumãs, logo adiante. Quando esta foi mudada em 1732, sua falta fez sentir-se, tanto que um comandante do fortim lá tentou sem sucesso estabelecer nova aldeia em 1740.

Um significativo incremento populacional deve-se à chegada de um português com uns duzentos índios – um português que andava pelo mato para escapar do cumprimento de alguma condenação.

Dele se tem uma primeira notícia por meio da carta do ouvidor Lourenço Pereira da Costa para o governador e capitão-general:

Já pela charrua dei conta a V. Exa. que nos sertões desta Capitania anda ainda vivo Manoel Dias, a quem V. Exa. conhece muito bem e anda com suas filhas, um filho e alguns índios agregados; dizem-me que fala e corresponde-se com algumas pessoas, porém não declara onde é o seu sítio ou morada: se não tem crime que desmereça indulto e perdão, parece bom mandá-lo recolher e destinar-lhe povoação ou que a faça; porque este homem tem adquirido grande notícia dos sertões e poderá fazer descimentos pela boa-fé em que está com o gentio, e poderão as filhas casar, aproveirando-se aquelas garfos (sic) *de um Europeu, o que não sucederá se o pai morrer no mato, porque se distrairão e seguirão os ritos gentílicos os filhos deles, o que será a maior desgraça.*

A outra referência de que se dispõe já nos dá Manoel Dias Cardoso perdoado, apresentando-se na Fortaleza com os seus, sendo comandante o tenente Bernardo Toscano de Vasconcelos. Desde quando e até quando foi o período de comando deste titular, não sei. Encontrei documentação, no Arquivo do Pará, em que se vê estava no exercício desse comando em 1762. Como a carta do ouvidor já se aproxima do fim de 1762, digamos que a chegada de Manoel Dias Cardoso, com o incremento populacional que representou, deu-se em torno de 1763, por aí.

Os primeiros dados quantitativos disponíveis sobre a população da Barra são dos anos setenta (Sampaio e Recenseamento) e oitenta (Alexandre Rodrigues Ferreira e frei Caetano Brandão). Os de Sampaio e Alexandre Rodrigues Ferreira, bem comparáveis porque usam a mesma terminologia (aparentemente com igualdade de conceituações), são estes:

	1.774	1.778	1.786
Brancos		34	47
Índios	220	220	243
Escravos		2	11
Total	220	256	301

Um recenseamento mandado fazer pelo governador e capitão-general Pereira Caldas, dado como de 1781 (mas talvez começado em 1778), traz dados, com aparência de rigor, que importa tentar comparar com os de Sampaio, também confortáveis, do ano de 1778.

Dito censo, centrado sobre o conceito de *famílias*, como unidade de levantamento, excluindo-se as dos índios aldeados, mostra a existência de quatorze famílias, com esta composição, com a média de cerca de cinco pessoas por família:

Cabeças	14
Mulheres, filhos, parentes e agregados	50
Pessoas efetivas de soldada	8
Escravos	1
Total	73

Como o total da população, segundo Sampaio, é de duzentos e cinquenta e seis habitantes e como o censo não compreendeu os índios aldeados, segue-se que o total seria de cento e oitenta e três.

Os mapas do censo, apesar de sua minúcia, somente especificam a identificação étnica dos "cabeças de famílias": seis "brancos", cinco "índios", dois "mamelucos" e um "mulato".

Infere-se desse dado que havia dois níveis de *status* dos índios: os aldeados, sob regime militar; e os equiparados a civilizados e assim suscetíveis de aparecer especificamente no censo.

Ainda que seja razoável supor que as "pessoas efetivas de soldada" fossem índios (dois homens e seis mulheres), seria arriscado fazer suposições sobre a composição étnica dos núcleos familiares, sendo possível tanto a existência de núcleos de sangue europeu como os produtos dos casamentos de portugueses e índias (que o governo estimulara).

Resulta, pois, inviável ajustar a distribuição étnica dada em Sampaio com a classificação de papéis familiares dada no censo.

Para 1786, dados de Alexandre Rodrigues Ferreira, a população total (inclusive, por certo, índio aldeados) crescera de

quarenta e cinco habitantes, não se podendo situá-los se entre as famílias "recenseáveis", se entre os índios aldeados.

Em 1788, quando da visita pastoral do bispo frei Caetano Brandão, a Barra está estacionária: "trezentas almas, pouco mais, índios, à exceção de três ou quatro moradores brancos, e da guarnição do forte". Como a guarnição, incluindo o comandante, era de oito homens e admitindo que a mesma fosse composta de soldados portugueses, o total de brancos seria de em torno de doze, não havendo referência ao elemento afro.

Conquanto o total de frei Caetano Brandão se compatibilize com o de Alexandre Rodrigues Ferreira, a composição étnica que vagamente sugere não convence: aceitando como plausível o número de brancos dado pelo naturalista (compatível com a indicação anterior de Sampaio), não há razão para supor que tenha havido, em dois anos, para essa fração étnica, tão grande decréscimo. É também surpreendente a falta de menção a escravos (quando Ferreira registra onze).

Entre 1792 e 1799, a Barra fruirá a condição de Capital da Capitania. Nestes sete anos, irá receber melhoramentos, com a atenção, a iniciativa, a presença diligente do governador Lobo d'Almada. Correspondentemente, algum incremento populacional.

Para 1792, dispomos de uma fonte exemplar – um minucioso e bem articulado levantamento de índios aldeados. Estes são os seus dados, totalizando quatrocentos e quarenta e um indivíduos e oitenta e quatro fogos:

Faixa etária	Homens	Mulheres
Até 7 anos	39	36
De 7 a 15	1	26
De 15 a 60	126	157
De 60 a 90	11	15
Total	207	234

Estes dados permitem situar a ordem de grandeza do aldeamento da Barra em relação às demais aldeias da Capitania. Estas são as maiores concentrações:

	Índios	Fogos
Barcelos	869	125
Moura	839	88
Silves	696	80
Tomar	588	55
Barra	441	84
S. Paulo de Olivença	413	34

Voltando a sede do governo para Barcelos, foi detido esse surto local, adversidade a que se somam os maus governos após Lobo d'Almada.

Os anos iniciais do século 19 são de crescimento lento: o padre José Maria Coelho indica cento e sessenta e seis fogos em 1814 e duzentos e trinta e dois em 1823, ou seja, a diferença de mais de sessenta e sete fogos em nove anos, algo como o incremento médio de sete a oito anos.

Admitindo, para raciocinar, como válido, para a relação casas/habitantes, algum valor, digamos 1:8, entre a taxa que deriva dos dados de Alexandre Rodrigues Ferreira (em 1786 – 1:7,5) e a que deriva dos dados, de uns sessenta anos depois, de Herdnon e Gilbons (em 1848-1:8,2), teremos algo como 1.328 habitantes em 1814 e algo como 1.856 habitantes em 1826.

O cômputo de A. F. Souza para 1823, fundado em fontes que não são indicadas ou conjecturas que não são explicadas, é por inteiro implausível: oito mil habitantes.

A seguir, dispomos dos registros de Martius para 1827 e de Maw para 1828.

Martius esclarece que lhe citaram, como população, "mais de três mil", acentuando que nem todos estavam presentes, uma vez que "uma parte das famílias mora em distantes fazendas ou pesqueiros", somente vindo à Barra por ocasião de festa.

O registro de Maw coincide com o de Martius (talvez resultando da mesma fonte – o amigo e anfitrião de ambos, que lhes merece amplas referências, coronel Francisco Ricardo Zany): "Contou-nos, quando estivermos na Barra, que a população, quando reunida, supunha-se de três mil almas; mas poucas vezes se viam juntas, exceto nas festas de São João, Páscoa e Natal".

Em quatro ou cinco anos, entre 1823 (dado de José Maria Coelho) e 1827 (dado de Martius) ou 1828 (dado de Maw), a população teria mais do que dobrado. Não existem outras referências para esse período que permitem confirmar o aumento indicado.

Baena, para três anos depois de Maw, 1832, dá quatro mil cento e oitenta e oito habitantes e duzentos e trinta e dois fogos, o mesmo número de fogos indicado pelo padre José Maria Coelho. A relação casa-habitantes aí é elevadíssima (dezoito habitantes para cada casa), sendo de presumir que um de seus termos é demasiado incorreto.

Assinala Baena que de 1814 a 1825, houve o crescimento de seis fogos por ano. Os números do padre José Maria Coelho, de 1814 a 1823, não apresentam valor muito distante: sete a oito por anos.

Em 1831, o diagnóstico de decadência é claramente feito por um observador autorizado. Na Barra, assinala, há somente oito casas de telha e, destas, um sobrado apenas – o seu próprio.

Referindo-se à Comarca do Rio Negro, Baena registra: "... não há tábua de população desta Comarca que não patenteie de ano em ano um decrescimento sensível". Em dez anos, de 1821 a 1831, destaca a diminuição de cerca de dezoito mil habitantes, "que se diz ocasionada da deserção dos indianos, os contágios das sezões e bexigas e das correrias dos muras.

Araújo e Amazonas contesta os cálculos de Baena, entendendo que, em parte, o que houve foi um deslocamento da população para as cabeceiras dos lagos, rios e igarapés, onde se tornaria mais difícil o arrolamento demográfico.

Os dois autores, Baena e Araújo e Amazonas, convergem no reconhecimento da redução populacional nas povoações (Manaus entre elas), divergindo quanto à interpretação do

processo: para Baena, houve desgaste do estoque global; para Araújo e Amazonas, houve desconcentração.

No caso de Manaus, como de resto na Amazônia ocupada, logo após esse período veio a ocorrer a inquietação da Cabanagem, a que correspondeu por parte dos moradores um prolongado sentimento de insegurança.

Herdnon e Gibbons, para 1848, quando ainda não se completara uma década sobre a deposição de armas dos últimos cabanos, indicaram os números de três mil oitocentos e setenta e quatro habitantes e quatrocentos e setenta fogos, o que dá uma relação casas-habitantes mais aceitável: 8,2.

Cabe destacar que os valores de Herdnon e Gibbons referem-se a "casas habitadas", o que leva naturalmente à suposição da existência de casas vazias, mas o número destas não é especificado.

Documento oficial de 1849, referindo dados provavelmente do ano anterior, indica trezentas e noventa e seis casas habitadas e três mil quatrocentos e oitenta e quatro habitantes, sendo três mil cento e sessenta e quatro livres e duzentos e trinta e quatro escravos. A relação casa-habitante é de 1:9,7 e a de escravos para livres é de 1:13,5 (quando em 1786 fora de 1:4). Como o escravo era um investimento, contando-se como uma parcela dos patrimônios, a acentuada diminuição do seu número relativo sugere empobrecimento da comunidade.

Um outro observador, o italiano Osculati, dá, para o mesmo ano de 1848, um número de habitantes bem mais elevados: seis mil.

Ainda um outro, o inglês Wallace, presente em Manaus em 1850, avalia a população entre cinco mil a seis mil habitantes.

Os números de Herdnon e Gibbons e os de "Falla" de Ferreira Penna, relativamente próximos, exibem uma aparência de precisão, a fazer supor resultarem de contagem; os de Osculati e Wallace, em algarismos redondos, parecem uma avaliação impressionante, por puro sentimento – de cada um deles e/ou de seus informantes.

Estes dados, situando a população algo abaixo de quatro mil ou algo acima de cinco mil habitantes, talvez se conciliem, sabendo-se que nessa época havia uma sensível diferença, da

variação sazonal entre a população total de burgo e a população presente, eis que uma boa parte dos moradores regularmente se ausentava em função dos ciclos de produção, dependentes da alternância anual de épocas de safra.

Se houve mesmo diminuição do número de habitantes de 1931 para 1848/1850, a existência de casas vazias em 1848 constitui um dado coerente.

Entretanto, contra a confiabilidade do número de habitantes dado por Herdnon e Gibbons, importa lembrar que, superadas as turbulências autonomistas de 1832 e as da Cabanagem (cessada esta em 1840), a parte final do período (anos quarenta) caracteriza-se por sucessivos anos de paz, com o progressivo reconhecimento da importância econômica e política do burgo, de que é evidência sua elevação à cidade em 1848 – uma configuração de circunstâncias que não se concilia com um quadro de involução.

O registro a seguir disponível, o de Araújo e Amazonas (que deve dizer respeito a 1850), apontando dezesseis mil e seiscentos habitantes e novecentos fogos, estes "assaz dispersos", não se coaduna com o de Herdnon e Gibbons: quanto a casas, em dois ou três anos, não pode ter havido tão grande aumento, quase o dobro, a menos que de fato o valor apontado pelos americanos refira-se mesmo exclusivamente a casas ocupadas e o número de casas vazias fosse considerável; e quanto ao número de habitantes, a diferença ainda é mais acentuada, indicando aumento de população de 4,3 vezes.

Por outro lado, voltamos, com Araújo e Amazonas, a uma relação casa-habitantes muito alta – 1:18,4.

Não parece descabida a hipótese de que os dados de Araújo e Amazonas refiram-se a todo o Termo e os das outras fontes só digam respeito à Vila.

A favor da credibilidade de Araújo e Amazonas: viveu na região, onde, como militar, exerceu comando; teve acesso a fontes oficiais e interesse em pesquisá-las; acumulou e analisou a copiosa informação, sistematizada no seu *Dicionário*.

Com estas dúvidas e choques de dados, chegamos ao marco relevante que foi a criação da Província do Amazonas em 1850. A fim de integrar a sua administração, transferem-se para Manaus,

acompanhando seu primeiro presidente alguns militares e burocratas – núcleo da elite político-administrativa local.

Além dos empregos diretos, inerentes aos serviços provinciais, criaram-se empregos indiretos, pela necessidade de pessoal auxiliar, inclusive para serviços domésticos, estes em grande parte executados sob forma não remunerada pelas "crias" de cada família, recrutados em povoações e estabelecimentos do interior.

Passou a haver a preocupação, bastante proclamada, mas pouco implementada (pela escassez de recursos) com melhoramentos para a capital. Manaus agora soma e sobrepõe, ao seu papel de intermediação econômica sub-regional, a sua condição de centro de poder formalmente reconhecido – um local onde se concentram as principais autoridades.

O presidente Herculano Ferreira Penna dá, referidos ao ano de (...), os primeiros números oficiais de Manaus como capital de Província: cinco mil cento e trinta e dois habitantes em cento e setenta e oito unidades residenciais. Eis aí a relação absurda de 28,8 habitantes para cada casa habitada.

E havendo a referência a duzentas e dezenove casas particulares, segue-se que quarenta e uma estão vazias. Desse local de duzentas e dezenove, são cobertas de telha noventa e sete (sendo sete sobrados) e cento e vinte e duas têm cobertura de palha. Em construção há dezoito (doze de telha e seis de palha).

Penna registra trezentos e trinta e dois escravos. Portanto, a relação escravos/livres de 1:15,3.

A lista de estabelecimentos instalados dá um perfil da densidade das atividades de apoio que crescem com a urbanização: tipografia, uma; botica, uma; padarias, três; ourives, um; ferreiros, dois; lojas, trinta e cinto; e cartórios, quatro. É espantosa a quantidade de cartórios.

Em 1862, dispomos de números também de explicação difícil. Manaus teria, então, vinte e cinto mil e quarenta e sete habitantes, dos quais vinte e quatro mil quinhentos e quarenta e seis livres e quinhentos e um escravos, morando em duas mil e oitenta e sete casas. Verifica-se uma relação casas-habitantes de 1:8,9 e escravos livres de 1:49.

Para onze anos depois, 1873, o cônego Francisco Bernardinho de Souza registra o número de casas, quatrocentas e setenta e seis, mas não o de habitantes.

Comparando esse valor com o de Araújo e Amazonas, chegaremos a um resultado aparente inaceitável: a diminuição, em vinte anos, de novecentas para quatrocentas e setenta e seis casas, isto é, em 1873 haveria 47% menos casas do que em 1850.

Nesse período, na realidade, a cidade deve ter crescido beneficiando-se de sua nova condição de capital de Província. Penna em (...) assinala até um número razoável de construções (apesar da presunção da existência de um número apreciável de casas vazias).

Se compararmos os dados de Araújo e Amazonas com os de Mariz e Barros, o crescimento aparece: em uns doze anos, há mais 51% de habitantes e mais 212% de casas.

Esse confronto de fontes inspira a suposição de que Araújo e Amazonas e Mariz e Barros referem-se ao Termo inteiro, enquanto as outras fontes só dizem respeito à Vila, cabeça do Termo. As discrepâncias resultariam, em grande parte ou principalmente, de bases conceituais diferentes.

A imprecisão de todos estes valores mostra-se particularmente nas discrepâncias entre as medidas indicadas de quantidades de pessoas em relação a cada casa: de 1:7,5 em 1786 (Alexandre Rodrigues Ferreira) chegamos a 1:18 em 1853 (Ferreira Penna), baixando em 1862 para 1:8,9 (Mariz e Barros).

Nas relações mais altas (Baena, Araújo e Amazonas e, sobretudo, Ferreira Penna), ou foi sobrestimado o número de habitantes ou subestimado o número de casas.

Em sua "Falla" de 1857, o presidente da Província Ângelo Thomaz do Amaral estranha a altíssima relação habitantes/casas habitadas indicada no arrolamento de 1852. Pondera que em 1856, pelos dados oficiais, desprezando as frações, esse índice teria baixado de vinte e oito para vinte e três; entretanto, o número de casas que servia de base ao cálculo, quatrocentas e trinta e seis, pareceu-lhe exagerado, porque no lançamento, feito em 1857, para cobrança da "décima urbana", foram identificadas

tão só duzentas e sete casas, sendo cento e nove cobertas de telha e noventa e sete de palha.

Continua a crítica de Ângelo Thomaz do Amaral: pelo levantamento de 1856, a população do município da capital chegara a onze mil e um habitantes, dos quais trezentos e setenta e sete escravos – em quatro anos teria dobrado. "Não é possível, conclui, entrar em cálculo com tais elementos, porque, evidentemente induzirão a erro".

A comparação do índice escravos/livres mostra variações acentuadas:

	Escravos/livres
1786	1:4
1849	1:13,5
1853	1:15,3
1862	1:49

Se alguma tendência é vislumbrável nesses valores será a da diminuição, em termos relativos, da presença de escravos, o que talvez guarde coerência com o fato de a expansão da economia de coleta (sendo a borracha o item cada vez mais importante do sistema produtivo) basear-se de preferência no braço do caboclo e mais e mais no braço nordestino. E se foi válida a suposição de que o dado de 1862 abrange o Termo todo e os de 1849/1853 abrangem apenas a Vila, segue-se haver maior densidade de escravos na concentração urbana do que nos dispersos núcleos rurais.

Em três anos, de 1864 a 1867, o número de estabelecimentos comerciais cresce de sessenta e nove para setenta e quatro:

	(1864)	(1869)
Botica	1	3
Escrit. com	1	2
Hospedaria	1	–
Lojas	55	57
Of. de sapateiro	3	3
Of. de alfaiate	2	2

	(1864)	(1869)
Padarias	4	3
Talhos	2	3
Bilhar	–	1
Total	69	74

Das três ruas de 1786, o Lugar da Barra passara a ter onze ruas e uma praça em 1823; ainda uma aldeia, quase trinta anos depois, em torno de 1850, o quadro é de em crescimento muito lento, praticamente de estagnação – dezesseis ruas e uma praça; e, já capital de Província, mais duas décadas após esse registro, chegava em 1873 a vinte ruas, onze travessas, sete praças e três estradas.

Comparando os valores concernentes a logradouros públicos com os relativos à população, temos estes resultados: em 1786, três ruas e trezentos e um habitantes (Alexandre Rodrigues Ferreira); em 1823, para onze ruas e uma praça, há duzentos e trinta e dois habitantes (José Maria Coelho). O burgo espalhou-se, cresceu em área ocupada, mas a população teria diminuído: uma configuração de progresso truncado, de desenvolvimento que não prosseguiu e até foi sucedido por um processo de involução.

Os dados de 1850 são difíceis de conceber: a cidade cresceu um pouco, muito pouco, em relação a 1823 – mais cinco ruas, tanto vale dizer, alinhamentos irregulares com grandes intervalos vazios. Mas os dados de população, considerando em conjunto as referências de 1848 e 1840 como se fossem o mesmo ano, vão de três mil oitocentos e setenta e quatro habitantes (Herdnon e Gibbons) a seis mil (Osculati) e a dezesseis mil e quinhentos (Araújo e Amazonas). Com menos cinco ruas, uns trinta anos atrás (anos vinte), o burgo tem duzentos e trinta e dois habitantes; agora (anos cinquenta) com mais estas cinco ruas, tem qualquer um dos números acima: três mil oitocentos e setenta e quatro, seis mil ou dezesseis mil e quinhentos.

Em 1861 estão cadastrados trezentos e vinte e dois imóveis urbanos, dos quais trezentos e quinze são particulares (excluindo o Seminário, o Quartel, a Cadeia e mais quatro imóveis públicos).

Os maiores proprietários, considerado o número de unidades possuídas, são Henrique Antony, com dez imóveis;

Leonardo Ferreira Marques, com sete; Alexandrino Magno Taveira Pau Brasil, com sete; João Marcelino Taveira Pau Brasil, filho do último, com quatro; e Jeronymo Costa, com quatro. Quanto ao tamanho dos imóveis, aferido pelo valor do imposto lançado, os maiores pertencem a Leonardo Ferreira Marques, na rua Formosa, lançado em 86$440; Alexandrino Magno Taveira Pau Brasil, na rua Formosa, 70$200, e na praça da Imperatriz, 54$200; José Antonio Barroso, na rua Brasileira, também 54$000; José Coelho de Miranda Leão, largo do Pelourinho, 54$000; Francisco José Pinto de França, travessa da Olaria, 43$200.

Quando se faz o primeiro recenseamento geral do Império, em 1872, registram-se para toda a Província cinquenta e sete mil seicentos e dez habitantes, dos quais vinte e nove mil trezentos e trinta e quatro, praticamente a metade (50,9%), na capital.

Os anos setenta do século 19 verão o deslocamento para o Amazonas de apreciável contingente populacional do Pará e o fluxo migratório vindo do Nordeste, este se acentuando do último vintênio do século.

Convergem então quanto ao povoamento da Amazônia estas três condições de impulsão e atração:

a) a intensificação da fome mundial de borracha, gerando preços estimuladores;
b) a exclusividade fitogeográfica da presença espontânea e em escala da árvore gumífera por excelência, que é a seringueira;
c) a disponibilidade das terras ricas de seringueiras, como um convite a um desafio, especialmente no Madeira e no Purus.

A essas condições, no caso dos que vêm do Nordeste, acrescentam-se as adversidades climáticas, cuja triste legenda ganham relevo as secas de 1877/1879 e 1888/1889.

O acréscimo populacional assim induzido orientou-se predominante para o interior, no sentido dos rios da seringueira, onde se constituem ativas frentes desbravadoras, a garantir a ocupação do território e até sua expansão.

Em 1890, o Estado tem cento e quarenta e sete mil novecentos e quinze habitantes e Manaus trinta e oito mil setecentos e vinte.

A capital cresceu, mas não tanto quanto o interior, o que alterou redicalmente a sua participação no total: dos 50,9% de 1872 cai para 26,2%.

A sedução da borracha está tornando possível o povoamento espontâneo do interior. As frentes pioneiras avançam sempre e sempre encontram, no meio de mil adversidades, mais seringueiras sem dono. A profissão de agrimensor torna-se próspera, contituindo seu trabalho a base da ambicionada legitimação de terras. Não obstante as baixas e privações, os relatos de enriquecimentos rápidos circulam, estimulando ambições, criando esperanças, trazendo mais gente.

Em 1900, o censo mostra para o Amazonas duzentos e quarenta e nove mil setecentos e cinquenta e seis habitantes e para Manaus cinquenta mil e trezentos. É presumível que, com melhor rigor de levantamento, evidenciasse-se população maior.

As falhas técnicas da operação foram numerosas: muitas casas não receberam "listas", segundo registrou um observador idôneo; de onze mil trezentas e sessenta e duas listas distribuídas, somente foram devolvidas três mil oitocentos e sessenta e duas; e em muitas não se declararam os nomes de todos os moradores, ocultando-se os da faixa de dezesseis a trinta anos, pelo temor dos chefes de família de que o governo queria localizá-los para fins de recrutamento militar; e pessoas não casadas ocultaram filhos menores, julgando que a Justiça iria tomá-los.

Com base no número de "listas censitárias" não devolvidas, admite Matta não terem sido computados talvez mais de onze mil habitantes e assim o total do censo "não exprime a verdade".

Feita esta ressalva, a população do Estado, em relação a 1872, portanto em um período de vinte e oito anos, mais do que quadruplicou. Nesse total, a participação da capital teria diminuído, a mais baixa que se verificou até hoje – 20,1%.

Nesse tempo, Manaus começa a atrair toda sorte de pessoas que se dispõem às tarefas urbanas de intermediação e apoio, características de uma sociedade afluente. Manaus é o centro geográfico, político-administrativo e econômico de uma terra cheia de promessas e tentações, aureolada de lenda.

Vêm advogados, médicos, dentistas, engenheiros, professores de música e de francês, jornalistas, gerentes de empresas de serviço públicos. Na medida de suas aptidões e oportunidades que surgem, imigrantes fazem-se caixeiros, empregados domésticos, garçons, barbeiros, catraieiros, carregadores, corroceiros, engraxates, pedreiros, carpinteiros, eletricistas, estivadores. E instalam-se com sucesso joalheiros, alfaiates e modistas. E afinadores de piano.

Quando acontece a baixa persistente das cotações da borracha e a economia de repente se revela inapta para absorver toda a mão de obra engajada na sua produção e comercialização, alguns seringais são desativados e os que continuam produzindo passam a produzir menos. A Amazônia, a partir de 1913, quando se proclama a evidência da crise, deixa de ser um foco de atração. E mesmo algum refluxo ocorre.

Mas o primeiro recenseamento feito (1920), feito quando a economia está no fundo do poço, a população não diminuiu e manteve-se estável a relação entre o total do Amazonas e a participação de sua capital: o Estado está com trezentos e sessenta e três mil cento e sessenta habitantes e Manaus com setenta e cinco mil setecentos e quatro, isto é, 20,8% do total.

Apesar dos prejuízos e decepções, apesar do desânimo, o estoque populacional do interior em 1920, portanto já com alguns anos de depressão, verificava-se aumento de 44% em relação ao estoque de 1900, enquanto a população de Manaus no mesmo período crescera 51%.

Em face desses índices, parece não ser adequado falar em despovoamento. Esse aumento líquido do estoque populacional sugere um processo de acomodação intrarregional, deslocando-se as motivações para outros enonômicos.

Comparando-se os dados censitários dos anos extremos do vintênio 1920/1940, observa-se que, enquanto o Amazonas tem o ganho populacional de setenta e quatro mil oitocentos e quarenta e dois habitantes (% do total de 1920), o Pará tem perda de trinta e oito mil setecentos e sessenta e três habitantes (% do total de 1920) e o Acre a perda de doze mil seiscentos e onze habitantes (% do total de 1920). "É que a população fugia do Acre e dos altos

rios para sobreviver na calha central e em Manaus. No Pará, a população fugia ou regressava para o Nordeste".

A posição relativa de Manaus (com referência ao total da população do Estado) manter-se-ia, até o fim dos anos cinquenta, em torno de algo como um quarto do total:

	Amazonas	Manaus	%
1940	438.008	106.399	24,3
1950	514.099	139.620	27,2
1960	721.215	175.343	24,3

Fonte: Fundação IBGE – "Sinopse Preliminar do Censo Demográfico. IX Recenseamento Geral do Brasil, 1980" (Vol. 1, tomo 1, n.º 1).

No primeiro quinquênio desse período, com a escassez determinada pela indisponibilidade da produção das plantações orientais, sob ocupação ou bloqueio dos japoneses, reanimam-se os seringais da Amazônia, com a "Batalha da Borracha", sob o estímulo dos governos brasileiros e norte-americanos, nos termos dos "Acordos de Washington".

Reabre-se o fluxo migratório para a Amazônia: no comportamento do processo, há duas faces que se distinguem pela qualidade do migrante de 1941 a 1943 e de 1943 a 1945.

Na primeira fase, predominam nordestinos, sob a pressão da seca. Entre elas, vêm de volta paraoaras sobreviventes e até filhos de antigos paraoaras.

Na segunda fase, vem de tudo, inclusive marginais de vários Estados, tangidos pelas polícias. E desempregados ou aventureiros – uma fauna urbana que não quer saber de seringal. Muitos estão vindo, alistados na condição de "soldados da Borracha", como forma de fugir ao recrutamento militar.

Da tateante orientação (ou desorientação) da Batalha da Borracha, em cujas dificuldades tem relevo a rivalidade de autoridades americanas, acaba resultando no interior algum aumento da produção. Em Manaus, aumenta a criminalidade e começa a favelização.

Os esforços conjuntos (e quase sempre desconjuntados) de brasileiros e americanos deslocam para a Amazônia algumas

dezenas de milhares de pessoas. Os números oficiais, a propósito, exigem cautela: lembro-me de que, como repórter em Manaus, ao preparar uma matéria de interesse do governo estadual, tive de contornar a questão, não podendo usar os números que constavam dos relatórios e da propaganda dos orgãos federais porque não se casavam com as estatísticas de entrada na cidade. Estas, mais confiáveis, acusavam, e o verbo vai aqui com sua dupla conotação, acusavam valores bem menores.

Nos anos sessenta e setenta, o impacto da Zona Franca, com sua oferta de empregos e sua carga de ilusões, acentua a tendência da hipertrofia da capital:

	Amazonas	Manaus	%
1960	721.215	175.343	24,3
1970	960.934	314.197	32,7
190	1.449.135	642.492	44,3

Fonte: Fundação IBGE – "Sinopse Preliminar do Censo Demográfico".

De 1960 para 1970, enquanto a população do interior crecera de 19,1%, a de Manaus crescera 76,3%. De 1970 para 1980, o interior cresce de 24,8% enquanto Manaus dá um salto: 104%. É uma explosão, com toda a sequela de problemas sociais, agravadas pela conjuntura nacional de inflação e recessão.

7. Desenvolvimento urbano até a República

7.1. O centro germinativo

Do fortim e da ermida irradiou-se Manaus: o fortim, que deve ter ficado pronto ou em estado de funcionar aí por 1690, situava-se onde hoje está o prédio do Tesouro do Estado ou nas proximidades; e a ermida, levantada perto, em 1695, situava-se onde hoje está a praça IX de Novembro, de frente para o litoral e fundos para onde hoje fica a rua Visconde de Mauá.

Digamos que, para fins de periodização do desenvolvimento urbano, esta é a fase se *constituição do centro germinativo* de Manaus.

O fortim, cumprindo o seu papel como centro de apoio e "registro", sem jamais justificar, como posição militar, o interesse da autoridade colonial e muito menos da autoridade imperial, foi entregue ao tempo, exibindo suas ruínas por muitos anos.

Eis um testemunho de 1786: "É um reduto de pedra e barro, o qual o dia de hoje se acha tão arruinado que até por essa razão se mandou desguarnecer da artilharia que tinha". E, noutro passo, a mesma fonte: "...é um fantasma, que já hoje ilude tão pouco, que nem uma só peça conserva".

As gravuras e descrições dois livros de viajantes e naturalistas, bem com os relatórios, exposições e falas dos presidentes da Província, reiteram essa imagem de abandono e derrocada. Pelo aviso de 14/2/1857 veio a ser classificado, generosamente, entre as "fortalezas de 2.ª ordem"; e o aviso de 22/2/1875, com realismo, finalmente, "mandou abandoná-lo e como se não existisse".

A ermida envelheceu também. Em 1780 foi demolida: "Há seis anos a esta parte, que por muito velha se demoliu a igreja antiga (...)". o novo governador da Capitania, o diligente coronel Lobo d'Almada ergueu, no mesmo local, uma igreja com o comprimento de 90 palmos (quase 20 metros), a largura de 45 palmos (perto de 10 metros) e a altura de 25 palmos (5,5 metros). Esta igreja viria a ser devorada por um incêndio de 1850.

As sucessivas configurações do burgo, acompanhando o aumento da população e suas preferências e possibilidades de

localização, dependerão, em primeiro lugar, do perfil do litoral no rio Negro, recortado pelas bocas dos igarapés, e pelo percurso destes, ao logo dos quais e em função dos quais se vão instalando novas casas. Esta geometria do litoral será, nos tempos de Província e primeiros anos da República, extremamente alterada com aterros.

No ano inicial do governo de Lobo d'Almada, 1786, a Barra tinha dois bairros: "ambos eles ocupam uma porção da barreira que medeia entre os dois igarapés da Tapera dos Maués e dito dos Manaus". Chamemos a esta, para um esboço de periodização do desenvolvimento urbano, de fase *de ampliação e consolidação do centro germinativo.*

Tentemos caracterizar o espaço desta fase, consoante as indicações do naturalista: ao mencionar os dois cursos d'água pretendeu definir as linhas extremas desse espaço – de um lado estaria o igarapé "da Tapera dos Maués", do outro o igarapé de Manaus.

Sobre o último não cabe nenhuma dúvida: até hoje o topônimo assim se conserva. Mas, dentre os então existentes igarapés, qual seria esse "da Tapera dos Maués?"

Tanto quanto sabemos, *tapera* equivale a lugar que já foi habitado, não mais o é; ruínas; habitação abandonada; povoação extinta; ocupação (taba, taua) de outro, que não existe mais. E a lição de Afonso de Freitas, de Theodoro Sampaio, de José Veríssimo, de Alfredo da Matta. E também a de Barbosa Rodrigues, que prefere a forma *tauacuéra.*

Destaco, pela sua precisão, o registro de Araújo e Amazonas, que se dedicou à dicionarização de topôminos da Amazônia Interior: "Tapera: As ruínas de uma pov. de envolva com o crescente mato, que invade e substitui".

Discrepando, ocorre o registro, de semântica mais abrangente, mais imprecisa do padre Tastevin, para o qual *tapera* (ou *taua era*) seria "localização de povoado".

O sentido mais restrito é preferível a esse mais amplo. Na região foi o sentido habitual da palavra, conforme testemunhos sucessivamente antigos de que se dispõe.

Tal emprego captou-se Paul Marcoy, registrando que a palavra *tapera* "é frequentemente repetida nas margens do Amazonas. Como o *Hic jacet* das pedras tumulares, indica a quem passa os lugares onde repousam os homens e onde estão escondidas aldeias outrora florescentes".

Um trecho do cônego André Fernandes, importante porque reflete a vivência de trinta e sete anos na região, alguns em Manaus, abona esse significado: "Esta (referia-se a uma ilha) e outras mais abaixo, de terras altas, mostram ter sido habitações de gentios, a que no rio Negro dão o nome de *tapera*, pelos fragmentos de louça que nelas se vê, que o volver dos séculos não pode aniquilar".

Para esse mesmo significado, também o testemunho de Ribeiro Sampaio (1774/1775): "Estas terras tinham sido antigamente habitadas de índios. Passamos juntos às de Maratapera, isto é, lugar da aldeia de Mará, que a natureza tem transformado em cacoal". E ainda, em outro trecho, mais explícito: "O sítio da povoação era uma *tapera*, isto é, lugar da antiga povoação de índios".

Caracterizando esse conteúdo da palavra, cabe perguntar se haveria, no Lugar da Barra, ao tempo em que o cronista o visitou (1786) a lembranças apenas, uns restos talvez de um núcleo de índios tão antigo e decadente a merecer tal rótulo?

E onde ficaria a "Tapera dos Maués?" Para responder a essa indagação, importa fazer uma nova indagação: seria mesmo "Maués?"

Em todos os textos-fontes ou de interpretação que se ocupam do passado de Manaus não se vê nenhuma outra referência a algum núcleo de maués em torno ou perto do fortim da Barra do Rio Negro. Em autorizada monografia especificamente dedicada aos maués, não se encontra, também, nenhuma indicação nesse sentido.

Teria sido um *lapsus calami* do naturalista? Ou um erro de copista? O certo é que não há nenhuma lógica nessa jamais confirmada presença do maués na Barra. E, se não se tratava de um tapera do maués, que outro grupo tribal aí teria estado?

Das formas gráficas dos demais etnônimos a mais próxima, ou melhor, a menos distante, impõe-se invocar uma: Manaus. Para logo repeli-la, eis que na mesma frase ocorre a referência a "um dito dos Manaus".

Fica o problema. Não sei resolvê-lo.

Outro problema. Lembrando os Manaus, três topônimos apresentam-se para nossa confusão:

a) O atual igarapé de São Raimundo ou da Cachoeira Grande, que já se denominou "do Teid", denominação que lhe davam os antigos habitantes, segundo Matta, e antes se chamou "de Manau" (com acento na última sílaba), denominação que lhe davam os índios, ainda segundo Matta;
b) A rua margeando o segmento final do igarapé do Espírito Santo, entre onde hoje passam a avenida Sete de Setembro e a rua Marquês de Santa Cruz, chamou-se de rua de Manaus; e finalmente
c) O igarapé Manaus, que continua a existir com esse nome.

Quanto ao igarapé de Manaus, pode-se presumir que aí se tivesse localizado alguma fração da tribo dos manaus. E por que os outros dois topônimos? Não disponho de nenhuma referência que permitia uma explicação. Quanto ao atual igarapé do São Raimundo, ainda arrisco uma hipótese: o fato de haver sido igarapé do Manau (assim no singular e oxítono mesmo) sugere a localização de um índio sozinho, ou um índio e sua família.

Ao definir o âmbito do burgo entre os dois igarapés que menciona (o de "Tapera dos Maués" e o dito de Manaus), Alexandre Rodrigues Ferreira deixou um indicação nítida: havia dois bairros.

Esclarecia o minudente naturalista, ao fazer o primeiro retrato de Manaus, que "a porção da barreira que serve de base ao primeiro bairro, onde estão situadas a matriz e ambas as residências do reverendo vigário e do comandante, é mais alta e mais avançada sobre o rio, do que o segundo bairro, onde só há oito casas".

O primeiro bairro veio a chamar-se de São Vicente: desdobrava-se, segundo referências atuais, entre a praça XV de Novembro e a praça II, sendo o espaço da atual praça IX de Novembro e proximidades à sua área conspícua, pela presença dos símbolos do Estado e da Igreja e das residências dos seus representantes. Tal foi, na elegante e enamorada evocação de Genesino Braga, a "praça-berço".

Este primeiro bairro se pode plotar bem com as referências oferecidas, não obstante a charada do igarapé da "Tapera dos Maués". E o segundo bairro, onde seria?

Por certo, o espaço contíguo, a leste, entre os igarapés do Espírito Santo e de Manaus, tendo de permeio o igarapé dos Remédios – espaço que obrigaria depois três bairros: o de Espírito Santo, o da República e o dos Remédios.

No primeiro bairro, o naturalista viu os arruamentos dispostos em "três linhas de fundo", com dez casas "no topo do tabuleiro" e mais três que "avançam em frente sobre o rio, como são a casa das canoa, dita do forno do declive da barreira e dita da olaria"); onze na segunda linha e quatorze na terceira. Essas "linhas" são, evidentemente, embriões de ruas, admitida a ressalva do naturalista: "Havia em todas elas alguns vazios por encher, além de seu alinhamento não ser o mais geométrico".

A menção a uma olaria faz supor um mínimo de desenvolvimento: já haveria consumo, que a justificasse, de telhas e tijolos, lajotas.

Segundo a versão transmitida por Marcoy, que naturalmente a ouviu quando esteve em Manaus em 1868 (presumivelmente em 1868, considerando que seu livro é de 1869), o burgo teria sido primitivamente três ruas: uma, nem longa, em hora de Deus-Pai; e mais duas, menores – uma a leste, outra a oeste, dedicada a Deus-Filho e a Deus-Espírito Santo.

Esta versão coincide com a notícia dada por Alexandre Rodrigues Ferreira quanto ao número de ruas, embora não pareçam coincidir quanto à sua geometria.

Cabe lembrar, em relação às denominações evocadas por Marcoy, que a anterior e bem antiga denominação da atual rua Dr. Moreira foi rua do Espírito Santo, com a singularidade de essa

via acompanhar não o igarapé do mesmo nome, mas uma para do igarapé dos Remédios. Essa rua do Espírito Santo pode ter sido aquela da extremidade leste de que teve notícia Marcoy.

Das outras denominações, Deus-Pai e Deus-Filho, não ficou outra lembrança além do registro de Marcoy.

Depois da descrição de 1786, de Alexandre Rodrigues Ferreira, passando por tão vaga referência de alguém que apenas ouvira falar, só teremos outra descrição, agora bem mais clara, sob a forma de uma planta, em 1852 – Manaus nos seus primeiros dias como capital de Província.

Osculati, vendo a Manaus de 1848, ano em que lhe foi atribuída a categoria de cidade, menciona três pontes de madeira transpondo os igarapés, as ruas mal pavimentadas e já muitas casas de pedra e tijolo – a maior parte das quais seria da propriedade de Henrique Antony, o habitante mais abastado do burgo, cuja residência era superior às dos titulares do governo.

Manaus foi assim vista, no mês da instalação da Província, janeiro de 1852, por Lewis Herdnon e Ladner Gibbon, oficiais da Marinha americana, em exploração dos rios da Amazônia, como parte do esforço que o hidrógrado Maury, nos Estados Unidos, desenvolvia pela abertura do rio Amazonas: "É cortada por duas ou três ravinas contendo mais ou menos água, de acordo com o nível do rio, com bem fortes pontes de madeira cruzando-as. As casas são, em sua maioria, baixas, apenas três ou quatro possuindo dois andares".

Chegando a Manaus em junho de 1859, sete anos após a instalação da Província, o alemão Avé-Lallemant foi hospedar-se em casa do agente da "Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas: "Em parte alguma poderia estar melhor hospedado. A casa era, depois do palácio do presidente e do edifício da Polícia, sem dúvida a melhor da cidade". O burgo continuava pobre e desarrumado. "Manaus está na verdade lindamente situada. As ruas da cidade, se é que se pode falar de ruas ou duma cidade, consistem em meros lanços, términos, esquinas e interrupções. Sobe-se e desce-se". E quase por toda a água – ou a do largo e tranquilo rio, ou a dos igarapés. Uma referência especial: "Nossa Senhora do Remédios, como está admiravelmente situada essa pequena igreja:

Sai-se da ciadade por uma cumprida ponte de madeira, prestes a cair, para o outro lado do remansoso igarapé, em direção ao oeste, e chega-se ao ponto mais alto de Manaus. Daí se avisa, cem pés abaixo, a vasta curva do caudaloso rio Negro; do outro lado e por toda parte a floresta; aí se respira a última vida índio-europeia nos primórdios da floresta virgem, sem recuar diante do sombrio aspecto". O enlevo o fazia registrar-se a "completa e santa paz" da praça em frente à igreja – "uma paz de palmeiras, que não se pode realmente descrever com palavras e sim se deve respirar naquele lugar, consagrado igualmente pela cristandade e pela narureza, no coração mesmo da América do Sul".

Na mesma época, presumivelmente também em 1859, o pintor francês Diorad esteve em Manaus, vendo a pequena cidade "composta de subidas e descidas", as ruas tendo capim em vez de pavimentação. Uma gravura sobre desenho seu mostra o Palácio do presidente da Província: um modesto prédio à beira d'água, com cinco portas, sobrado e um sótão – prédio que manifestamente se destinava à utilização habitual de loja e depósito em baixo residência no sobrado e no sótão.

No ano seguinte, 1860, o francês Belmar observou em Manaus "alguns prédios elegantemente construídos". Achou que suas ruas "poderiam ser melhor alinhadas"; não obstante, o conjunto de seu casario proporcionava um visão agradável ("charme le coup d'oeil"). Viu o progresso e correlacionou com uma causa que não ainda vi mencionada em outra fonte: "Depois que uma parte da população do rio Madeira veio estabelecer-se nesta cidade, ela se encontra, sob todos os aspectos, em um estado real de prosperidade.

No prosseguimento de um longo roteiro compreendendo Venezuela, Equador, Peru e Brasil, registro do conde de Gabriac, diplomata francês, possivelmente referido a 1867: "nada de notável", salvo bastante "tiendas", soldados marchando descalços, casas pequenas ("parecendo brancas de longe"), demasiado sol de dia e damasiado silêncio à noite. Depois dessa descrição, extremamente sumária, acentuou: "Eis tudo o que encontro a assinalar". Mas não se esquece de anotar, com calor, a hospitalidade dos brasileiros.

Presente em Manaus em torno de 1867, Paul Marcoy dá notícia de uma rua arterial longa, larga, ondulada, atravancada aqui e ali pelas construções, a qual dividia a cidade do Sul ao Norte; a ela ligavam pequenas ruas que a leste chegavam a um capinzal (a expressão de Marcoy é "pelouse" que se traduziria por "relvado", a palavra a sugerir um tapete vegetal pouco desenvolvido, incompatível de existir sem mais cuidado no nosso trópico úmido) e a oeste a "grandes espaços áridos". E não se esquece de falar nos três pequenos cursos d'água que serpeiam nesse conjunto, servindo de ancoradouro.

Passando em Manaus em dezembro de 1867, Jamers Orton informa que predominavam casas térreas, cobertas de telhas e com piso em lajotas de argila, paredes de adobe, pintadas de branco e amarelo, com portas e janelas verdes. A vida, monótona; o comércio, sem animação; a sociedade, rígida; os bailes, talvez a única oportunidade de divertimento. Nos domingos, quem pode sai à moda de Paris.

Encarregado do estudo de uma esrada de ferro para transpor o trecho encachoeirado do Madeira, Franz-Keller, engenheiro alemão, esteve em Manaus na mesma época, 1867/1868. Na "cidadezinha insignificante", viu vias não pavimentadas; casas baixas, de construção primitiva; e numerosas vendas, de propriedade de portugueses. E os prédios "elegantemente construídos" que Belmar vira sete anos antes? Resgistre-se que Keller foi enfático ao mencionar a falta de "cuidado arquitetônico."

7.2. A estruturação inicial

Segundo a planta de 1852, Manaus desdobrava-se já em quatro bairro:

- O de Espírito Santo, do igarapé desse nome para oeste (hoje: da avenida Eduardo Ribeiro, caminhando-se no sentido da praça Pedro II)
- O da República, entre os igarapés de Espírito Santo e dos Remédios ou do Aterro (hoje: entre a avenida Eduardo Ribeiro e o eixo avenidas Getúlio Vargas e Floriano Peixoto);

- O do Remédios, do igarapé desse nome para leste (hoje, entre as avenidas Floriano Peixoto e Joaquim Nabuco);
- O da Campina, a região periférica ao norte, pouco habitada, ainda com muito mato, por onde se insinuava o Caminho da Cachoeira Grande (hoje: da praça General Osório, caminhando no sentido da avenida Constantino Nery).

Em 1859, o perímetro da cidade se definia por estes limites:

- A leste, o igarapé de Manaus;
- A oeste, o igarapé da Cachoeira Grande (hoje, igarapé de S. Raimundo);
- Ao norte, uma linha passando pela foz do igarapé da Castelhana e correndo para leste até encontrar o igarapé de Manaus;
- E ao sul, o rio Negro.

Convencionamos chamar, ainda para fins de periodização do desenvolvimento urbano, esta fase como a de estruturação do núcleo histórico, chamando de "núcleo histórico" o espaço de ocupação no momento em que Manaus é elevada à categoria de cidade (1848). Em que vê a instalação do primeiro governo provincial (1852), em que dispõe da primeira definição formal de seu perímetro urbano (1859).

As direções da ocupação a seguir, refletindo-se ainda na Manaus de hoje, vão ser induzidas pelas linhas de força dessa estruturação inicial. Mas a configuração desse núcleo histórico se alterará profundamente com o aterro dos igarapés e o avanço desse aterro (que alterará o perfil do litoral).

Nesse modesto perímetro, nos primeiros tempos de Manaus como capital de Província, a ocupação era esparsa: ruas irregulares, grandes quintais, muito verde. Aos poucos a ocupação se vai adensando, com raras projeções para o platô ao norte e para as matas e igarapés a leste.

Em 1861, o cadastramento dos imóveis urbanos, realizados para fins tributários, mostra que a cidade ainda não se expandiu:

dez anos após a instalação da província, apenas vai enchendo os claros dentro da configuração de 1852.

Alguns ousados, com disposição pioneira, vão instalar-se no meio do mato. José Ferreira Ribeiro Bittencourt (meu bisavô), estabelece uma "rocinha" no igarapé sem nome além do igarapé de Manaus, o qual a comunidade rotulará de igarapé de Bittencourt, completando a designação quanto ao trecho de rua que o margeia, a que chamará de rua do Bittencourt (começo da atual Jonathas Pedrosa); o português, o Velho Nazaré (avô de Antovila Vieira, que foi prefeito de Manaus e senador, e de Mourão Vieira, que se destacou na política da Guanabara) vai morar em local mais alto, ao norte, o qual a comunidade aporá a designação de alto Nazaré; e Francisco Flores vai bem mais longe, na continuação do Caminho da Cachoeira Grande, que anos mais tarde, muitos anos mais tarde, servirá de rumo para uma linha de carris urbanos, a "Linha de Flores".

Com a ocupação do Caminho da Cachoerinha (atual avenida Sete de Setembro) vai sendo feita a expansão para leste. O adensamento sobre o caminho de Cachoeira Grande, para o norte, foi mais demorado.

Quando a cidade começa a crescer, saindo da configuração de 1859, um novo e importante vetor de crescimento se esboça: o caminho de Nazaré – partindo do litoral e subindo pelo divisor de águas entre o igarapé dos Remédios e o igarapé de Manaus, e que será a origem da atual avenida Joaquim Nabuco.

O pobre burgo, apesar de sua pomposa condição de capital de Província, ostentará ainda por muitos anos pontes em mau estado, ruas irregulares e esburacadas, acentuados desníveis (sucessão dos vales dos igarapés e uma ou outra colina), iluminação precária, capinzais.

7.3. Igarapés e vias transversais

Quem chegasse a Manaus no ano de 1848, quando o burgo foi reconhecido com a categoria de cidade, veria, como o italiano Osculatti viu, três enseadas onde se abrigavam as embarcações:

eram as bocas, bem próximas, dos igarapés da Ribeira, do Espírito Santo e dos Remédios.

Essas três enseadas articulavam-se na mesma angra. Sucessivos aterros foram eliminando as reentrâncias até chegar, com as obras do porto no começo do século, ao presente perfil do litoral.

O igarapé de ocupação mais antiga, o mais próximo do fortim e da ermida, foi o da Ribeira, assim denominado pelo pequeno estaleiro aí instalado por Lobo d'Almada, pelos últimos lustros do século 18. Pelo fato de o seminário, fundado em 1848, situar-se à sua margem (margem direita, no local hoje da agência do Banco do Brasil), foi também conhecido como igarapé do Seminário.

Tomando como referência esse centro germinativo em torno do fortim e da ermida, junto ao igarapé da Ribeira, o burgo desdobrar-se-ia, nas suas primeiras configurações, para oeste, no sentido igarapé de São Vicente; e para leste, atingindo e passando os igarapés do Espírito Santo, dos Remédios, de Manaus.

A nascente do igarapé da Ribeira ficava onde hoje está a rua Itamaraty, embora a planta de 1852, sem precisão, a figura aparentemente um pouco antes, isto é, aquém do eixo onde agora se desdobra a avenida 7 de Setembro.

Foi o primeiro a desaparecer: seu aterro se consumou entre 1868 e 1869, dando origem à praça da Imperatriz, que se prolongava até o rio Negro por uma rampa. Essa rampa e o cais que a aparelhava constituíram por alguns decênios o desembarcadouro principal da cidade: uma gravura do livro de Wiener, escrito entre 1879 e 1882, mostra um navio atroando relativamente perto de onde hoje está a Catedral, em cais que se alinhava onde agora está a praça Oswaldo Cruz. A praça da Imperatriz é a atual praça XV de Novembro, ao lado da Catedral.

Na parte frontal desse aterrado, erigiu-se o primeiro mercado, para o que foi preciso fazer estaqueamento.

Para leste, a baliza natural mais próxima foi o igarapé do Espírito Santo, que veio a ser conhecido também como igarapé do Palácio e igarapé do Correio por passar em frente aos locais em que primeiro se instalaram os serviços da presidência da Província e os serviços postais.

Sua nascente principal ficava onde hoje está o quarteirão entre as ruas Barroso, 24 de Maio, Costa Azevedo e Saldanha Marinho. Outra nascente situava-se na rua da Matriz (hoje Lobo d'Almada).

Seu aterro, no trecho entre as ruas Brasileira (hoje 7 de Setembro) e da Palma (hoje Saldanha Marinho), verificou-se entre 1880 e 1881.

Ao longo de sua margem esquerda, no trecho entre as atuais avenida 7 de Setembro e rua Marquês de Santa Cruz, ocorria a rua de Manaus, portanto em parte do eixo da atual avenida Eduardo Ribeiro. Em frente, na outra margem do igarapé, elevava-se a colina onde se instalara a velha olaria e que viria a acolher a Igreja de N. Senhora da Conceição. Por causa dessas referências, chamou-se a área de bairro da Olaria e depois bairro da Matriz.

O aterramento do igarapé do Espírito Santo deu origem e forma à atual avenida Eduardo Ribeiro, logradouro que se chamou, a princípio, de avenida do Palácio, pela localização do futuro Palácio do Governo, iniciado, demolido e reiniciado, para, após muitos anos de abandono, ensejar, com o aproveitamento de suas paredes, a construção do Instituto de Educação.

Para leste, o burgo continuou expandindo-se em torno do igarapé dos Remédios, o maior do núcleo histórico.

Sua nascente ficava no cruzamento das atuais ruas Tapajós e Leonardo Malcher, na baixada aos fundos do Instituto Benjamin Constant, infletindo para tomar seu rumo predominante no eixo que deu origem à atual avenida Presidente Vargas (que já se chamou 13 de Maio); infletindo novamente, em outro eixo, que deu origem à atual avenida Floriano Peixoto; para desembocar em ponto da atual rua Marquês de Santa Cruz, perto da boca do igarapé do Espírito Santo.

Seu aterro começou antes até da criação da Província. A carta de 1852 já o denomina por isso de igarapé do Aterro. Sua parte final já foi aterrada pelo fim dos anos noventa.

Por algum tempo foi chamado, também, de igarapé da Alfândega, pelo fato de desembocar bem perto do prédio da antiga Alfândega, que, aliás, dava frente para outro igarapé, o igarapé do Espírito Santo.

Esta posição da velha Alfândega tem levado ao engano, como a mim levou, de supor que igarapé da Alfândega era o igarapé do Espírito Santo.

No seu curso superior, esse igarapé foi, durante algum tempo, fechado por um particular, o barão de São Leonardo, político e abastado proprietário, para seu uso privativo (embora compartilhasse, como concessão pessoal, com os moradores próximos). Isso ensejou reações contrárias da Câmara Municipal (1874), zelosa da observância das posturas municipais, que justamente proibiam o fechamento do curso dos igarapés. Com a relutância do barão, a Câmara mandou destruir a tapagem.

O aterramento da angra em que desembocava esses três igarapés ocorreu primeiro, com a supressão do igarapé da Ribeira; depois, com a do igarapé do Espírito Santo; finalmente, com a do igarapé dos Remédios.

Quando da construção do porto, novo aterro avançou sobre o rio, com a proteção da alta muralha que lá está, flanqueando a abertura por onde passa a ponte que leva o cais flutuante. Nesse espaço ganho à água, instalaram-se armazéns portuários, a Alfândega, a Guarda Moria.

Além das ligações hídricas, funcionando os igarapés como eixos de penetração, dois eixos terrestres logo viriam a estabelecer-se, também marcando rumos para o desenvolvimento urbano, ambos servindo originalmente, não a motivações utilitárias, mas atendendo à atração de sítios de lazer – a Cachoeirinha e a Cachoeira Grande, locais que, constituindo deleite e orgulho dos amazonenses, seriam descritos e louvados em quantos relatos de viajantes circulam por aí, desde Martius: tais eram pequenas quedas-d'água, com um trecho contíguo aberto (no caso da Cachoeirinha, vários), como se fosse uma piscina natural, no meio da mata, juntando à amenidade do banho o pitoresco cenário.

Vale insistir sobre esta peculiaridade: a motivação original única a encaminhar a comunidade para esses locais foi a da fruição da água e do encanto ambiental, com o prazer conexo das boas companhias e mais comezainas e mais bebidas.

Aproveitamentos utilitários na Cachoeirinha (cultura de anil e serraria) foram fugazes; e uma represa construída para o serviço de bondes não teve vida longa, sendo desativada em 1910. Nesse ano desmoronou em parte. A empresa concessionária pretendeu reconstruí-la, mas foi impedida pelo Governo do Estado, a fim de se evitar a proliferação de mosquitos. Enquanto a barragem existiu, os mosquitos atormentaram o bairro, inclusive dando-lhe justificada fama de insulubridade, que chegou a afastar habitantes. Provada a desnecessidade da represa, a concessionária a demoliu.

A Cachoeira Grande somente no fim do século 19 acolheu empreendimento utilitário: o represamento do igarapé para suprimento de água à cidade.

A motivação exclusiva do lazer foi capaz de gerar o caminho, o caminho ensejou a estrada, foi havendo ocupação e densidade de tráfego, lançaram-se linhas de bondes, a ocupação consolidou-se, vieram as avenidas, abriram-se transversais. O caminho da Cachoeirinha e o caminho da Cachoeira Grande começaram a puxar a cidade para fora do núcleo histórico.

A importância desses dois caminhos sugere, até para comprová-la, um passeio pelos textos de viajantes que os viriam. O enlevo das recordações leva, mesmo em sisudos cientistas, a transbordamentos de estilo.

Martius (1818) descreve a Cachoeira Grande: "Suntuosa variedade de flores e de arvoredos cerca essa bacia, de sorte que, para nós naturalistas, os afamados banhos da Itália teriam menos encanto". Aí encontrou "uma solidão adorável".

Da Cachoeira Grande não foi menos emocionado o registro do Agassiz: "De pé antes da madrugada, pusemo-nos a caminho às seis horas da manhã, acompanhados de criados levando grandes cestas repletas de provisões. Esse passeio matinal, na mata ainda coberta de orvalho, foi um encanto; antes que o calor do dia se fizesse sentir, chegamos a uma pequenina construção junto da cachoeira, no meio de uma aberta da mata, numa elevação ao pé qual corre o rio, que se precipita do alto de uma estreita plataforma rochosa. A queda mede uma dezena de pés". "Após a queda, as águas intrometem-se por uma estreita passagem entulhada por grandes blocos, troncos derrubados,

e raízes mortas e dividem-se em corredeiras. Um pouco mais longe se encontra uma bacia profunda e larga, de fundo arenoso, coberta por uma abóbada de vegetação tão espessa e sombria que até os raios do sol do meio-dia nela não penetram. Aí é que são os banhos, banhos deliciosos conforme tivemos ocasião de experimentar. A sombra é tão densa e a corrente tão rápida que a água adquire uma temperatura excessivamente fresca, fato que aqui é extraordinário, parecendo mesmo fria a quem acabou de se expor aos raios do sol". Agassiz foi à cidade e dela voltou em canoa, que às vezes tinha de ser empurrada pelos canoeiros com água até os joelhos, por entre pedras e troncos. Animada pela descrição que seu esposo fizera do caminho, a Sr.ª Agassiz, no fim do dia, quando no igarapé, coberto de árvores, já dominava a escuridão, preferiu voltar de canoa. No momento em que a embarcação se ocultava na sombra, um gaiato erudito da terra, lhe gritou: "Lasciate ogni speranza, voi che'ntrate".

Um banho na Cachoeirinha, do outro lado da cidade, é descrito pelo americano William H. Edwards, que passou por Manaus em 1846. "The Casuéris", como escreve, é "um delicioso lugar, sombreado por árvores densamente copadas". A família Antony proporcionou-lhe lá uma reunião que o surpeendeu pelo seu refinamento, assim "tão longe do mundo", onde não poderia esperar mais do que selvageria. Reservava-se no banho para o final – algo ligeiramente enfastiante (enfastiante para o europeu não chegado à frequência de abusações?). "Enquanto os homens estavam na água, as senhoras na margem aplaudiam, criticavam, comparavam estilos, dado que lá estavam tantas nações como indivíduos; e quando, por sua vez, lançavam-se à água, ou mergulhavam, como raios de luz [é isto aí: "like streaks of light"], até bem no fundo, estavam tão à vontade que tivemos escrúpulos de usar do mesmo privilégio. Eram todas experimentadas e gracioasas nadadoras, mas a Senhora [Antony] em especial, tendo libertado seus longos cabelos, tão longos que varriam o chão quando andava, e neles envolvida como em dobras de seda, poderia ser tomada como a Vênus viva do novo mundo".

Na Cachoeirinha, um Sr. Mac Culloch instalara uma serraria: com a cheia do rio, reduzida a queda, aproveitava para

trazer as madeiras, que apanhava ao descerem o Amazonas; com a vazante, a queda chegava a 12 pés, permitindo o funcionamento das serras.

Referido a 1850, o registro de Araújo e Amazonas menciona a "incessante afluência para passeios e banhos", sob a atração da Cachoeirinha.

De deslumbramento foi o registro de Bates: "...a estrada mais bonita era a que, atravessando o coração da mata, ia ter a uma cascata que os moradores da Barra consideram como a principal curiosidade natural de seus arredores. As águas de um dos maiores ribeiros que atravessavam a escura brenha, despenham-se aí sobre o leito de rocha de dez pés de altura. Não é a cascata em si, mas a solidão silenciosa, a maravilhosa diversidade e riqueza de árvores, folhagens e flores, cercando as águas que formam a atração do sítio. As famílias vêm fazer convescotes nesse lugar e os rapazes (dizem que as senhoras também) passam as horas sufocantes do meio-dia banhando-se em suas águas frias. O lugar é um sítio clássico para os naturalistas (...)".

O casal Agassiz (1865) também se deliciou com a Cachoeirinha, "cujos atrativos", registram, "são muito gabados pelos habitantes de Manaus". "Vão aí tomar banho, comer ao ar livre e desfrutar dos prazeres campestres". "Em trinta minutos, os remadores conduziram-nos, através dos caprichosos meandros do rio, a uma espécie de barragem natural feita pelos rochedos; as águas precipitam-se com grande ruído sobre as partes baixas do rio, formando corredeiras. Desembarcando aí e, metendo-nos pelas árvores e dentro numa trilha estreita que margeia o igarapé, atingimos as 'banheiras', como aqui são chamadas".

Outra vez a mitologia: "Nunca uma floresta proporcionou a Diana e suas ninfas banhos mais atraentes e bem sombreados. Grandes árvores os cercam de todos os lados; longas cortinas de vegetação as separam uma das outras [na tradução que se colhe o trecho está: "os separam uns dos outros"], formando numerosas bacias isoladas e discretas onde a água, de uma frescura deliciosa, vai saltando de uma para outra em pequeninas cachoeiras. Enquanto a cheia do rio, na época das chuvas, não vem inundar e

cobrir, por seis meses, essas Termas da Floresta, os Habitantes de Manaus fazem o maior uso delas (...)".

O caminho da Cachoeirinha, no sentido oeste, cortava o vale do igarapé do Espírito Santo, transpunha o igarapé dos Remédios e prosseguia além do igarapé de Manaus. Transformar-se-ia na atual avenida 7 de Setembro.

O caminho da Cachoeira Grande, no sentido norte, que se chamou também de estrada do Cumã (por certo em virtude de começar na travessa do Cumã, hoje rua Itamaracá), daria lugar à estrada Epaminondas, por sua vez antecessora da avenida João Coelho, atual Constantino Nery. O caminho prosseguirá pela mata adentro até o sítio do Sr. Francisco Flores. A linha de bondes, depois da implantação da ponte de ferro, linha pioneira, ensejará a organização dedicada ao lazer, para onde as famílias convergem aos domingos. Prestigiando o local, a presença do chalé que o governador Eduardo Ribeiro construiu para sua residência com requintes que serão um dos assuntos dos discursos de dura crítica do barão de Ladário, no Senado.

Esses dois eixos, que a carta de Tenreiro Aranha (1852) registra, seriam vetores de crescimento, segundo os quais se estruturou o núcleo histórico, afeiçoando-se à geometria do litoral e à do percurso dos igarapés. Do que estou chamando centro germinativo, junto ao igarapé da Ribeira, iniciado no decênio final do século 17, chegamos ao que estou chamando de núcleo histórico, ou seja, a configuração de Manaus e nos seus primeiros anos de capital de Província – um espaço ocupado que a carta de Tenreiro Aranha mostra, entre o igarapé de S. Vicente a oeste e o igarapé dos Remédios, a leste, este apenas transposto.

Em todos esses igarapés o quotidiano: a alegria dos mergulhos dos curumins, as murmurações das lavadeiras, as canoas que passam levando cada um ao emprego, à missa, à escola, à eleição, à festa, à visita e, última viagem, ao cemitério. Tais eram os caminhos de todo o mundo – caminhos, entretanto, que abrigavam tantas vezes a longos itinerários.

Cruzá-los torna-se uma necessidade, de modo a que se encurtem as distâncias: para isso a comunidade acaba gerando, com a espontânea racionalidade dos pés andarilhos, dois trajetos:

um que, próximo do litoral (então em parte mais recuado) cruza os igarapés bem perto de suas bocas; e outro, cortando-os mais acima, este vindo a constituir a atual avenida 7 de Setembro (chamou-se rua Brasileira até o igarapé dos Remédios. Daí em diante, no sentido da Cachoeirinha, foi por algum tempo a estrada de Miranda Reis).

A importância desses eixos é avaliável pelo interesse dos governos em consolidá-los por meio de pontes.

No eixo interior, no sentido da Cachoeirinha, a transposição do igarapé do Espírito Santo era feita por uma ponte de madeira onde hoje é o cruzamento da avenida 7 de Setembro com a avenida Eduardo Ribeiro – ligação que seria superada pelo aterro do igarapé do Espírito Santo. Essa ponte veio a ser conhecida como "Ponte Velha", quando outra foi implantada a jusante.

No mesmo eixo, a seguir, uma outra estrutura de madeira transpunha o igarapé dos Remédios, onde hoje começa a avenida Getúlio Vargas – ligação também superada pelo aterro do igarapé.

Ainda no mesmo eixo, dando seguimento ao caminho, houve pontes de madeira, também, sobre os igarapés de Manaus e Bitterncourt, as duas substituídas pelas de alvenaria hoje existentes. E ultrapassando o objetivo inicial, que era chegar às pancadas (pequenas quedas-d'água) do igarapé da Cachoeirinha, mais uma ponte de madeira foi lançada, sobre o igarapé do Mestre Chico, sendo depois substituída pela ponte metálica que lá está.

No eixo próximo à margem do rio Negro pontes, também de madeira, permitiram atingir a rampa para a Igreja dos Remédios e o bairro que se lhe agregou.

Suponho ter sido ao longo desse eixo que o governador Manoel Joaquim do Paço (1818/1821) implantou uma alameda de tamarindeiros, de pouca duração, destruída que foi quando das agitações de sua deposição.

No começo desse eixo, havia uma ponte de madeira que em 1825 já estava a exigir obras de recuperação. É de presumir que essa foi a ponte por onde se canalizou o ataque principal contra os cabanos que, em 1836, tentando recuperar Manaus (então Lugar da Barra), haviam ocupado o bairro dos Remédios.

Em 1852, quando se instalou o governo provincial, essa ponte já não existia. Dela se tem notícia no relatório do presidente Tenreiro Aranha: "Antigamente havia uma ponte fixa que dava passagem para esse bairro (Remédios): mas, com o tempo, se não por descuido da Câmara Municipal e de outras autoridades, ou que é mais provável, por falta de meios, demoliu-se, e já hoje não existe".

Como emergência, o governo provincial estabeleceu no local uma ponte-barca com capacidade para umas trinta a quatro pessoas.

No começo de sua condição de capital da Província, Manaus possuía, assim, três principais transposições de igarapés: além da ponte-barca, mais duas, que Tenreiro Aranha já encontrou, dando passagem "uma para o edifício de S. Vicente de Fora e outra que a dá do bairro da Matriz para o imediato". E havia, ainda, sobre o igarapé dos Remédios, próximo à sua cabeceira, portanto onde o curso d'água deveria ser estrito, uma ponte Mocó, de que dá notícia a planta de 1852.

A ponte que ligava a rua de S. Vincente (hoje Bernardo Ramos) com a então Ilha de S. Vicente, transpondo um pequeno braço de igarapé que veio a ser aterrado, foi visto em construção em 1828. Em 1855/1856 estava "completamente arruinada" outra veio substituí-la em 1862, desta dando notícia o presidente da Província: "Está concluída esta ponte (...). No parecer dos engenheiros é a mais elegante e bem construída das pontes da capital".

A outra mencionada por Tenreiro Aranha, ligando o "Bairro da Matriz para o imediato", é a que se situava, para a travessia do igarapé do Espírito Santo, onde hoje está o cruzamento da avenida Eduardo Ribeiro com avenida 7 de Setembro, na gestão de Manoel Gomes Corrêa de Miranda, achava-se em "estado de total ruína", pelo que outra foi lançada no mesmo lugar, com uma altura de 20 palmos. A nova, descreve-a o presidente da Província: "Construída toda de madeira, a nova ponte repousa sobre uma grossa estacada, formando sistema. As duas margens onde se apoia foram preparadas por dois largos aterros, revestidos de madeiramentos, que lhe servem de pagões. Tem 248 palmos de comprimento sobre 36 na sua maior largura. As avenidas serão

calçadas pelo sistema de Mac Adam acomodado aos materiais de que dispomos".

Sobre o igarapé do Espírito Santo, outra ponte de madeira foi construída. Esta em frente ao Palácio do Governo, perto da foz do igarapé. Daí lhe veio a denominação popular de "ponte do Palácio". Chamou-se, também, de "ponte da Alfândega", pela proximidade com o prédio desse serviço, e, nos seus últimos anos, de ponte dos Catraieiros.

Para a ligação com o bairro dos Remédios, o vice-presidente Manoel Gomes Corrêa de Miranda, no exercício da presidência da Província, mandou construir uma ponte provisória. Um minucioso cronista da cidade, em evocações não assinadas, mencionou, como ligação para os Remédios, uma ponte feita com tábuas dispostas sobre barricas. É de presumir que se trate de ponte mandada fazer pelo vice Corrêa de Miranda.

Presumo que essa foi a ponte que em 1859 Avé-Lallemant viu em precário estado. O viajante alemão descreve um grupo de pessoas a utilizá-la, no regresso da missa: "...e atravessou corajosamente sem vacilar o estreito tabuleiro da ponte de madeira, que se curvava com o seu peso (...)". E, em outra referência: "Quem em julho de 1859 se arriscasse a atravessar a ponte inteiramente arruinada, que leva do Bairro da Matriz, em baixo, aos Remédios (...)".

Em 1862, essa ponte continuava de pé, inspirando naturalmente ainda menos confiança, a ponto de ser anunciado, como palavra oficial, o risco de utilizá-la:

"Pela repartição das obras públicas manda-se fazer público que a ponte dos Remédios pelo seu estado de ruína não pode suportar grandes pesos, e assim devem ter cuidado as pessoas que por ela transitarem".

Na gestão de Manoel Clementino Carneiro de Cunha (novembro de 1860 e janeiro de 1863) construiu-se a "ponte de Pau dos Remédios". Essa ponte desembocava nas imediações de onde hoje começam as ruas Mundurucus e dos Andradas, conforme testemunho pessoal de prof. Agnello Bittencourt. Foi demolida no governo de Alarico José Furtado (gestão de maio de 1881 a março de 1882), encarregando-se de sua demolição o

inglês Brisbin. O que dela restava foi vendido em hasta pública e arrematado pelo meu tio-avô Lázaro Aniceto Ribeiro Bittencourt, para aproveitamento de parte da madeira em sua oficina de carpintaria.

Quando começou a fluir o dinheiro da borracha, a ligação para os Remédios, próximo ao litoral, passou a ser feita em ponte metálica, implantada na altura da esquina das atuais ruas Marquês de Santa Cruz e Guilherme Moreira. Essa que ficou bem documentada em fotografias, deixou de existir com o aterro total do igarapé.

7.4. Largos, ruas, becos e travessas

Fortim e ermida constituíram o centro de aglutinação das primeiras ocupações. Desse núcleo original, o burgo irradiar-se-ia, transpondo os igarapés e subindo o terraço ao fundo.

Para tentar a reconstituição, com referência às denominações atuais dos logradouros políticos que resultaram dos arruamentos desdobrados nesses e desse núcleo histórico, cabe citar logo a praça IX de Novembro (largo da Trincheira, no Império), a "praça-berço", como bem a qualificou Genesino Braga.

Nesse largo, o governador Lobo d'Almada contruiu o Palácio do Governo, onde hoje está a Casa de Força da Administração do Porto de Manaus.

E por que o nome de largo da Trincheira? Não o sabemos, mas é manifesto que evoca algum esforço de organização de terreno para a defesa de uma posição. Defesa de quê? Contra quem? Quando?

É possível que, em um momento dado, temesse-se um ataque pelo lado de terra, à área onde estava o Palácio do Governo e, ainda que arruinado, o fortim. Uma hipótese a considerar é que isto tenha ocorrido ao tempo da Cabanagem, quando Manaus esteve duas vezes nas mãos dos cabanos – tempo em que, antes das duas ocupações, houve bravatas de resistência, donde talvez a disposição de prepará-la no terreno. Fica a suposição (verificar).

A asssinalar que na mesma praça Nove de Novembor estão os escitórios da firma comercial que em Manaus talvez seja a

recordista da permanência no mesmo local: Higson & Cia., sucessora de Brocklehurst & Co., aí instalada em 1878.

Perto, fica a praça Pedro II, que já se chamou largo do Quartel. Aí se encontravam, antes da instalação da Província, o Armazém da Província, o Armazem de Artigos Bíblicos, o Quartel, a fábrica de panos de algodão (criada por Lobo d'Almada, situando-se onde está o Palácio Rio Branco).

Ruas antigas, em torno da praça Pedro II: a atual rua Bernardo Ramos era a rua de São Vicente, saindo em frente à Ilha de São Vicente, espaço que hoje não é mais ilha; rua Frei José dos Inocentes, antiga; rua do Governador Vitório, antiga; rua Visconde de Mauá, antiga rua do Sol; rua Itamaracá, antiga travessa Cumã.

Como uma projeção da praça IX de Novembro, uma rua sem saída: a rua Taqueirinha, nome recebido do personagem que aí morava e que teve alguma notoriedade nos episódios da Cabanagem. Creio que rua dos Barés e rua Taqueirinha são as denominações mais antigas de logradouros públicos de Manaus.

Onde está a Catedral ficava a olaria.

Tomando a Catedral como referência, temos de um lado a av. Eduardo Ribeiro, logo que aterrado o igarapé (recém-aberta, avenida do Palácio, pela construção do Palácio do Governo – obra que, iniciada por Eduardo Ribeiro, ficaria sem prosseguimento por muitos anos, até que alicerces e paredes fossem aproveitados para o prédio do Instituto de Educação), sobre o eixo do igarapé do Espírito Santo, aterrado; e de outro, a praça XV de Novembro no passado a praça da Imperatriz, com sua rampa até o litoral, no eixo do antigo igarapé da Ribeira, aterrado.

A colina onde se situava a olaria, ficava perto do litoral. Hoje, o mesmo local que serve de embasamento e dá relevo à Catedral, ficou distanciado da água pelo aterro que fechou o golfo e soldou os aterros do igarapé do Seminário (antigo igarapé do Ribeira) e do igarapé do Espírito Santo; posteriormente, novo aterro somou-se a este, nele implantando-se o prédio da Alfândega (feito com materiais ingleses, na oportunidade da construção do cais flutuante) e as instalações da Administração do Porto.

A rampa que prolongava a praça da Imperatriz servia como desembarcadouro principal. As bocas dos igarapés, até serem aterrados, serviam como docas.

No local onde está hoje o Banco do Brasil, na praça XV de Novembro, funcionou o seminário.

Na linha do litoral, como acesso à praça da Imperatriz, ficava a rua de Boa Vista (vista sobre o rio Negro), hoje rua Marquês de Santa Cruz.

A rua da Boa Vista era guarnecida pelo cais de Tamandaré, na altura da atual praça Tenreiro Aranha.

Entrocando-se com a rua Marquês de Santa Cruz, temos a rua dos Barés, que até onde se tem notícia, assim sempre se chamou.

Considerando que algumas denominações não foram dadas arbitrariamente, por decisão de autoridades, mas consagradas pelo povo, como evocação espontânea de uma circunstância local notória: é válido supor que aí estivesse um núcleo de índios barés.

Ainda tendo como referência a Catedral, cabe mencionar as ruas que lhe dão acesso pelos fundos, perpendicularmente à avenida 7 de Setembro: ruas da Instalação, Lobo d'Almada e Joaquim Sarmento.

A rua da Instalação chamou-se rua Oriental e travessa da Imperatriz; a rua Lobo d'Almada chamou-se Cantagalo e depois rua da Matriz; a Joaquim Sarmento chamou-se travessa da Olaria (porque desembocava na antiga olaria) e depois travessa da Conceição.

Na rua Oriental ou travessa da Imperatriz, antes da instalação da Província, estavam a fábrica de fécula e anil e a fábrica de tecidos e redes, criadas por Lobo d'Almada – a última situando-se onde foi (há muito tempo) a Delegacia Fiscal e onde hoje está o prédio do Ipase (esquina com a atual rua Saldanha Marinho). Na esquina com a rua da Lua (hoje Henrique Martins), funcionava a Câmara Municipal.

Perpendicularmente a essas três ruas ou travessas (Oriental, Cantagalo, Olaria), a partir do foco olaria/Matriz, ficavam a rua Brasileira (hoje 7 de Setembro), a rua da Lua (hoje Henrique Martins) e a rua de Palma (hoje Saldanha Marinho). Esta última

ia do igarapé de S. Vicente de Fora, onde hoje está o bairro do Céu, ao igarapé do Espírito Santo.

Nessa área existiu uma praça Paisandu, onde está hoje o quarteirão entre as ruas Henrique Martins, Joaquim Sarmento, Lobo d'Almada e Saldanha Marinho.

A nova instalada por Lobo d'Almada ficava onde hoje é o cruzamento das ruas Saldanha Marinho e Joaquim Sarmento.

Por trás da Matriz, como um dos principais eixos da cidade, alonga-se a avenida 7 de Setembro, que já se chamou rua Liberal, rua Federal, rua Brasileira, rua Municipal, rua Fileto Pires e rua Ephygenio Salles. Com sua denominação antiga mais constante, de rua Brasileira, transpunha o igarapé do Espírito Santo por uma ponte, já mencionada no local onde hoje as av. 7 de Setembro e Eduardo Ribeiro se cortam prolongando-se na direção da Cachoeirinha, após transpor o igarapé do Aterro (outro nome do igarapé dos Remédios) mediante um pontilhão, no local onde a avenida Getúlio Vargas começa na avenida 7 de Setembro.

No bairro República, entre os igarapés do Espírito Santo e dos Remédios, abriram-se ruas que deram origem às atuais avenida Eduardo Ribeiro (chamando-se rua de Manaus, antes do aterro do igarapé do Espírito Santo, a rua que compunha a sua margem esquerda, da rua Brasileira, hoje avenida 7 de Setembro, até a foz do igarapé na altura mais ou menos onde está hoje a rua Marquês de Santa Cruz); rua Marechal Deodoro (antiga do Imperador); Guilherme Moreira (antiga José Clarindo e, antes, rua das Flores, onde se situava o estabelecimento comercial dos irmãos Moreira, Emílio e Guilherme); Marcílio Dias (antiga rua da Porteirada); e Dr. Moreira (antiga rua do Espírito Santo).

Essas duas eram cortadas pela rua Formosa (hoje Theodureto Souto) e travessa da Glória (hoje rua Quintino Bocaiuva).

As ruas do Espírito Santo (hoje Dr. Moreira), da Porteirada (hoje Marcílio Dias) e das Flores (hoje Guilherme Moreira) desembocavam em um espaço delimitado do outro lado pela rua Brasileira (hoje 7 de Setembro), onde se abriu uma praça – praça 28 de Setembro (que se chamou, após, da Constituição, Roosevelt, João Pessoa e Heliodoro Balbi).

Em face dessa praça, na continuação da rua do Espírito Santo, foi instalado o Palacete Provincial, onde hoje está o Quartel da Polícia. Comprado, ainda em construção, ao comerciante Custódio Pires Garcia, foi reformado e ampliado, a fim de abrigar a sede do Governo e diversas repartições públicas.

Dessa praça saía a rua que se chamou sucessivamente de rua do Curral, da União, Campos Salles, Affonso de Carvalho, Jorge de Moraes – hoje Rui Barbosa. Dando-lhe continuação foi aberta em 1867, na gestão de Canavarro, a rua de Feliz Lembrança (hoje Costa Azevedo), até atingir a praça de S. Sebastião, aberta no mesmo ano.

Na praça Vinte e Oito de Setembro era delimitada pelas ruas do Progresso (hoje Dez de Julho) e José Clemente (que continua José Clemente).

Descendo da rua José Clemente no sentido do litoral, encontravam-se, paralelas, a rua da Constituição (hoje 24 de Maio), da Palma (hoje Saldanha Marinho), 5 de Setembro (hoje Henrique Martins), a Brasileira (hoje 7 de Setembro).

8. A cidade moderna

Com o dinheiro da borracha, Manaus transformou-se. Thaumaturgo de Azevedo tivera a percepção da necessidade, possibilidade e oportunidade da transformação. Formou uma imagem grandiosa do futuro e pretendia acelerar sua realização. Mas, confundindo todo o mundo em volta, até os amigos, não dispôs de condições políticas para lançar-se em uma programação inovadora e criativa como era de seu desejo. Viu longe e pensou alto: para começar, quis criar um banco e mobilizar um empréstimo de 14 mil contos – um horror de dinheiro para a época.

Com os recursos do empréstimo pretendia nivelar ruas e praças, fazer calçamentos, abrir novas artérias; construir pontes, cais, docas e trapiches; implantar uma Escola Politécnica; começar um Horto Botânico; construir uma penitenciária, um teatro, a Imprensa Oficial, escolas primárias; abrir estradas; instalar linhas telegráficas; promover a colonização; desenvolver melhoramentos no interior. Enumerou, em mensagem, propósitos e custos. O Legislativo, cuja maioria não tinha confiança em suas intenções e possivelmente estava influenciada pelas acusações de Ladário no Senado, negou tudo.

Eduardo Ribeiro, o "Pensador", viria a ser o grande impulsionador da transformação. Foi capaz de conceber a cidade de muitos anos para a frente, armando o que hoje poderíamos chamar de "plano diretor".

Havia quem preferisse conservar os igarapés, como até hoje existem os de S. Raimundo, de Manaus, Bittencourt, Mestre Chico e Cachoeirinha. O Pensador preferiu fazer um núcleo urbano compacto, com espaços conquistados a igarapés aterrados, e nesse núcleo e a partir dele abrir ou consolidar avenidas largas, com praças ajardinadas e mais o esforço imenso de domar o relevo com nivelamentos e obras de pavimentação.

Muito desta concepção ousada, o próprio Pensador conseguiu realizar em sua gestão. E mais: construiu o prédio da Imprensa Oficial e oito prédios escolares. Ampliou o prédio do Instituto Benjamin Constant. Fez as pontes de alvenaria sobre

os igarapés de Manaus e Bittencourt e as metálicas sobre os igarapés da Cachoeira Grande e Mestre Chico. Construiu a casa de máquinas e instalou o sistema de bomba de recalque das águas para abastecimento de Manaus, captadas no igarapé da Cachoeira Grande. Deu começo a edifícios públicos compatíveis com sua ambiciosa visão de administrador descontraído: o Palácio do Governo, o Teatro Amazonas, o Palácio da Justiça, o Reservatório de Águas do Mocó. E deixou em andamento a ampliação do Quartel da Polícia.

O Tesouro bem suprido, o Estado sem dúvida – era pensar e fazer. Podia ter acontecido um governante acanhado e conservador. Manaus dispôs, no entanto, no momento preciso, do dirigente capaz de pensar alto e capaz de fazer muito rápido.

O que o Pensador concebeu (com a colaboração do engenheiro João Miguel Ribas) e começou a implantar, vê-se bem agora, tinha articulação, fazia parte de um conjunto idealizado não apenas em termos de modernização ou embelezamento, mas em função também de um propósito perspectivo, que permitiu à cidade crescer, por algum tempo crescer ordenadamente. Palavras de um arquiteto: "Deixou obra que fornece a Manaus, até hoje, um aspecto urbanístico invejável".

Teria dito o próprio Eduardo Ribeiro: "Encontrei uma grande aldeia. Dela fiz uma cidade moderna".

As vantagens futuras tiveram, entretanto, na época, enquanto não se completavam tantas obras, uma contrapartida amarga – o desconforto para a comunidade, que teve de viver por alguns anos no meio da confusão de um imenso canteiro de trabalho: com os desaterros (quer pelas contingências de nivelamento, quer para empréstimo ao enchimento dos vales dos igarapés a suprimir), muitos terrenos particulares ficaram mais altos, tornando as construções mais custosas pela necessidade de terraplanagens ou muros de contenção; e com os aterros resultaram numerosas depressões, permitindo a acumulação e estagnação de águas e, em consequência, a proliferação de mosquitos. Até apareceram as avenidas e ruas bem pavimentadas, arborizadas e iluminadas, a população teve de conviver com vastos espaços, cheios de lama, solo irregular, poças enormes, capinzais, implacáveis mosquitos.

Eis o testemunho de um médico: "Várias causas motivaram o aumento das febres desde 1894; uma delas foram as escavações iniciadas nesse ano para o aformoseamento da cidade. Recrudesceram, até que em 1897 e 1898 tiveram aumento insólito". "Nesses anos as escavações tornaram-se um delírio; eram feitas em todos os lugares e ao mesmo tempo; cavava-se, aterrava-se depois alguns lugares escavados, recavava-se o mesmo lugar etc". "Aterraram-se igarapés deixando-se grande espaço entre dois aterros ficando pântanos artificiais dentro da cidade. Para eles correm as águas das enxurradas e dos despejos: o que se há de esperar de tal estado de cousas?"

Os governadores seguintes deram prosseguimento ao que os últimos presidentes de Província esboçaram: Thaumaturgo sonhara em escala ambiciosa e o Pensador vigorosamente começou nessa escala que se aproximava do delírio.

Na gestão de Fileto, Manaus passa a dispor, a partir de 22/6/1896, de iluminação pública de origem elétrica, provida por meio de duzentas e vinte duas lâmpadas pela Manáos Eletric Lighting Co., empresa americana. Um novo contrato veio a ser assinado com Jonh C. Redman, logo transferido para Redman & Brown.

Os serviços telefônicos haviam começado em 1888, no governo de monsenhor Raimundo Amâncio de Miranda: a princípio, o concessionário Heliodoro Jaramilho opera três linhas, ligando o Palácio do Governo à Assembleia Provincial, ao Tesouro e à Recebedoria. Depois, mais três linhas: para o Asilo Orfanológico, o Institudo Amazonense e a Casa de Máquinas da represa da Cochoeira Grande. No fim de 1888, já há vinte e uma linhas e o Sr. José Caribé da Rocha, ligado a Jaramilho, obtém permissão para integrar essas linhas com uma central. Em 1891, já são cento e trinta linhas.

O suprimento da água, para superar o antigo processo dos aguadeiros, resultou de iniciativa do presidente José Paranaguá (1882), que mandou estudar possíveis mananciais, vindo a dar preferência o igarapé da Cachoeira Grande. Cabem-lhe o crédito dos trabalhadores preliminares de locação de represa e o lançamento de sua pedra fundamental em 1.º/7/1883. O início

da operação do sistema foi em 8/12/1888. As gestões a seguir ampliaram a rede de distribuição e construíram reservatórios.

Ramalho concluiu o Teatro Amazonas, o Palácio da Justiça e construiu três grupos escolares. No seu governo começaram a operar os carris urbanos, operados pela Manáos Railways & Co.

Aí estão duas referências que exigem algum comentário: o Teatro e os bondes.

Com intensa carga simbólica, representando hoje o testemunho mais conspícuo do esplendor que a borracha produziu, o Teatro Amazonas parece ter sido na época uma aspiração da comunidade, explícita em atos de diversos governos, desde o projeto legislativo de 1881, donde resultou a concorrência pública em 1882 (governo [...]) para apresentação da planta. O contrato para construção foi de 1883 (governo José Paranaguá). A pedra fundamental foi lançada em 1884 (governo José Paranaguá), sendo a firma responsável representada pelo conde Ermanno Stradelli, que iria tornar-se conhecido pelos seus estudos de etnografia. A obra foi sendo tocada lentamente, pretendendo a firma contratante alteração de projeto. Em 1885, as obras foram paralisadas, até que chegasse a um acordo. Em 1886, o contrato foi rescindido. Com Eduardo Ribeiro no governo, as obras foram retomadas, assinalando-se a promoção da vinda de numerosos técnicos e artesãos para cuidar de tarefas especializadas, vista sua escassez em Manaus. A inauguração ocorreu em 31/12/1896 (governo Fileto Pires Ferreira), pendente de acabamentos como a decoração do Salão Nobre, contratado em 1897 (governo Fileto Pires Ferreira).

No meio da realização do sonho, houve algo como o capricho de um novo-rico: em cima do telhado convencional, embutiu-se uma cúpula multicolorida de escamas de cerâmica, com uma cinta de vidro, segundo arranjo inspirado na bandeira nacional.

Para alguém que não teve o privilégio de nascer em Manaus, aquilo até pode parecer um horror. Mas, para um amazonense, que tem uma relação mágica com o seu Teatro, esta é uma reflexão herética. Aliás, tempo houve em que se cogitou retirar o que um diretor de obras públicas roturou de "tal excrescência". O que não se consumou – direi, felizmente. Para os amazonenses,

aqui é o perfil lógico e necessário, que faz parte de sua geografia sentimental, balizada com umas poucas referências líricas – o Mercado, o Roadway (cais flutuante), a Matriz, a fábrica de Cerveja, a Beneficente, o Ideal, a Vila Fanny, as pontes.

O Teatro faz parte do mito da velha Manaus. Os da minha geração terão passado de bonde mil vezes por aquela colina cintada de arenito – um jeito de pedra que os geólogos chamam precisamente de "arenito de Manaus"; terá girado nas quermesses da praça em frente, promovidas pelos capuchinhos da Igreja de S. Sebastião; terá namorado sob a proteção de suas sombras cúmplices; terá sido levado à sua arcada frontal para diluir um porre, ao abrigo das vistas do público. Inconcebível Teatro sem aquela cúpula. Inconcebível Manaus sem aquele Teatro, com Paris sem aquela torre.

Quanto ao bonde, impõe-se que se diga o papel pioneiro e da diversidade de suas funções: além do meio de transporte, foi indutor do desenvolvimento urbano, foi vetor de lazer, foi aglutinante social. E veio a ter uma quinta função, da qual logo darei notícia.

O transporte sobre trilhos em Manaus começou subproduto de outro serviço: para realizar os grandes aterros, o engenheiro contratante construiu uma ferrovia de bitola estreita, com vagões de carga para transferência do material dos desaterros. Aos domingos, para aproveitar melhor o investimento, transportava passageiros nesses vagões de carga. Terminado o serviço, foram postos assentos nos mesmos e montados novos, tornando-se diário o transporte de passageiros, com a tração assegurada por maxambombas resfolegantes.

Em 1895, quando a tração ainda era a vapor, havia seis linhas:

- Praça da República, rua Municipal (hoje av. 7 de Setembro) até a ponte da Cachoeirinha (ponte metálica sobre o igarapé do Mestre Chico) e praça Rio Branco;
- Praça dos Remédios, praça XV de Novembro, estrada Epaminondas (hoje av. Constantino Nery) até a ponte da Cachoeira Grande;

- Praça Tamandaré, praça da Constituição (hoje Heliodoro Balbi), praça São Sebastião, até a rua Ramos Ferreira;
- Praça Tamandaré, rua dos Remédios, estrada de Nazaré (hoje av. Joaquim Nabuco), até o boulevard Amazonas (hoje av. Álvaro Maia);
- Praça Rio Branco até a Praça 14 de Janeiro, pela rua Visconde de Porto Alegre.

Em 1896 ocorreu a inauguração da linha entre a rua Marcílio Dias e o bairro do Mocó. O *Amazonas*, jornal da oposição, logo estranhou: a linha não havia sido concluída e já estava sendo inaugurada.

Ainda em 1896, o governo mandou suspender o tráfego, por conta da irregularidade de funcionamento e falta de segurança. Havia duas locomotivas e se falava em desgaste do material rodante. Em 1897 era concessionário o engenheiro Frank Hirst Hebbtethweite, que transferiu o contrato para a Manáos Railways Co.

Em 1900, já existe tração elétrica. Os bondes percorrem três circuitos básicos sobre os quais há tráfego em seis linhas: Flores, Avenida-Circular, Circular-Cachoeirinha, Cachoeirinha, Saudade e Plano Inclinado.

Para operar essas linhas, a concessionária, Manáos Railways Co., dispunha de onze carros-motores, três reboques puxados a locomotivas (para complementação do atendimentos em dias de grande movimento) e um carro (o "Amazonas") para o serviço do Governo.

Em 1901, foi implantada uma nova linha: na então rua Sete de Dezembro (atual av. Joaquim Nabuco). E os carros reboques foram motorizados, perfazendo quatorze carros-motores para o serviço diário.

Os grandes trabalhos de nivelamento, esboçados no tempo na Província e vigorosamente em grande parte realizados pelo Pensador, permitiram o lançamento dessas linhas, passando algumas a princípio em trechos de puro mato. O trilho aí puxou as casas: a facilidade de transporte regular e barato atraiu condensações populacionais.

A sucessão de estruturas de madeira (anteriores à gestão do Pensador) transpondo os igarapés dos Remédios, de Manaus, Bittencourt e de Mestre Chico já permitia certo adensamento de um lado e de outro do caminho da Cachoeirinha. A consolidação do eixo assegurou-se com o aterro do igarapé dos Remédios, trabalhos de nivelamento e a transformação das antigas estruturas de madeira em sólidas pontes.

As pontes, articuladas pelo bonde, tornaram-se tão importantes para a comunidade que no hábito do povo os nomes originais dos cursos d'água, os que constam das cartas, superpôs-se um outro nome: igarapé da Primeira Ponte, ao invés de igarapé Bittencourt; e igarapé da Terceira Ponte, ao invés de igarapé do Mestre Chico.

Existe um bem realizado painel no Salão Nobre do Teatro Amazonas figurando uma cena da *belle époque*. Há pessoas na amurada de uma das pontes de alvenaria. Percebem-se senhoras de sombrinhas e talvez uma amazona. O conjunto sugere que a ponte era uma atração social e sua importância se prova com o fato de De Angelis haver escolhido o tema para decoração de umas das paredes do Teatro.

Essas pontes e o bonde ensejaram o crescimento da cidade na direção da Cachoeirinha e o lançamento de uma linha em grande parte do trajeto pioneiro fazendo o contorno da cidade – a "Circular". O bonde "Circular" consolidou a atual 7 de Setembro, papel que o "Alto de Nazaré" teve para a atual Joaquim Nabuco e o "Plano Inclinado" para a atual Dez de Julho. O bonde permitiu o aumento do espaço urbano, com a incorporação ou a vitalização de novos bairros: Cachoeirinha, Vila Municipal (atual Adrianópolis), Tocos.

Voltemos aos bondes. O bonde como vetor de lazer: constituía uma inspiração habitual das famílias e dos casais de namorados "dar uma volta de bonde" – uma forma agradável e barata de ocupar o tempo e enganar o calor.

Consigno este testemunho (1903) de um francês, ao regressar, já crepúsculo, de um passeio ao terminal de Flores: "... nossa velocidade nos golpeia como se fora uma brisa bem fresca

de outono". É isso aí: brisa bem fresca de outono em Manaus – milagre do bonde...

Nao menos louvador, um outro francês (1909) dirá que nenhum viajante pode deixar de recomeçar várias vezes o passeio pela linha Circular ou a linha de Flores, justamente as que proporcionavam maior aproximação com o verde – em alguns trechos a galharia quase entrando no veículo.

Às tardes de domingo ou à noite em qualquer dia da semana, pelos anos afora, o "passeio de bonde" foi uma opção sempre considerada. Nas linhas mais longas, onde o veículo desenvolvia maior velocidade e parava menos, desconfio de que o efeito de distensão tinha algo de hipnótico, possivelmente pela continuidade de sacudidelas rítmicas, a que se somava o efeito do ruído cadenciado do deslocamento sobre os trilhos. Os que foram desse tempo poderão testemunhar que uma viagem no "Circular" à noite tinha um efeito sedador, que ajudava a dormir.

Como aglutinante social: no bonde todos se encontravam – o deputado e seus eleitores, o médico e seus clientes, o professor e seus alunos, o padre e seus paroquianos. Políticos, funcionários públicos, militares, profissionais liberais, operários – todos se igualavam como usuários.

Havia a turma do "bonde das sete" e a turma do "último bonde". E havia a obrigação social de "pagar o bonde" – o gesto de alguém que se antecipava e outrem e, com o pequeno dispêndio de mais uma ou duas "passagens", lograva um belo efeito de prova de apreço.

Finalmente, menciono a quinta função do bonde – para os meninos de Manaus muito importante: colocavam-se pedaços de vidros nos trilhos, o peso dos bondes os transformavam em pó. Esse pó, misturado à cola, dava o cerol, que se passava em um pedaço das linhas dos papagaios (pipas) para torná-las cortantes e romper as linhas de outros papagaios no ar, ensejando a glória de cortar e aparar, isto é, capturar o papagaio adversário.

O bonde foi um vetor de crescimento, mas não foi o único. Na verdade, a cidade transbordava do perímetro entre os igarapés de S. Raimundo e Cachoeirinha e as terras mais altas ao norte (o "Planalto do Mocó").

Para leste, transpondo o igarapé da Cachoeirinha, cria-se o bairro dos Educandos; para oeste, transpondo o igarapé da Cachoeira Grande, nasce o bairro de São Raimundo; para o norte, por provocação e estímulo do governo municipal, desenvolve-se a Vila Municipal (que atrai os ingleses).

Uma condensação dos relatórios do prefeito Adolpho Lisboa informa que, em 1905, a Vila Municipal tem 28 casas; Tocos tem 178; São Raimundo tem 102; e que Educandos "cresceu vertiginosamente".

Com avenidas e ruas pavimentadas e arborizadas, belos jardins, pontes definitivas, edifícios públicos modelarores, aquele Teatro, boa iluminação pública, excelente sistema escolar nos graus primários e secundários, telefones, cabo subfluvial, serviços de saneamento básico, hospitais, linhas de navegação para a Europa para os Estados Unidos e para o sul, bondes, empregos para todo o mundo, Manaus tornou-se uma cidade extremamente atrativa. Só lhe faltavam, em consonância com o seu progresso, as suas aspirações, um porto e uma rede hoteleira adequada.

Seus serviços portuários limitavam-se aos velhos trapiches para a movimentação de carga e, para passageiros, a rampa dos Catraieiros: "Um ligeiro estrado de madeira sobre uma velha muralha em frente à avenida Eduardo Ribeiro (...).

Porto de que Manaus veio a orgulhar-se foi inaugurado no governo Silvério Nery, sendo concessionária a Manáos Harbour Ltd., empresa inglesa.

Constantido Nery inaugurou a Penitenciária e construiu a Biblioteca Pública.

Na gestão Antônio Bittencourt, fez-se o acabamento da Biblioteca, inaugurou-se a Usina Elétrica do Plano Inclinado, a cargo do Manáos Tramways and Light Co. e a usina de captação, tratamento e bombeamento de água da ponte do Ismael, a cargo da Manáos Improvements Ltd. A visão e o arrojo dos irmãos Miranda Corrêa convergiram para a implantação em 1911 de uma fábrica de cerveja, cujo belo edifício tornou-se uma baliza na imagem física de Manaus. E instalou-se, com a animação do idealismo de Eulálio Chaves e Astrolábio Passos, a Universidade de Manáos, a primeira do Brasil.

9. As diversas Manaus

Vêm doutores e analfabetos. Nem todos decididos a enfrentar o mato; para muitos, Manaus só é sua meta. A grande maioria chega sem nada de seu. Em todos, a esperança ou ambição.

Esperança e ambição constituem ambas uma relação com o futuro. A primeira tem algo de passivo, de aceitação dócil das circunstâncias; enquanto que a segunda implica inconformismo e iniciativa, talvez agressividade, às vezes associando-se (no Amazonas vezes demasiadas) à ausência de escrúpulos e sentimentos saudáveis.

Da biografia e da legenda dos que encarnavam esta última configuração, a sabedoria do povo criou a lenda da Ilha de Marapatá. Alguém fez o registro, com a autoridade de, mesmo nessa Amazônia delirante, levar uma vida ascética:

"Como quer se seja, para a Amazônia de agora deverá restaurar-se integralmente, na definição de sua psicologia coletiva, o mesmo apotegma – *Ultra aequi – noctialem non peccavi* – que Barlaeus engenhou para os desmandos da época colonial.

Os mesmos amazonenses, espirituosamente, o perceberam. À entrada de Manaus existe e belíssima Ilha de Marapatá – essa ilha tem a função alarmente. É o mais original dos lazarentos – um lazarento de alma! Ali, dizem, o recém-vindo deixa a consciência... Meça-se o alcance deste prodígio da fantasia popular".

Nos tempos da Província, quando de seus primeiros trinta anos, de dinheiro escasso, a comunidade era severa e fechada, sem horizonte, e comprazia-se no hábito da murmuração (flagrado pelo naturalista Wallace e pelo pintor Biard) – a murmuração, uma forma ressentida de condenar. Agora, que o dinheiro jorra, agora que há muitas oportunidades, desafios e tentações, há mais o que fazer. Até que a decência e a benignidade podem ser premiadas; a truculência e a patifaria também o são. Cada qual luta por si, como é possível. E a permissividade é consagrada em um dito gerado pela acuidade da sabedoria do povo: "No Amazonas ninguém se inutiliza".

Dos que chegaram, a maior parte enfrentará o desafio da floresta e do ciclo das águas, com insetos inapelavelmente

incômodos e cobras e jacarés e onças. E a solidão. E terão problemas com índios. E viverão (e morrerão) procurando seringueiras e fazendo-as produzir ou negociando com os que as fazem produzir. Alguns terão êxito – ou o êxito fugaz, logo dissipado em farras inesquecíveis em Manaus; ou o êxito duradouro, fruto de pertinácia e da sobriedade. Uns apodrecerão em tapiris perdidos. Outros adquirem terras, constroem residências em Manaus e Belém, mandam os filhos estudar na Europa ou vão aplicar seus excendentes no Ceará ou em Portugal.

Manaus beneficia-se tanto da apropriação de parte da renda e derivar dos fluxos inerentes à produção e à comercialização da borracha como da que decorre dos esbanjamentos de uma sociedade deslumbrada e descuidadosa.

O patriciado urbano vive seus gostos de Paris na América; vindos do interior, os que havian sido sertanejos acostumados desde o nascimento a um quotidiano de muito trabalho e pouco resultado, de repente, apesar da espoliação que sofreram, encontram-se com um bom saldo e a compulsiva disposição de gastá-lo; aventureiros conseguem bons empregos em bons negócios e com a mesma facilidade o dinheiro escorre de suas mãos nos bordéis e nas lojas.

A regra é prodigalidade. Muitos que nada possuem redemoinham na euforia da realização pessoal sob a forma de compras ostentatórias e uns dias de sonho, talvez uma noite só, no envolvimento com as "francesas". Depois dos preços do seringal ou do regatão, acham tudo barato. Quem estabeleceu casa em Manaus e tem filhas inevitavelmente compra um piano. Conta-se que houve quem comprasse mais um ao ver as filhas tocarem uma peça a quatro mãos. Donos de seringais ou seringueiros vão passear no Ceará, encantando parentes e amigos com as joias que portam e os casos que contam: esses "parvaras" lendários, com seu guarda-chuva e sua corrente de relógio, espalham nos que haviam ficado a vontade de também partir. Com um horizonte de aspirações mais alto, uns vão à Europa – e Paris é meta óbvia. As famílias encontram-se nas estações de águas da França e da Alemanha.

Há um aspecto importante na indução para o desperdício e a estroinice: o seringueiro, quando chega a Manaus, vem de

meses e meses de privações e solidão, na recorrência diária de trabalho, de tensão e sacrifício, ou de tédio. Manaus é ciranda de tentações. A descompressão. A vivência da alforria. O instante em que o seringueiro se percebe o centro do mundo, com o bolso cheio e o ego inflado.

Alguns estabelecimentos comerciais mantinham uma pipa de vinho português para oferecer gratuitamente aos seus clientes, atraídos nas calçadas pela conversa de caixeiros espertos. Percebendo, com olho clínico, que o passante é um seringueiro com saldo, cercam-no de atenções, dobram-no com gentilezas, entre copos e copos de vinho amaciador, que vão minando sua capacidade de julgamento e sua resistência às ofertas. No meio do pileque, o pobre compra tudo e das melhores marcas – relógio, perfume, gravata, alfinete de gravata, camisas, abotoaduras, lenços, chapéu, bengala, revólver – tudo até onde o caixeiro maroto verifica que vai o saldo, portado em dinheiro, inteiro e orgulhosamente.

Na Amazônia Interior, para quantos trabalhassem duro nos seringais e para as famílias e para os aventureiros – para todo o mundo só em Manaus estavam os signos do poder e da afluência. Lá estavam o governador; as casas aviadoras; os meios de educação para os filhos; os hospitais; a Pensão da Mulata; o Éden Teatro (e as coristas das companhias que o lotavam); a Casa Andresen (portuguesa), que vendia de tudo – champanhe, urinóis, perfumes, cartolas, açúcar, anzóis, baldes, espingardas, móveis, baralhos, bacalhau; os modistas; as partidas de viagens à Europa ou ao Nordeste; o "New Club", cujo "diretor gerente" era ninguém menos que d. Luiz Galvez Rodriguez de Arias, logo presidente do "Estado Independente do Acre".

Uma testemunha (outubro de 1909) registra dois aspectos da vida de Manaus, um ético, outro econômico, ambos refletindo a mesma síndrome de afluência. A indução para a licenciosidade: "Homens que, aqui no Rio de Janeiro, são exemplos de austeridade e da moral, em chegando à capital da Amazonas, transformam-se por completo". As remunerações pessoais: "O comércio paga aos seus empregados o triplo ou o quádruplo do que, ordinariamente, paga-se no Rio de Janeiro ou São Paulo".

Pretendendo fazer lucro em papéis das empresas que operavam as plantações do Oriente, especulações de bolsas na Europa propeliram o preço da borracha em 1910 às alturas. Próximo dos fatos, mas dispondo já de certa perspectiva para entendê-los e julgá-los, um observador competente, cônsul de Portugal em Manaus, descreveu:

"O dinheiro corria num desvario; um conto de réis era uma moeda inútil que um seringueiro jogava fora uma noite, em um botequim, na ruidosa companhia de mundanas vindas a Manaus ao ouvir contar histórias de dinheiro correndo sem parar".

Uma "loucura deliciosa" qualifica o mesmo registro, ao assinalar que, naquele momento, Manaus era "a cidade mais alegre do mundo".

O general Lobato Filho, quase meio século depois, rememorou a impressão que lhe causara tal cidade quando, jovem tenente, a viu em julho de 1910: a vida ali era "verdadeiramente alucinante"; nos cafés da avenida Eduardo Ribeiro juntava-se a mais variada clientela, disposta a gastar – um "ambiente estonteante", regado a champanhe, "a qualquer pretexto", e em qualquer chamavam a atenção "chapéus vistosos e artísticas joias rebrilhantes de lindas mulheres vindas de Paris, Monte Carlo, Bueno Aires, Rio de Janeiro e sabe Deus de onde mais"; aquilo era apenas o trampolim para "os cabarés e outros escalões do prazer". Os aturdidos oficiais, que iam para o áspero serviço da Comissão Rondon, do qual alguns não voltariam, eram disputados para compartilhar da alegria. Sem esses convites não teriam como fruí-la ali e assim: o saldo mensal de um tenente, mesmo com bonificações, não dava "para meia hora" numa daquelas mesas da avenida.

Um trintênio passado, quando se deu movimento dirigido de imigração como parte da "Batalha da Borracha", na oportunidade da Segunda Grande Guerra, pelo depoimento de um ex-seringueiro que regressava ao seu Nordeste e agora reincidia na Amazônia, capta-se a atmosfera: "50$000 era como se fossem $500 para mim".

Tantos anos depois, renovava-se o poder de atração da seringa, e a lembrança da velha dissipação ainda tinha força para encher o seu ego.

Uma forma curiosa e inesperada de consumismo foi a prática de algumas famílias de mandarem lavar roupa na Ilha da Madeira. Ia a roupa suja em navio e voltava em outro, um mês depois. Imagine-se a quantidade necessária para esse revezamento mensal. E haja armário para tantos lençóis, fronhas, anáguas, lenços, ceroulas, camisas de peito duro, punhos e colarinhos!

Contava-se de Enéas Martins, sabidamente um requintado, que representou o Pará e o Amazonas na Câmara dos Deputados, depois homem de confiança de Rio Branco, embaixador e governador do Pará, contava-se que, indo à Europa como delegado do Amazonas na negociação de um empréstimo, levara para Paris a vaca cujo leite alimentava-se seu filho. Lenda, evidentemente, mas vale como um testemunho do clima que permitia acreditar na sua possibilidade. Originalmente, invenção chistosa; porém, mais do que a verossimilhança da invenção, importante agora é considerar o processo de sua difusão: a falação como que expressava, caricaturando-o, o dia a dia da sociedade, chegada ao delírio.

Na inauguração da Fábrica de Cerveja, os irmãos Miranda Corrêa deram uma festa de cardápio aberto: os convivas podiam pedir não importa o que – tinha de ter tambaqui ou bacalhau, a trivial carne bovica, leitão, peru, pato, faisão, patês, caviar, carnes de caça – era pensar e querer.

E, marco sempre evocado, a seu modo tão representativo daquela atmosfera quanto o Teatro Amazonas, que ainda aí está, havia "a conhecida e acreditada Pensão Floreaux, com sua filial, a Pensão Maxime, onde se fala, apregoava o anúncio, francês, inglês, espanhol, italiano e alemão.

Até a fonte secar, são trinta anos de atividade intensa de consumismo. Mais trinta anos depois, nos leilões, os restos do deslumbramento: móveis estofados (nos bocados a vaga lembrança de alguma cor), pratarias oxidadas, bronzes, quadros, pianos há muito silenciosos, porcelanas, cristais, faianças, opalinas. E, às vezes, cheios de poeira, montes de livros franceses. Nos pesados álbuns da família e nos guardados de velhas madames de pensões de prostitutas, retratos de figuras espartilhadas ostentando uma profusão de anéis e pulseiras

e colares e camafeus. Lembranças de horas de fruição e refinamento marcadas em relógios Pateck & Phillip.

Das amigas, que conheci bem pobres, de minha mãe ou de minhas tias, ouvi as histórias: esta, vestida de amazona, fazia sucesso, montada em cavalo de raça; aquela possuía carros de luxo, puxados por soberbas parelhas importadas e nos quais viajar dava *status*; aqueloutra organizava lindas recepções em que o comandante Paulo Emílio exibia seus dotes de barítono.

A imagem que ficou foi a da afluência sem esforço, da prodigalidade, do descomendimento – conotação predominante com que se passou a figurar Manaus na tradição oral, na novela, na crônica. Digamos, uma idealização ora nostálgica, ora desaprovadora.

Mas houve a outra Manaus, sem tanto charme – a do dinamismo dos negócios, a da preocupação com os preços da parafina e com a taxa de câmbio, a da paixão do lucro servida por trabalho duro, a da competição feroz. Imagem bem fixada no testemunho de alguém que descreveu quando a própria situação descrita estava acontecendo:

Quem chega à capital do Amazoans tem logo a intuição clara e positiva de que se acha num meio em que são únicas armas de combate, únicos coeficientes de sucesso, as aptidões individuais de cada um, nas grandes e contínuas lutas de uma sociedade que caminha vertiginosamente para o progresso, pouco se importando com as vítimas que vai deixando pelo caminho.

Quando no Sul a loucura do Encilhamento acabou, muitos que lá viveram, afeiçoados ao jogo, à especulação e à velhacaria, deslocaram-se para Belém e Manaus, onde conseguiram insinuar-se nos negócios, nos jornais, na política. A eles e a tantos mais atraídos pela legenda de fortuna fácil referiu-se indignado um coetâneo:

...analfabetos, ladrões, aventureiros, desclassificados de todas as partes do mundo que aqui vieram para o saque da terra amazonense.

Do clima de cobiça e falta de escrúpulos, de que era expressão jocosa, mas não menos simbolicamente verdade, a lenda da Ilha de Marapatá, nem a Igreja escapou: em 1907, quando o virtuoso d. Frederico Costa assumiu o Bispado do Amazonas, encontrou a casa endividade; em 1909, ao regressar de uma viagem pastoral ao rio Negro, teve de enfrentar uma dura situação de débitos vencidos, sendo o maior credor justamento o seu vigário-geral; nele confiou para compor uma solução que resguardasse o patrimônio da Diocese; e esse vigário-geral assumiu, pessoalmente, a responsabilidade de toda a dívida, recebendo em hipoteca e antícrese os bens da Diocese, mediante contrato que redigiu com "grande habilidade e maior perversidade" – afirmação, em Carta Pastoral, de d. Santino Maria da Silva Coutinho, bispo do Pará, e que foi administrador apostólico do Amazonas com a renúncia de d. Frederico; d. Santino conseguiu um empréstimo na Arquidiocese do Rio de Janeiro, graças à compreensão do cardeal Arcoverde, assim podendo recuperar o patrimônio que ficava cinco anos e três meses nas mãos do ambicioso monsenhor e seus herdeiros. Terá morrido o monsenhor administrando os bens diocesanos, mas sem nenhum odor de santidade.

Até porque o cheiro que predominava em Manaus era aquele azedo da borracha cortada para a classificação comercial nos armazéns e nas calçadas – no meio do burburinho de que não sei quantos idiomas, do qual emergiam os berros das carroceiras que levavam o produto para o porto. Todo aquele décor (assim se dizia) que um observador irritado, Euclides da Cunha, descreveu:

...caí na vulgaridade de uma grande cidade estritamente comercial de aviadores solertes, zangões vertiginosos e ingleses de sapato branco. Comercial e insuportável.

A rapidez do processo criou ambivalência. Ainda o testemunho de Euclides:

O crescimento abrupto levantou-se de chofre fazendo que trouxessem, aqui, ali, salteadamente, entre as roupagens civilizadas, os restos das tangas esfiapadas dos tapuias. Cidade meio caipira, meio europeia, onde o tejupar se achata ao lado de palácios e o

cosmopolitismo exagerado põe ao lado do Yankee espigado... o seringueiro achamboado, a impressão que ela nos incute é a de uma maloca transformada em Gand.

A essas duas cidades tão diferentes que cresceram juntas, acrescenta-se uma terceira, semelhante a qualquer outra por aí: a Manaus quotidiana, repetitiva, das compras matutinas como obrigação ritual dos chefes de famílias, a do Ginásio Amazonense e do Colégio Rayol, a dos quintais, a dos violinos do Dr. Gentil e do Dr. Lourival, a dos pianos e pianos, a das folhinhas e almanaques, e das sestas, a dos sonetos de primeira pina, a do céu colorido de "papagaios" (no chão, meninos felizes), a dos bondes, a dos "brigues" e dos "bois", e das fotos de Fidanza, a do lazer distinto do Ideal Clube, a dos senhores de fraque, a dos saraus e tertúlias, a das retretas, e das quermesses, a da missa das dez semelhante a quaisquer por aí, porém dotada de mais dinheiro e sempre a passo (no espaço interior de cada um) daquela outra borbulhante e inconsequente Manaus da legenda. Tudo quanto, somado, cessada a febre, morta a esperança, alimentará a nostalgia. Mas sobreviverá nisso e aquilo.

Sobreviverá, por uns anos – singular memória de um tempo em que a normalidade era o delírio –, nas libras esterlinas que até os anos vinte apareciam em Manaus, liberadas pelas poupanças ou guardados das famílias. Ora, minha mãe contava que, menina, no seringal, fronteira com o Peru, findado o século 19, as pequenas moedas de ouro eram objeto de divertimento das crianças, construindo o luzente tesouro das bonecas – imaginadas princesas; se caíam pelas frestas do assoalho de paxiúba, ninguém dava como importante ir recolhê-las. Um tempo lindamente louco em que a vila mais próxima, Remate de Males, de casas de madeira e telhados de palha, abrigava uma joalheria.

Sobreviverá nisso e naquilo que das abastanças prescinde. Nos "bois", por exemplo. Na sesta – direi, imperativo ambiental. Na empinação de papagaios (de que o Thiago de Mello, mestre também de poesia, compôs exato e encantador tratado). Sobreviverá nas casas (não sei quantos anos vazias). E nas

mobílias. Sobreviverá, também, lembranças das antigas larguezas, no hábito e no prazer da hospitalidade.

Mas Manaus não era apenas o assentamento dos armazéns que supriam os seringais, e dos comerciantes que compravam a borracha, ou dos que a exportavam; e o dos cabarés e dos cafés-concertos; e ainda a bem-comportada e deliciosamente sensaborona cidade onde se formam e crescem famílias. Manaus é também o governo. A potência que fez grandes compras, que assina os contratos de obras públicas, que administra apólices, que pode subvencionar ou empastelar jornais, que nomeia os juízes e os delegados, que concede os títulos de propriedade fundiária.

Ora, aí temos temos tantas Manaus, mas, entenda-se, tais são espaços que não se misturaram: o mesmo pai de família estará durante o dia transpirando nos escritórios e armazéns, a ganhar dinheiro e querendo mais – na agitada Manaus dos negócios da borracha e do poder econômico; à tardinha, em uma passada pela avenida, auscultará oportunidades e alimentará alianças – na tensa Manaus do poder político; à noite levará a esposa e as filhas à novena na Igreja de São Sebastião – na invariável Manaus das famílias; depois dirá que precisa ir à Maçonaria, irá mesmo para a Pensão Floreaux, premiar-se – naquela que Euclides rotulou de "desmandadíssima Manaus".

Crescera, crescia, mas ainda não era uma grande cidade. Agenciando ou fruindo a afluência, cada dia todo o mundo via todo o mundo: no Mercado, nas rodas em que se discutiam jogadas políticas ou novidades literárias, nos casamentos, batizados, nas visitas, nas chegadas e partidas de navios, nas procissões, nas "francesas", nas pastorinhas, no teatro, no cinematógrafo (assim se falava).

Aqui invoco a instigante categorização de Da Matta, ao opor rua e casa: não como configuração física – sequência de prédios ou soma de dependências. Até por quem fisicamente, em Manaus, e até os anos quarenta, uma ou outra não bem se opunham, tanto que não se fechavam as portas durante o dia: hoje, para quem não viu, parece inacreditável que fosse assim – a porta abria-se de manhã e só se fechava à noite depois do jantar. O que quero falar agora é de rua e casa como "províncias éticas" (Da Matta), como

espaços sociais e códigos de valores, cada final com seu clima, sua impregnação, sua força modeladora. Uma e outra, acrescento, projetando-se nos espaços subjetivos (os horizontes individuais de percepções, sentimentos, interesses e aspirações).

Pois, se aplicarmos tal categorização, podemos dizer que, naquela cidade a orgulhosamente se modernizar, e até se ataviando de requintes, cheia de tentações e envolvimentos, a rua suplantava a casa. Mas, a partir de 1913, seringais desativando-se, liquidações e falência em efeito dominó, lojas fechadas, deserção das "francesas", ex-seringueiros querendo voltar para o seu Nordeste, desnorteados, embarcadiços sem navio, as burras do Tesouro vazias – tudo tornou a rua desconvidante. Refluiu-se para a casa, província mais barata, reduto final, refúgio.

A crise reduziu as distâncias sociais – a maior parte dos ricos ficando pobre e os pobres todos mais pobres ainda. As tantas Manaus diluíram seus limites. Arruinados ou subempregados, salários em atraso, os pais de família viraram-se condenados à virtude.

Naquela exuberante Manaus múltipla ou na que sobrevivia à danação da queda, a avenida Eduardo Ribeiro (tão só ela mesma que bastava dizer "a avenida") era o signo por excelência do conceito de rua. Aí, o território preferencial da sondagem, do aliciamento, do conluio, da cavação, do cambalacho, do fuxico, do boato, da bajulação, do chiste, dos encontros e dos desencontros. Também, não menos importante a função, o território do corso no Carnaval. O das paradas. O das procissões. O dos comícios.

Na Manaus homogeneizada pelo infortúnio, nivelada por baixo, anos e anos convivendo com a crisse, tornada crônica, a diferenciação vivencial ressaltada por Da Matta parece perder nitidez: perde-a em muitos espaços híbridos de rua e casa, pequenas totalidades afetivas, digamos células de vizinhança – a manifestar-se em cadeiras nas calçadas para o descontraimento de depois do jantar (a casa invadindo a rua e tanto invadindo que o pijama é traje frequente); nos empréstimos de sal, os fósforos, ou ingredientes de mingaus, quando a súbita descoberta de faltas nas fainas de cozinha; nos velórios (a rua invadindo a casa e tanto invadindo que comparecem mesmo não conhecidos);

no fazer quarto a doentes; na tomação de conta das crianças da casa em frente. A rigor, tudo mais casa que rua. Exercícios de solidariedade e emoção compartilhada, às vezes matizados de identificação étnica (nas concentrações residenciais de portugueses e "turcos"). Várias famílias nisso e naquilo com uma família só. Algo do espírito das malocas. Como que um "sutil parentesco" – diagnosticou Thiago de Mello.

Essa Manaus creio que não mais existe. Os desequilíbrios econômicos, com suas repercussões sociais, drenaram uma nova geração de deserdados do interior. Uma população periférica miserável aboletou-se onde e como lhe foi possível. Surgiu a "Cidade Flutuante" (vasta aglomeração de casas em cima d'água, sobre grossos troncos de árvores). Desapareceu a "Cidade Flutuante", mas continuaram a existir as inadequações estruturais que a geraram. Veio a "Zona Franca", mas essa já é uma outra história.

10. Estagnação e Explosão

Com a cessação da guerra, desativa-se o sistema binacional de emergência derivado dos Acordos de Washington. Cessa a crispação de economia e a mão de obra se reacomoda como é possível, em boa parte mediante urbanização.

Uma consequência peculiar foi a proliferação de habitações e estabelecimentos comerciais e até industriais sobre água, isto é, casas sustentadas por grossos troncos de madeira, as primeiras junto à margem, nas bocas dos igarapés, e outras e outras mais junto àquelas – conjunto em condições de higiene terríveis.

A aglomeração maior, na boca do igarapé dos Educandos (na verdade estuário onde desembocam diversos igarapés), prolongando-se até a praia do Mercado, chegou a ganhar o título de "Cidade Flutuante" e fama para ser incluída na programação das visitas promovidas por agências de turismo.

Tratava-se de uma solução cabocla, fiel à identificação ancestral com o rio. Começando, quanto à sua função residencial, com uma forma barata de morar, passou a acolher, além de pequenos estabelecimentos destinados a tender à própria população dos flutuantes, oficinas, pequenos estabelecimentos industriais (fábricas de gelo, calçados, móveis e bebidas e serrarias) e estabelecimentos comerciais maiores – uns constituindo-se como projeções do Mercado, fisicamente insuficiente, e outros insertos, em sistemas de horizonte mais amplo, abrangendo transações regulares com o interior e até exportação.

Outra consequência foi a explosão dos bairros periféricos e o nascimento de bairros novos.

Enquanto a população cresce, a velha e, a seu tempo, exemplar e invejável infraestrutura de serviços deteriora-se, mostrando sinais de saturação e exaustão.

De fato, Manaus não crescera – inchara. E não havia disponibilidade de recursos locais para atualizar essa infra-estrutura a fim de compatibilizá-la com o nível de demanda. Nem formação de capital, por parte do Setor Privado, para sustentar suficiente geração de empregos.

A ajuda da União tornou-se indispensável. Foi graças a esta ajuda, por exemplo, que Manaus saiu do escuro – criada, aliás, uma sociedade de economia mista federal, a Companhia de Eletricidade de Amazonas (CEM), para provê-la de energia elétrica. Na época e por muito tempo (até a nacionalização da Light em 1979), Manaus foi a única área de concessão em que a distribuição de energia elétrica era operada por empresa da União.

Manaus, em vinte anos, de 1960 a 1980, fez-se bem mais do que três vezes maior e no último decênio antes do censo duplicou de população e viu alterado o seu *status* econômico, do que se fez sintonia a multiplicação de agências bancárias, intensa movimentação de seu porto e de seu aeroporto, a proliferação de hotéis, lojas, o aumento de arrecadação de impostos, e, triste índice, o aumento nos jornais de matérias dedicadas a fatos – criminais – a violência induzida pela aglomeração.

Apêndice

Sobre os topônimos Aiurim e Tarumã

O rio Aiurim, dado como referência para a localização do primeiro estabelecimento português na Amazônia Interior, não é mais registrado com esse nome nas cartas; e mesmo nas cartas antigas, nem sempre foi assinalado; e em textos, as referências que lhe dizem respeito não são suficientemente explícitas.

O povoado estabelecido por Favela e frei Teodósio é costumeiramente designado como "Aldeia dos Tarumãs" ou "Missão dos Tarumãs". Em Sampaio, aparece, também, como "Aldeia de Aiurim".

A denomonação Aiurim caiu em desuso, podendo ter designado a um ou a outro de dois cursos d'água próximos, o Tarumã Grande (Tarumã-Açu) e o Tarumã Pequeno (Tarumã-Mirim ou Tarumãnzinho), este um pouco a montante, na mesma margem do rio Negro. Entre os dois, a folha *Manaus* da carta da Região Norte, na escala 1:50.000, preparada pelo Serviço Geográfico do Exército, registra quatro cursos d'água menores, os igarapés do Comprido, Batata, Acuarau e São José: pelo seu tamanho, irrelevantes, sendo natural não constarem de cartas ou descrições sem tanta minúcia e precisão.

A consulta à cartografia antiga não ajuda a dizer qual dos dois, Tarumã-Açu ou Tarumã-Mirim, terá sido chamado de Aiurim: um mapa da década de 1750 registra um "rio Torumá", um só; e o de Galluzi, de 1759, assinala um "Taruma R", também um só. Nem um nem outro mencionam Aiurim, mencionado, entretanto, por uma carta de entre 1783 e 1793, a qual por sua vez não registra Tarumã.

Araújo e Amazonas (1850), com a autoridade técnica inerente à sua condição de oficial da Marinha, dispondo de conhecimento direto da região (em que esteve quando das operações militares da Cabanagem e após), além de afeiçoado ao estudo da Geografia, situou o Tarumã (escreve com o /a/ final aberto) "entre Manaus e o rio Aiurim", ou seja, o seu Tarumã

correnponde ao atual Tarumã Grande e o seu Aiurim ao atual Tarumã-Mirim.

À mesma conclusão conduz o registro feito por Leovigildo Coelho, engenheiro e militar com prolongada experiência na região, ao descrever viagem exploratória ao rio Negro: "Entre a cidade e a povoação de Tavapeassu desaguam (...) na margem esquerda os rios Tarumã, Aiurim e Anavilhana".

O texto mais antigo de descrição geográfica desse segmento do rio Negro, talvez de 1755, sem indicação de autoria, mas provavelmente do governador Mendonça Furtado (que foi oficial da Marinha portuguesa), registra:

Anjurim. Entrando pelo rio Negro dentro, à mão direita, a meio-dia de viagem, o primeiro rio que se encontra é o de Anjurim; é grande, cursa quatro dias ao centro; já não tem gente, nele habitam os índios trumás que hoje se acham extintos e nem nas aldeias se conserva já nenhum.

Esse texto peca pela imprecisão ao mencionar, no segmento em causa, um só curso d'água. Dá a impressão de identificar o Aiurim com o Tarumã Grande (que é "o primeiro rio que se encontra").

Outro texto antigo (1768) oferece referencimento também impreciso:

Na margem norte, principiando do sítio em que esteve a primeira vez estabelecido o lugar de Airão [= em que esteve estabelecido o núcleo populacional que depois se mudou para Airão], fazem barra o riacho Aiurim, o rio Anauene ou Anavilhana (...).

Se a aldeia a que se refere Noronha ficava passando o Tarumã-Açu, segue-se que Aiurim terá sido, adiante, o Tarumã-Mirim.

Baseando-se talvez em Noronha, ou de ciência própria confirmando-o, ocorre o registro de Alexandre Rodrigues Ferreira ao referir-se ao "riacho Aiurim, que fica pouco superior ao sítio em que pela primeira vez aldearam os Tarumã".

Segundo a tradição local, o antigo proprietário das terras na boca do Tarumã-Açu, margem direita, desejou ser enterrado no cemitério dos índios. De fato, hoje ainda se encontra, isolada em uma pequena elevação, no ponto mais alto (lote de 62 m, pela parte de 1:50.000, do Exército), a grade de proteção de um túmulo, entretanto sem nenhuma indicação sobre seu ocupante. O dado, no que diz respeito a um cemitério indígena, coincide com a hipótese de localização da "aldeia de Aiurim" em "aldeia dos Tarumãs" por ali, nessa margem.

A região tornou-se conhecida por algum tempo com um nome no plural: *Tarumãs*. Registro de 1866: "Achei estabelecido em Tarumã um lazareto (...)". Ou: "em uma viagem de recreio ao Tarumãs, observamos uma importante cachoeira (...)".

Tende-se a julgar esse plural como uma evocação da tribo, ali aldeada – plural que, aliás, acabou não prevalecendo. O prof. Mário Ypiranga Monteiro, no entanto, levanta a possibilidade de outra explicação: o nome resultaria, "ao que parece, de um vegetal muito abundante na região". O plural parece fortalecer essa hipótese bastante plausível, o que nos leva a completá-la com outra hipótese: a abundância de referido vegetal (uma palmeira) teria inspirado chamar assim ao local e, por extensão, à tribo que nele vivia. Processo mental semelhante ao que acontecera com o nome Brasil, desdobrado neste sequencial: abundância de um vegetal, o "pau-brasil"; designação da terra como "Brasil"; designação dos índios que viviam nesse terra como "os brasis" (que se encontra em Vieira e em textos espanhóis do Setecentos).

A lembrar que os etnônimos correntes muitas vezes não correspondem às autodenominações. É possível que os tarumãs se autodenominassem de forma diferente. Tarumãs terá sido o rótulo que os portugueses lhes deram porque habitavam o local em que a palmeira desse nome abundava.

Autores e Obras Consultadas

AB'SABER, Aziz Nacib. Op. cit. p. 18-45; A cidade de Manaus (Primeiros estudos). Em *Boletim Paulista de Geografia*, n.º 15, outubro, 1953, p. 18.

AGASSIZ, Louiz/Agassiz, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil – 1865-1866*. Trad. e notas de Edgar Sussepind de Mendonça. São Paulo: Cia. Editora Nacional (Coleção "Brasiliane"). 1938, p. 341.

ALMEIDA, Cândido Mendes. Prefácio à História da Companhia de Jesus na extinta Província do Maranhão e do Pará, de José de Morais, Tomo I das *Memórias para a História do extinto Estado do Maranhão*. Rio de Janeiro, 1860, p. IX.

ALVARÁ de 15/12/1684. Cópia no rq. Hist. do Itamaraty – *Documentação Rio Branco*, Série Portuguesa, 240-1-1.

AMARAL, Angelo Thomaz. Fala de 1.º/10/1857. Em *Relatórios da Presidência da Província do Amazonas*, vol. I, p. 621.

AMARAL, Antonio Caetano do. *Memória para a História do Venerável Arcebispo de Braga D. Frei Caetano Brandão*. 2.ª ed. Braga, 1867, Tomo I, p. 328 e 329.

AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo e. *Dicionário Topográfico, Histórico, Descritivo da Comarca do Alto Amazonas*. 2.ª ed. fac-similado sobre a de 1852. Manaus: Associação Comercial do Amazonas (Coleção "Hileia Amazônica"), 1984, p. 152; ibidem, p. 340.

AMORIM, Anibal. *Viagens pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Garnier, 1917, p. 157-158.

ANDRADE, Moacir. Nos tempos dos quintais. Em *A Crítica*, de Manaus, de 21/1/1985.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pelo Norte do Brasil no ano de 1859*. Trad. de Eduardo de Lima Castro. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro ("Coleção de Obras Raras"), 1961; ididem, vol III, p. 117.

BACKHEUSER, Everardo. *Curso de Geopolítica Geral e do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1952, p. 83, p. 415.

BAENA, A. L. M. *Compêndio*, p. 127; *Ensaio*, p. 380, 381, 384; Oficio, sem data, do governador Marcos de Noronha e Brito, conde dos Arcos. Em Baena: *Op. cit.*, p. 256; *Compêndio das*

Eras da Província do Pará. Belém: Universidade Federal do Pará (Coleção Amazônica, Série José Veríssimo), 1969, p. 233.
BAPP. *Códice 24, n.º 66*; *Códice 22, n.º 50*.
BARBOSA, Cláudio. O Amazonense tem raiva do verde? Em *A Crítica*, de 28/1/1985).
BARRETO, Anibal. *Fortificações*, p. 24.
BATES. *O Naturalista no Rio Amazonas*, Vol I, p. 369.
BELMAR, A. de. *Voyage aux Provinces Brésiliennes do Pará e des Amazonas em 1860, précédé d'um rapide coup d'oeil sur le littoral du Brésil*. Londres, 1861, p. 175.
BENCHIMOL, Samuel. *Estrutura geossocial e econômica da Amazônia*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas (Série "Euclides da Cunha"), 1966, vol. I, p. 27-30; *Amazônia. Um pouco-antes e além-depois*. Manaus: Ed. Umberto Calderado, 1977, p. 495-497 e 525; *Amazônia*, p. 257, 306, 348 e 359.
BARREDO, B. P. de. *Op. cit.*, Vol. II, p. 204-205; 309-312.
Bettendorff, *Crônica*, p. 71; Op. cit., p. 524; p. 416; 468-476; 522; 525; 375-619.
BIARD, F. *Deue annés au Brésil*. Paris: Hachette, 1862. Id., ibid. p. 415.
BOLETIM de la Sociedad Geográfica de Madrid. N.os 26 a 33 (1889/1892). Noticias autenticas del famoso rio Marañon (1738), com introdução e comentários de Marcos Jimenez de la Espada.
BORGES, Ricardo. *Vultos notáveis do Pará*. Belém: Conselho Estadual da Cultura, 1970, p. 317.
BRAGA, Genesino. *Chão e graça de Manaus*, p. 49.
CAMPOS, Hermenegildo de. *Climatologia Médica de Manaus*, p. 65-66; ibidem, p. 100.
CARTA de 13/3/1755 para o governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Nabuco, Joaquim. *O Distrito do Brasil*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949, p. 101; Carta de 6/7/1755, a Sebastião José de Carvalho de Melo. Em Mendonça. M.C. de *Op. cit.*, vol, p. 707; Carta de 2/9/1750. Em Reis, A. C. F. *Limites*. Tomo 2.º, p. 135; Carta patente de 14/7/1716. Em Reis, A. C. F. Manaus, p. 6; Carta do rei para o governador Antonio d'Albuquerde Coelho de Carvalho. Em "LGM", 1.ª parte, p. 127); Carta de 17/7/1699, cópia fotográfica da Cedeam, de original do

AHU; Carta de 28/11/1963, do rei para o governador Antonio d'Albuquerque Coelho de Carvalho. Em "LGM", 1.ª parte, p. 147; Carta de 25/5/1995, de Antonio Miranda e Noronha para o Governador. Em Nabuco. *O Direito*, p. 58; Carta de 26/7/1967. Em "Questions de Limites soumises a l'arbitrage de S. M. le Roi d'Italie par le Brésil el la Grande-Bretagne". Premier Memoire du Brésel. Vol. I, Première Série". 1903. Dox. 9, p. 16; Carta patente de 8/10/1737, passada pelo governador João de Abreu Castelo Branco; Carta de 15/7/1715, do rei para o governador Cristóvão da Costa Freire. Reproduzida no "Livro Grosso do Maranhão". Em "Anais da BN" – 2.ª parte, p. 132-133; Carta de 20/10/1732, do Governador José Serra. Cópia original. Em BAPP: Códice 907, fls. 161/161v; Carta de 19/6/1738, de Lourenço Belfort, datada de "Arraial de Nossa Senhora do Monte do Carmo e Santa Ana". Cópia no Arq. Hist. do Itamaraty. Documentação J. Nabuco: 340-4-1, doc. 26; Carta de 26/11/1739 do senador João de Abreu Castelo Branco. Códice 985, n.os 250 e 251; Carta de 20/12/1731, do governador Alexandre de Souza Freite. Códice 907, fls. 150v/151; Carta de 22/6/1785, do governador João Pereira Caldas para o ministro Martinho de Melo Castro. Reproduzida em "Boletim de Pesquisas da Cedeam", vol. 2, n.º 2 (janeiro/junho de 1983), p. 69; Carta de 26/9/1783, do Governador João Pereira Caldas para o ministro Martinho de Melo Castro. Em Question de limites. Annexes du Premier Mémoire du Brésil. Vol. I, 189-190. Outra transcrição: em BPCEDEAM. N.º 1 (1982), p. 36; Carta de 30/9/1784, ao governador João Pereira Caldas. Em BPCEDEAM. N.º 1, p. 37-39; Carta de 19/2/1785, ao ministro Martinho de Melo Castro. Ibid., p. 39-40; Carta de 1.º/6/1785, de João Batista Maciel, cit.; Carta de 2/9/1762, do ouvidor Lourenço Pereira da Costa. Seleção, leitura e apresentação de Geraldo Sá Peixoto Pinheiro. Em BPCEDEAM. N.º 3 (julho – dezembro, 1983), p. 77; Carta de 15/7/1795, de Lobo d'Almada para Souza Coutinho. Em Reis, A. C. F. *Lobo d'Almada*, p. 234.

CARVAJAL, Gaspar; ROJAS, Alonso de; d'ACUÑA, Cristóbal. *Descobrimento do Rio das Amazonas.*

CARVALHO, João Renôr Ferreira. O Recenseamento de João Caldas, no anos 1781, da população dos Lugares. Vilas do Rio

Negro. Em *Boletim de Pesquisa da Cedeam*, n.º 2 (janeiro/junho de 1983), p. 67-74. "Memória sobre o Governo do Rio Negro". *Boletim de Pesquisas da Cedeam*, vol. 2, n.º 2 (janeiro/junho de 1983), p. 38-41.
CASTRO, Teresinha. *Retrato do Brasil. Atlas-textos de Geopolítico*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército (Coleção "General Benício"), 1986, p. 43-45.
CERTIDÃO que acompanha despacho de 3/10/1709 do governador Cristóvão da Costa Freire, concordando. O parecer do Conselho Ultramarino Recomendando a aprovação é de 16/6/1710. Cópia fotográfica na Cedeam.
CHAMBERLAIN, A. Francis. Nomeclatura and distribution of the principal tribes and sub-tribes of the Arawaban linguistic stoch of South America. *Journal de la Societé des Americanistes de Paris*. Tomo X, fasc. II (1913), p. 473-493.
CHANDLESS, William. *Notas sobre o rio Purus*. Rio de Janeiro, 1868.
COELHO, José Maria. Verdadeira Memória das Igrejas desta Capitania de S. José do Rio Negro (1823). Em *Revista do IHGB*, vol. 203 (abril/junho de 1949), Rio de Janeiro, 1951, p. 122.
CORRÊA, Luiz de Miranda. A borracha da Amazônia e a II Guerra Mundial; É isso aí. Crônicas em *A Crítica* (Manaus), de 10/7/1984 e 9/4/1985.
CUNHA, Euclides. *Um paraíso perdido*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1976, p. 109.
DA MATTA, Roberto. *A casa & a rua. Espaço, cidadania, mulher e morto no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987, p. 15 e segs., 31-69.
DANIEL, João. *Op. cit.* Tomo I, p. 230.
DIÁRIO do Padre Samuel Frit. p. 381; 391-392.
DIAS, Catarina Vergolino. *Op. cit.*, p. 426.
EDITAL de lançamento de imposto predial publicado em Estrela do Amazonas, de 9/93 e 13/3/1861.
ESTRELA DO AMAZONAS, n.os 527 e 528, de 9 e 13/3/1861; n.º 633, de 13/8/1862 (Biblioteca Nacional, Seção de Periódicos).
FALA do Presidente Jerônimo Francisco Coelho. Dos *Extratos dos Relatórios da Presidência da Província de Grão-Pará: 1849-1852*;

Fala de Herculano Ferreira Pena. Em *Relatórios dos Presidentes da Província do Amazonas*, vol. I, p. 230.
FARIAS, Edison Bentes. *Amazônia. Os fatos e hipóteses*. Manaus: Ed. Metro Cúbico, 1981, p. 47-48.
FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Diário da Viagem Filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro. (1785)*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1983, p. 576.; Tomo L, p. 128; 580; Tomo 48, p. 106; p. 584, mais longamente trata o naturalista da mudança da Capital. Ibidem, p. 364-367; Carta de 4/4/1792, de Francisco de Souza Coutinho para o capitão José Antônio Salgado. Em Reis, A. C. F. *Lobo d'Almada*, p. 203; Carta de Lobo d'Almada para Coutinho. Em reis, A. C. F. *Lobo d'Almada*, p. 211-213; p. 579; *Antropologia*, p. 70.
FONSECA, João Saveriano da. *Viagem ao redor do Brasil. 1875-1878*. Rio de Janeiro, 1880, p. 215.
FRANCISCO Filho, Governador de Sousa. *Tratado de Cooperação Amazônica: ideias e conceitos*. Belém, 1979, p. 75-83.
FRANZ-KELLER, Leuzinger. *The Amazon and Madeira Rivers*. Sketches and descriptions from the note-book os an explorer. 2.ª ed. Londres: Chapman and Hall, 1875, p. 4.
FREITAS, Afonso. *Vocabulário Nheengatu*. Rio de Janeiro: Cia. Ed. Nacional (Série "Brasiliana"), 1936, p. 150.
GABRIAC, Conte de. Promenade a travers l'Amérique du Sud. *Nouvelde Grenade, Équateur, Pérou, Brésil*. Paris: Michel Levy Fréres, 1869, p. 284.
GALVÃO, Eduardo. *Encontro de sociedades. Índios e brancos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra (Coleção "Estudos Brasileiros"), 1979, p. 258.
GARCIA, Rodolfo. "Etnografia". Parte Primeira. Em *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. do IHGB, 1922, 1.º vol., p. 255; O Diário de Samuel Fritz. Em *RIHBG*, tomo 81 (1918), p. 374.
GOMES Freire de Andrade, Parecer de 20/12/1695. Em J. Nabuco, *O Diretor do Brasil*, p.59.
GOVERNO BRITÂNICO. Questions de la Frontière entre la Guyane Birtannique et le brésil. *Notes adjointes au Contre-*

Mémoire présenté par le Gouvernement de As Majesté Britannique, 1903 – Tomo 2, p. 8.
GUEDES, Mario. *Os seringais (Pequenas notas)*. Rio de Janeiro, 2.ª ed., 1920.
HANDELMANN, H. *História do Brasil*. Trad. do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Lucia Furquim Lahmeyer, com revisão de Bertholdo Klinger). 2.ª ed. São Paulo: Melhoramentos/ Instituro Nacional do Livro, 1978, tomo I, p. 264.
HERIARTE, Maurício. Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e Rios das Amazonas (1662 a 1667, presumivelmente). Em Varnhagem, Francisco Adolfo, *História Geral do Brasil*. 6.ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1959, vol. III, p. 183.
HERNDON, Lewis e GIBBON, Ladner. *Explorations of the calle of the Amazon*. Washington, 1854, tomo I, p. 263.
JORNAL do Comércio, de Manaus, de 14/9/1916.
LACERDA, Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque. Relatório de 1.º/10/1864. Em *Relatórios da Província do Amazonas*, vol III, p. 147.
LA CONDAMINE, Charles Marie de. *Viagem na América Meridional*. Rio de Janeiro: Ed. Panamericana (Série "Biblioteca Brasileira de Cultura"), 1944, p. 93; ibidem, p. 616-617.
LATHRAP, Donaldo W. *O Alto Amazonas*. Trad. Lisboa: Ed. Verbo (Série "História Mundi"), 1975, p. 79-80 e 121.
LEITE, S. *História*. Vol. III, p. 206; vol. IV; vol. III, p. 370; p. 374; p. 376.
LISBOA, Adolpho. *O Município de Manaus de 1902 a 1907*. Manaus, 1907, p. 113.
LOBATO Filho, General. *Avançai para o Jamari (A Comissão Rondon nas selvas do alto Madeira)*. 2.ª ed. Rio de Janeiro, 1957, p. 24-25.
MAPA "Do estado efetico em que se acha a tropa que guarnece a Capitania de S. José do Rio Negro, de que é governador Joaquim Tinoco Valente". Datado de Barcelos, 9/6/1764. Cópia fotográfica da Cedeam, de original do AHU; MAPA idem, datado de 2/9/1771; MAPA de oficiais e soldados, idem, datado de 25/7/1772; MAPA hidrográfico dos rios Amazonas e Negro (1755?). Cópia da mapoteca do Itamaraty (Catálogo Ponte

Ribeiro, n.º 25 – Isa Adonias, "Cartografia Amazônica", vol. II, p. 4). Devo esta pista à leitura do livro inédito de Davidf Sweet; MAPA geral dos índios aldeiados em todas as povoações das Capitanias do Estado do Grão-Pará e São José do Rio Negro, no primeiro de janeiro de 1792". Atas de Colóquio, vol. I, p. 281-286; MAPA Geral do Bispado do Pará, repartido nas Freguesias que fundou e erigiu frei Miguel de Bilhões III, bispo do Pará.
MARCOY, Paul. *Voyage*, p. 338-339; ibidem, p. 422.
MATOS, João Henrique. *Exposição analítica do Forte de SM Joaquim de Rio Branco, da missão do Macuxi do Rio Pirará e do forte de S. José do Rio Negro*. Pará, 1844, 12 p. e 4 plantas. BN, Seç. de Manuscrito: I, 132, 19, 3, n.º 7; Relatório do estado de decadência em que se acha o Alto Amazonas. Datado do Pará, 25/10/1845. Manuscrito do Arquivo Nacional: Códice 807, vol I, folhas 179 e 199.
MATOS, Meira. *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*. Rio de Janeiro: José Olympio (Coleção "Documentos Brasileiros")/Instituto Nacional do Livro, 1980, p. 203-211.
MATTA, Alfredo Augusto da. *Topographia e Geographia Médica de Manaus*. Manaus, 1916, p. 6-7; ibidem, p. 433: Contribuição ao estudo do vocabulário amazonense. Em *Rev. do Inst. Geogr. e Hist. do Amazonas*, vol. VI, 1937-1938, p. 303.
MEGGERS, Betty e EVANS, Clifford. A reconstituição da pré-história amazônica. Algumas considerações teóricas. Em *O Museu Goeldi no Ano do Sesquicentenário*. Belém, 1973, p. 51-69.
MELLO, Thiago de. *Manaus, amor e memória*. Rio de Janeiro: Philoboblion (Coleção "O ofício de viver"), 1984, p. 75 e segs.
MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na Era Pombalina*. Rio de Janeiro: IHGB, 1963, tomo 1.º, p. 7-8.
MENDONÇA, Renato de. *História da política exterior do Brasil*. México: Instituto Pan-Americano de Geografia e História, 1945. 1.º tomo, p.52.
MENSAGEM do Exmo. Sr. Dr. Gregorio Thaumaturgo de Azevedo, presidente do Estado, na sessão do Congresso Amazonense, de 15 de setembro de 1891". Manaus, 1891.
MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Crônicas da Cidade Velha*. Em RIGHA. Vol. VII (1948), p. 139/142; *O Aguadeiro*. 2.ª ed.

Manaus, 1977; *Fundação de Manaus*, p. 170; *Cultos de santos e festas profano-religiosas*. Manaus: Funcomiz, 1983, p. 183; *Teatro Amazonas*, 3 vols. Manaus, 1964-1966; *Fundação de Manaus*, p. 158.
MORAIS, José de. *Op. cit.*, p. 522; História, p. 526.
MOREIRA, Eidorfe. *Amazônia. O conceito e a paisagem*. Rio de Janeiro: SPVEA (Coleção "Araújo Lima"), 1960.
MOSONYI, Esteban Emilio e GONZALEZ Ñañez, Osmar E. Ensayo de educaion intercultural em la zona arahuaca del Rio Negro (Venezuela). Em *Linguística e indigenismo na América*. Lima, 1975, vol. 5.º, p. 311.
NABUCO, J. *Troisième Memoire*. Vol. I, p. 169, 170; 179.
NIMUENDAJU, Kurt. *Mapa Etno-Histórico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1981, p. 57.
NOMEAÇÃO de pessoas para o posto de capitão-mor da Capitania do Pará por tempo de três anos. Informação de 11/9/1730, do Conselho Ultramarino. Cópia no Arq. Hist. de Itamaraty, Documentação J. Nabuco, 340-4-1.
NORONHA, José Monteiro de. *Roteiro de viagem da Cidade do Pará até as últimas colônias do Sertão da Província (1768)*. Belém, 1862, p. 60.
OITICICA, César. Impressões sobre o urbanismo de Manaus. Em *Arquitetura*, n.º 42 (dezembro, 1965), p. 35.
OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira, 1976.
ORDEM régia de 1.º/2/1721, despachando o assunto para o governador informar e opinar. Reproduzida em Nabuco – *Question de limites. Annexes au Premier Memoire*. Vol. I, doc. 27, p. 32-33.
ORTON, James. *The Andes and the Amazon; or, Across the Continent of South America*. Londres: Sampson Low, Son & Martson, 1870, p. 243 e 245.
OSCULATI, Gaetano. *Esplorazione delle Regioni Equatoriali lungo il Napo ed il fiume delle Amazoni Framento di un viaggio fatto nelle due Americhe negli anni 1846-1847-1848*. Milão, 1850, p. 245; ibidem, p. 244.

OURIQUE, Jacques. *O Amazonas e o Acre*. Rio de Janeiro, 1907, p. 41.
PAGAN, Blaise François (Conte de Merveille). *Relation historique et geographique de la grande rivière des Amazones dans l'Amérique*. Paris: Cardin Besongne, 1656.
PEREIRA, Nunes. *Os índios Maués*. Rio de Janeiro: Organização Solimões (Coleção Rex), 1954, p. 15.
PERES, Leonardo Ferreira. *Mapa Cronológico-Histórico dos Governadores e Capitães-Generais, dos Governadores e Capitães-Mores que têm governado o Estado do Grão Pará*. BN, Secão de Manuscritos: I-3 1, 20, 24. Na capa ocorre a indicação do ano de 1812, mas o texto menciona eventos até 1821.
PETIÇÃO de renúncia de Angelico de Barros, com despacho de 3/10/1709, do governador. Parecer de 16/6/1710, do Conselho Ultramarino.
PIACENZA, V. Porta, 1900, p. 177. *Duas legendas amazônicas*.
PLANE, Augreste. *L'Amazonie*, p. 32.
PORTO, Severiano Mario. Arquitetura na Amazônia. Em: *ABN*. Vol. 101 (1981), p. 224.
QUEIROZ, João de S. José. *Visitas pastorais. Memórias (1761 e 1762-1763)*. Prefácio de Basilio de Magalhães e Cândido Jucá Filho. Rio de Janeiro: Ed. Melso, 1961, p. 228; Verdadeira Memória...
REDUS, Élisée. *Estados Unidos do Brasil*. Trad. e notas e Ramiz Galvão. Rio de Janeiro: Garnier, 1899, p. 118
RELATÓRIO de 20/7/1687. Cópia no Arq. Hist. do Itamaraty – Documentação Rio Branco, Série Portuguesa: 340-1-1; *RELATÓRIO de 30/12/1695*. Idem, 340-1-2; *RELATÓRIO de 30/12/1695* sobre o estado das fortificações no Maranhão e Grão-Pará. Idem; *RELATÓRIO de 4/1/1749* de José Miguel Aires. "Visita de Inspeção qua às Fortalezas do Estado fez o mestre de campo e capitão das ordenanças da cidade no ano de 1759". BAPP, livro 1.023, p. 166-173; *Relatório de 1.º/10/1864*. Em RPPA. Vol. 3.º, p. 150; *RELATÓRIO* da Diretoria-Geral de Obras Públicas do Estado do Amazonas (Diretor: Cândido José Mariano). Anexo à Mensagem do governador Silvério Nery, de 1900, p. 106. *RELATÓRIO* apresentado ao Exmo. Sr. Coronel José

Cardoso Ramalho Júnior, governador do Estado do Amazonas, pelo engenheiro civil Anizio de Carvalho Palhano, secretário de Estado Encarregado dos Negócios da Indústria", 1899, p. 24-25; *RELATÓRIO* de João Miguel Ribas, do Depto. de Indústria, ao governador do Estado; *RELATÓRIO* do Superintendente-Geral da Fiscalização dos Serviços por Eletricidade, anexo à Mensagem de 15/1/1901 do governador Silvério Nery, p. 118; *RELATÓRIO* de Manoel Uchôa Rodrigues, anexo à Mensagem de 10/7/1901 do governador Silvério Nery, p. 575.

REVISTA do IHGB, Tomo LXVII, Parte I, p. 316 e 319. *Dos rios que deságuam no rio Negro* (1755).

RODRIGUES, João Barbosa. *Antiguidades do Amazonas.* Rio de Janeiro, 1876/1878.

SAMPAIO, F. X. R. de. Diário, p. 89; Relação, p. 206; Notas ao papel que tem por título memória sobre o governo do Rio Negro. Em *Boletim de Pesquisa do Cedeam* n.º 3, p. 48. Comissão do Madeira, Pará e Amazonas. Pelo encarregado dos trabalhos etnográficos. Rio de Janeiro, 1874, 1.ª parte, p. 100; Diário da Viagem que em visita e correição das povoaçõe da Capitania de S. José do Rio Negro fez Ouvidor e Intendente Geral da mesma (1744-1774). Em *Viagens do Ouvidor Sampaio.* Manaus: Associação Comercial do Amazonas (coleção Hileia Amazônica), 1985, p. 101; ibidem, p. 31, 57.

SAMPAIO, Theodoro. *O Tupi na Geografia Nacional.* 2.ª ed. São Paulo, 1914, p. 269.

SERRA, Celso Luiz; CRUZ, Wilson Rodrigues da. *Aspectos Econômicos Sociais da Cidade Flutuante.* Manaus, 1964.

SILVA, Alcionilio B. de A. Mais do que uma tribo é um conjunto de tribos Arwake. *Op. cit.* p. 33.

SOARES, Lúcio de Castro. Delimitação da Amazônia para fins de Planejamento Econômico. Separata da *Revista Brasileira de Geografia* n.º 2. Rio de Janeiro, IBGE, 1949; *Hidrografia.* Em INGE (coord). *Geografia do Brasil – Região Norte.* Rio de Janeiro, 1977, p. 100-101.

SOUZA, André Fernandes. *Notícias Geográficas,* p. 431.

SOUZA, Augusto Fausto. Fortificação no Brasil. Em *Revista do IHGB,* tomo XLVIII, parte II, p. 17.

SMYTH, Lowe. *Narrative*, p. 294.
SPIX, J. B. e Martins, C. F. P. *Viagem pelo Brasil*, III, p. 21; p. 35; p. 399.
STRADELLI, Ermanno. *La legenda del Jurupary e outras lendas amazônicas*. São Paulo: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1964, p. 73.
TASTEVIN, P. C. La langue tapihiya dite Tupi Nhãngatu (Belle langue). *Dictionnaire et Tedtes*. Viena, 1910, p. 202.
TERMO de 4/6/1728. Reproduzido em Morais, Melo – *Corografia Histórica*. Vol IV, p. 274-275.
VALENTE, Mauiri Gurgel. A Amazônia Brasileira e as outras Amazônias. Em diversos autores. *Problemáticos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército (Coleção "General Benício"), 1971, p. 343-366.
VALLADARES, Clarivaldo Prado. *Restauração e Recuperação do Teatro Amazonas*. Manaus: Ed. Governo do Amazonas, 1974.
VERÍSSIMO, José. Estudos Amazônicos. Belém: Universidade Federal do Pará (Coleção "Amazônica', Série "José Veríssimo"), 1970, p. 76; As populações indígenas e mestiças da Amazônia. Em *Estudos Amazônicos*. Belém, 1970, p. 48.
WALLE, Paul. *Au Pays de l'Or Noir*, p. 107.
WARMERS, _____, *AACTA*, p. 537-539.

Este livro foi composto pela Gráfica Ziló LTDA para Secretaria de Estado de Cultura do Amazonas, em Minion/Eras ITC no corpo 11/20 pro e impresso sobre papel offset 90g/m² em abril de 2012.

O ano de 1669 tem sido dado com o da implantação no rio Negro, próximo da Aldeia dos Tarumãs, a jusante, de algum estabelecimento (fortim ou acampamento fortificado) junto ao qual se desenvolveu a aldeia que deu origem a Manaus. E a Francisco da Mota Falcão tem sido atribuída a legenda do criador desse estabelecimento.

ISBN 856540931-7
9 788585 409338

Secretaria de Estado de Cultura
AMAZONAS GOVERNO DO ESTADO
TRABALHANDO PARA CRIAR OPORTUNIDADES

AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - Lei nº 9.610/98). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM

Secretaria de
Estado de Cultura

CENTRO CULTURAL DOS
POVOS DA AMAZÔNIA